

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 307, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 719/2024****OF 779/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria 6.508, de 26 de agosto de 2022, que renova concessão outorgada à Liberdade Empresa de Radiodifusão, Ltda, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 719

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 6.508, de 26 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 7 de outubro de 2022, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 30 de julho de 2024.

Brasília, 14 de Agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6508, de 26 de agosto de 2022, publicada em 7 de outubro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/10/2022 | Edição: 192 | Seção: 1 | Página: 16

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 6.508, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 779/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.508, de 26 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 7 de outubro de 2022, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 31/07/2024, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5942279** e o código CRC **9A41439B** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.077005/2013-10**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 28 de julho de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Patrick Cardoso Pescara, Analista**, em 28/07/2014, às 14:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0058058** e o código CRC **F1AA872A**.



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 17.286.345/0001-56

LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCIO TOMIO MORIZONO	088.725.158-74	LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
		LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	100	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
YOSHIMI MORIZONO	255.016.238-20	LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	9900	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte

Usuário: anatel\altair.mc - ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Data: 03/12/2014

Hora: 15:33:38



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 088.725.158-74

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCIO TOMIO MORIZONO	088.725.158-74	LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
		RADIO CONTINENTAL DE CURITIBA LTDA	76.498.864/0001-47	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		RADIO CONTINENTAL DE CURITIBA LTDA	76.498.864/0001-47	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	PR	Piraquara
		RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA	48.105.290/0001-64	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Porto Alegre
		RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA	48.105.290/0001-64	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Nacional	AC	Rio Branco
		RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA	48.105.290/0001-64	Sócio	300	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Porto Alegre
		LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	100	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
		RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA	48.105.290/0001-64	Sócio	300	0,00%	0,00%	OM	Nacional	AC	Rio Branco

Usuário: anatel\altair.mc - ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Data: 03/12/2014

Hora: 15:33:51

[Menu Principal](#)SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)[Dados da consulta](#) | [Resultado](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 255.016.238-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
YOSHIMI MORIZONO	255.016.238-20	RADIO NOVO MUNDO LTDA	46.566.444/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Nacional	SP	São Paulo
		RADIO CONTINENTAL DE CURITIBA LTDA	76.498.864/0001-47	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Curitiba
		RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA	48.105.290/0001-64	Sócio	29700	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Porto Alegre
		RADIO CONTINENTAL DE CURITIBA LTDA	76.498.864/0001-47	Sócio	10000	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Piraquara
		LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	9900	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
		RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA	48.105.290/0001-64	Sócio	29700	0,00%	0,00%	OM	Nacional	AC	Rio Branco
		RADIO NOVO MUNDO LTDA	46.566.444/0001-90	Sócio	60000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	SP	São Paulo

Usuário: anatel\altair.mc - ALTAIR DE SANTANA PEREIRA**Data:** 03/12/2014**Hora:** 15:33:57



Menu Principal ▾

Sistemas
InterativosSRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | menu ajuda**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM**

UF: MG

Município: Belo Horizonte

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
EMPRESA MINEIRA DE RADIODIFUSAO SOC LTDA	Belo Horizonte	01/11/1983	01/11/1993
FUNDACAO CULTURAL JOAO PAULO II	Belo Horizonte	01/05/1994	01/05/2004
GOV. DO ESTADO DE MINAS GERAIS - RADIO INCONFIDENCIA LTDA	Belo Horizonte	30/06/1993	30/06/2003
LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	Belo Horizonte	01/05/1994	01/05/2004
RADIO ATALAIA DE BELO HORIZONTE LTDA	Belo Horizonte	01/11/1983	01/11/1993
RADIO TIRADENTES LTDA	Belo Horizonte	01/11/2003	01/11/2013
S/A RADIO GUARANI	Belo Horizonte	01/05/1994	01/05/2004

Usuário: - Data: **03/12/2014** Hora: **15:35:30**Registro **1** até **7** de **7** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.077005/2013-10 (apenso 53000.003911/2004-97)		
Entidade: LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA		
Localidade: BELO HORIZONTE	UF: MG	Serviço: OM
Período: 01/05/2004 a 01/05/2014; e 01/05/2014 a 01/05/2024		

1. RELATIVOS À ENTIDADE				
Em cumprimento ao disposto no art. 5º do Capítulo III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (DOU de 11 de julho de 2012 – Seção I – Anexo II), e §3º do art. 33 do CBT, a interessada apresentou:				
Documentos	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada?	X			02
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga?	X			03
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada?		X		
4- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?		X		
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?		X		
6- Comprovante de regularidade com o FISTEL?	X			32, 44
7- Prova de regularidade relativa ao INSS?	X			38
8- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS?	X			34
9- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	X			35
10- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada?	X			36

11- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço?	X			37
12- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) ATUALIZADA, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade? (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)		X		

2. RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU ADMINISTRADORES

Documentos	Nome (s)	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
13. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)					
			X		
14. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)					
			X		
15. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)					
			X		
16. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)					
			X		
OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.					

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:	
1. Ressalte-se que de acordo com as novas orientações da Conjur, deverão ser exigidos os documentos descritos nos itens 12 a 16 desta Lista.	
2.	
Análise:	DATA
Analista: Patrick Cardoso Cargo: Analista	03/12/2014

NOTA TÉCNICA Nº 19362/2014/SEI-MC

Processo n.º: 53000.077005/2013-10 (relacionado ao de nº 53000.003911/2004-97).

Assunto: EXIGÊNCIA I. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, referente aos seguintes períodos: 01/05/2004 a 01/05/2014 e 01/05/2014 a 01/05/2024.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que a Portaria n.º 329, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2012, definiu novos procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão.

3. De acordo com o § 4º do art. 4º do Capítulo I e o art. 5º do Capítulo III daquela Portaria, o Ministério das Comunicações deve instruir os pedidos e analisar a regularidade da documentação apresentada pela requerente, em consonância com o que dispõem os Anexos I, II e III. Além disso, o parágrafo único do art. 5º também prevê que, caso sejam constatadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada deve ser notificada para regularizar o pedido.

4. Com efeito, em observância aos comandos normativos relatados nos parágrafos 2 e 3 e às normas vigentes sobre o assunto, procedemos à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da Lista de Verificação de Documentos (0269779), concluindo que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:**

- declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;
- certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
- certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
- certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual e Federal, de todos os sócios e administradores;
- certidão de inteiro teor dos processos relacionados, em caso de Certidões cível ou criminal positivas;
- certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, sob pena de INDEFERIMENTO do pleito, com a consequente declaração de PEREMPÇÃO.



Documento assinado eletronicamente por **Patrick Cardoso Pescara, Analista**, em 05/12/2014, às 10:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 05/12/2014, às 10:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenador de Atos Societários substituto**, em 05/12/2014, às 18:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo**, **Coordenadora-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 08/12/2014, às 14:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0269780** e o código CRC **6A032B0D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 21537/2014/SEI-MC

Brasília, 03 de dezembro de 2014

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da
LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
Rua do Sertão, n. 1200, Vale do Jatobá,
30.664-780 Belo Horizonte-MG

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.077005/2013-10 (relacionado ao de nº 53000.003911/2004-97).**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Em referência ao pedido de Renovação de Outorga apresentado por essa Entidade, encaminho cópia da Nota Técnica Nº 19362/2014/SEI-MC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo, ou o atendimento parcial à exigência implicará em indeferimento do pedido com consequente abertura de Processo Administrativo com vistas à declaração de **PEREMPÇÃO**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo**, Coordenadora-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial, em 08/12/2014, às 14:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0269789** e o código CRC **3504B67F**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

Processo n. 53000.077005/2013-10

1. Considerando que, no decorrer da análise destes autos, se verificou a extrapolação dos limites legais previstos no art. 12 do Decreto n.º 236/1967, entende-se que a continuidade do pleito resta prejudicada até que sejam adotadas as medidas cabíveis com vistas à regularização dos dados cadastrais da Entidade.

2. Por esta razão, de ordem da Senhora Coordenadora, remeto o feito à Chefe de Serviço de Atos Societários para as providências cabíveis, as quais devem ser certificadas nos autos para que se possa dar seguimento ao presente feito.

Brasília/DF, 4 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 05/12/2014, às 10:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0269804** e o código CRC **C8B5E1E4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica



TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: **53000.077005/2013-10**

Interessado: **LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 44 (quarenta e quatro) folhas, contando com o presente Termo de Abertura.

Em 23/01/2014

WEBERSON WAYNE NÓBREGA PEIXOTO

Coordenador

Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial
SDCOM/GTDI/SCE-MC

Ao

EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

A **LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.286.345/0001-56, com sede na Rua do Sertão nº 1200, CDI Jatobá, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30664-780, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 329/2012, publicada no Diário Oficial da União em 11 de julho de 2012, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO** em atenção ao disposto no Art. 3º da Portaria supra mencionada, bem como, apresentar a documentação de que trata o Anexo II da Portaria nº 329/2012.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2013.


LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.

Marcio Tomio Morizono

CPF: 088.725.158-74



**RÁDIO
CAPITAL**
BELO HORIZONTE - AM 570 MHz

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRÁSILIA - DF

53000 077005/2013-10

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

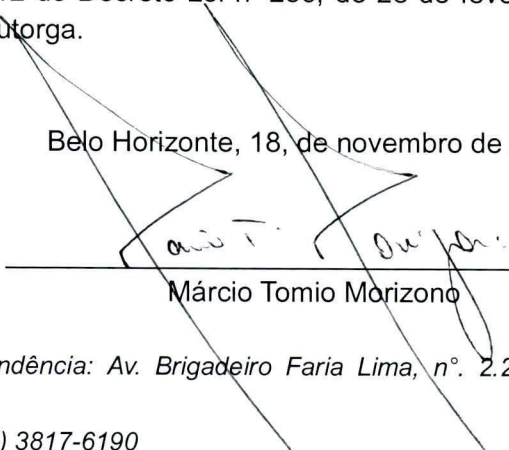
30/12/2013-14:34

DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

Eu, Márcio Tomio Morizono, brasileiro, solteiro, assistente industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.232.047 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 088.725.158-74, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2277, conj. 1903, na qualidade de representante legal da Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda., declaro para os devidos fins que:

- I. A Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda., tem como endereço na Rua do Sertão, nº 1.200, Vale do Jatobá, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30664-780, cujas coordenadas geográficas, na padronização GPS – WGS 84 são: 20° S 00' 05" de latitude e 44° W 02' 42,62" de longitude;
- II. Todos os dirigentes da entidade residem na área de execução do serviço.
- III. A Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda. não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, na mesma localidade objeto da presente outorga; e
- IV. A Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda. declara que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, no caso de renovação da outorga.

Belo Horizonte, 18, de novembro de 2013.


Márcio Tomio Morizono

Endereço para correspondência: Av. Brigadeiro Faria Lima, nº. 2.277, Sala 1.903 – Ed. Plaza Iguatemi – São Paulo/SP.

Telefone para contato (11) 3817-6190

Correio eletrônico (e-mail): daniela@rsmempreendimentos.com.br





DECLARAÇÃO

Eu, Marcio Tomio Morizono, na qualidade de representante legal da **LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.**, declaro para os devidos fins que a **LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.** cumpre com os valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do Art. 221, IV, da Constituição Federal.

Belo Horizonte, 02 de dezembro, de 2013.


LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.

Marcio Tomio Morizono
CPF: 088.725.158-74

Endereço para correspondência: Av. Brigadeiro Faria Lima, n°. 2277, Conjunto 1903

Telefone para contato: (11) 3817-6190

Correio eletrônico (e-mail): daliela@rsmempreendimentos.com.br



DECLARAÇÃO

Eu, Marcio Tomio Morizono, na qualidade de representante legal da **LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.**, declaro para os devidos fins que a **LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.** cumpre com a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do Art. 221, II, da Constituição Federal.

Belo Horizonte, 02 de dezembro, de 2013.


LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.

Marcio Tomio Morizono
CPF: 088.725.158-74

Endereço para correspondência: Av. Brigadeiro Faria Lima, n°. 2277, Conjunto 1903

Telefone para contato: (11) 3817-6190

Correio eletrônico (e-mail): daliela@rsmempreendimentos.com.br



DECLARAÇÃO

Eu, Marcio Tomio Morizono, na qualidade de representante legal da **LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.**, declaro para os devidos fins que a **LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.** cumpre com os seguintes percentuais em sua programação: máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo reservado à propaganda comercial e mínimo de 5% (cinco por cento) do tempo reservado ao serviço noticioso, bem como o cumprimento da obrigação de transmitir 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais, sendo anexada a esta cópia de sua grade de programação;

Belo Horizonte, 02 de dezembro, de 2013.


LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.

Marcio Tomio Morizono
CPF: 088.725.158-74

Endereço para correspondência: Av. Brigadeiro Faria Lima, n°. 2277, Conjunto 1903

Telefone para contato: (11) 3817-6190

Correio eletrônico (e-mail): daliela@rsmempreendimentos.com.br



DECLARAÇÃO

Eu, Marcio Tomio Morizono, na qualidade de representante legal da **LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.**, declaro para os devidos fins que a **LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.** cumpre com as normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme dispõe Art. 220, §4º da Constituição Federal e Lei nº 9.294/1996.

Belo Horizonte, 02 de dezembro, de 2013.

Marcio T. Morizono
LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.

Marcio Tomio Morizono

CPF: 088.725.158-74

Endereço para correspondência: Av. Brigadeiro Faria Lima, nº. 2277, Conjunto 1903

Telefone para contato: (11) 3817-6190

Correio eletrônico (e-mail): daliela@rsmempreendimentos.com.br




Bradesco Net Empresa
**Comprovante de Pagamento
Boleto de Cobrança**

Data: 05/05/2008
Banco: 104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Boleto Nº: 10499.70724 86617.717284 63450.001019 7 38580000000000
Data do Pagamento: 30/04/2008 **Valor do Pagamento:** 261,13
Data de Vencimento: 30/04/2008
Favorecido Informado: SIND.TRAB.EMPR.RADIODIFUSAO TV M
Debitado da: Conta Corrente

A cobrança acima foi paga através do(a) NetEmpresa, dentro das condições especificadas.
 O lançamento consta no extrato do(a) cliente Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda
 Agência **2640** - Conta **10274**, da data de pagamento, sob o número de protocolo **0000098**.

Nº Controle: 008.362.796.764.614.114

Banco Bradesco S.A.
<http://www.bradesco.com.br>

unSQ28ED u77OAR*T RwbvPWWG 3OFpu#6P GaW#cPy...
 @?28G9G? boFYYPGn fqZgsGtb Tc@?sk9f KkrZZfB...
 a#ZpQAGN Zt4uNkpL 74m8T#oG nkyJ8wDz og@qDzUS...

São Paulo, 14 NOV. 2013

ANDREA MARIA DOS REIS - ESCRIVENTE
 AV. BRIS. FARIA LIMA, 1675 - FONE: (11) 3858-7700
 (Salos pagos por conta) - Valor des...
 "VALIDO SOMENTE COM SELO DE...



Ministério das Comunicações
 08
 R. 100

CAIXA

GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade SindicalNome da Entidade
SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST MGEndereço
RUA BAHIANúmero
1148Complemento
SALA 1811Vencimento
30/04/2008Exercício
2008Código da Entidade Sindical
000.000.07286-9Bairro/Distrito
CENTROCEP
30160-011Cidade/Município
BELO HORIZONTEUF
MG**Dados do Contribuinte**Nome/Razão Social/Denominação Social
LIBERDADE EMP. RADIOD.LTDA (R. CAPITAL)CPF/CNPJ/Código do Contribuinte
17.286.345/0001-56Endereço
RUA DA SERRINHANúmero
1200Complemento
DEP PESSOALCEP
30666-330Bairro/Distrito
MANGUEIRAS/ VALE JATCidade/Município
BELO HORIZONTEUF
MGCódigo Atividade
601**Dados de Referência da Contribuição****Categoria**☐ Patronal/Empregador☒ Empregados☐ Prof. Liberal☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Pagável Preferencialmente em CASAS LOTERICAS.
após vencimento pagas somente nas Agências da CAIXA**Dados da Contribuição**

(=) Valor do Documento

261,13

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora/Multa

(+) Outros/Acréscimos

(=) Valor Cobrado

261,13**104-0** | **10499.70724 86617.717284 63450.001019 7 38580000000000**Código do Cedente
000.000.07286-9Nosso Número
172863450001

Valor do Documento

Autenticação Mecânica

**CAIXA****104-0** | **10499.70724 86617.717284 63450.001019 7 38580000000000**

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento**Preferencialmente nas Lotéricas até o valor limite****Cedente****SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST MG**Data do Documento
14/04/2008Número do Documento
2008000000080Esp. Docum.
GRCSU

Aceite

Data Processamento
14/04/2008Vencimento
30/04/2008Agência/Código Cedente
0081/000.000.07286-9Uso do Banco
EXERC 2008Carteira
SINDEspécie
R\$

Quantidade

Valor

Nosso Número
172863450001

(=) Valor do Documento

261,13**Instruções****BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA****Até o vencimento, pagável nas Lotéricas, Agências da CAIXA e Rede Bancária.****Documento vencido pagável somente nas Agências da CAIXA.****Guia vencida - cobrar multa de 10% nos trinta primeiros dias, com o adicional de 2% por mês ou fração subsequente de atraso e juros de mora de 1% ao mês ou fração; correção monetária calculada pelo índice SELIC mensal.**

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora/Multa

(+) Outros Acréscimos

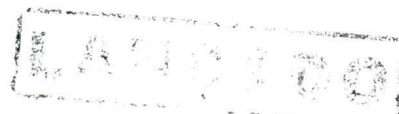
(=) Valor Cobrado

261,13Sacado: **LIBERDADE EMP. RADIOD.LTDA (R. CAPITAL)****RUA DA SERRINHA, 1200 - MANGUEIRAS/ VALE JAT - BELO HORIZONTE/MG - CEP:30666-330**

Sacador/Avalista:

Código de Barras

Ficha de Compensação/Autenticação Mecânica



RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Março/2008

0014 LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA

RUA SINFRONIO BROCHADO, 865, BARREIRO, BELO HORIZONTE-MG

17.286.345/0001-56

SINDICATO: 0015 SINDICATO DOS RADIALISTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

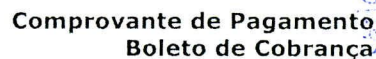
RUA BAHIA, 1148, CENTRO, BELO HORIZONTE-MG

Funcionário	Admissão	Salário	Base	Valor
000508 CLEUSON REGINALDO FERREIRA	10/09/2007	673,00	673,00	22,43
000505 ELIZABETE ALVES DE JESUS	01/09/2004	425,00	425,00	14,17
000507 GILBERTO SIMAO DOS SANTOS	05/12/2005	655,00	655,00	21,83
000443 JOAO BATISTA OLIVEIRA SIervi	14/11/1992	805,00	805,00	37,57
000465 LUIZ CLAUDIO FULGENCIO DE SOUZ	01/06/1995	673,00	673,00	22,43
000506 MASSILON DE PAULA	18/05/2005	655,00	655,00	21,83
000336 NELSON LUIZ NEVES	12/06/1989	628,00	628,00	29,31
000332 REGINA RODRIGUES SILVA	15/05/1989	1.401,00	1.401,00	46,70
000427 SEBASTIAO AUGUSTO CLEMENTINO	13/12/1991	673,00	673,00	22,43
000504 VALDECI BATISTA DOS SANTOS	01/04/2003	673,00	673,00	22,43

Total de Funcionários: 10

7.261,00 7.261,00 261,13





Banco Bradesco S.A.
<http://www.bradesco.com.br>

GeshbGQ* aLmGBTdE JS2Vybpb qyArW6me vpA#Ioe0 Pvj#05#
mUIJ4btt cXAiH14T VmNGGJKJ muL4TFxY hyZIoN9C rcIFck7x
4Z5I6bF7 cV0ffWnN i7twd8pJ 7N7BJLqT Uu2k6bU TdUStWdW

000540879 13009043

1072AP953173


GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST MG 000081		Vencimento 30/04/2009		Exercício 2009	
Endereço RUA DA BAHIA 1148 1907		Número	Complemento	Código da Entidade Sindical 000.000.264.07286-3	
Bairro/Distrito BELO HORIZONTE	CEP 30160-906	Cidade/Município BELO HORIZONTE		CNPJ da Entidade 17.450.305/0001-06	
				UF MG	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social LIBERDADE EMPRESA RADIOD LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 17.286.345/0001-56			
Endereço R ROMERO GOMES VIEIRA		Número 1200	Complemento		
CEP 30666-330	Bairro/Distrito MANGUEIRAS	Cidade/Município BELO HORIZONTE		UF MG	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição
 Categoria
☐ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

 Capital Social - Empresa N° Empregados Contribuintes
 12

 Capital Social - Estabelecimento Total Remuneração - Contribuintes
 9.265,00

 MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE Total Empregados - Estabelecimento
 12
Dados da Contribuição
 (=) Valor do Documento
 329,04

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0 10499.70724 86617.717284 63450.001019 5 42230000032904

Código do Cedente 000.000.264.07286-3	Nosso Número 172863450001	Valor do Documento 329,04	Data Vencimento 30/04/2009	Exercício 2009
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

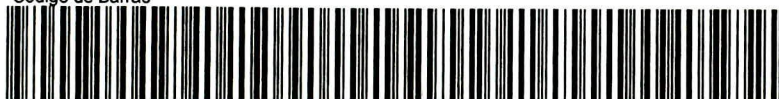
**104-0**

10499.70724 86617.717284 63450.001019 5 42230000032904

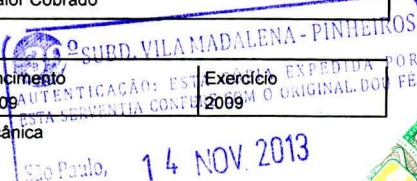
2ª Via - Banco

Local de Pagamento NAS LOTERICAS ATE VLR LIMITE					Vencimento 30/04/2009	
Cedente SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST MG					Agência / Código Cedente 0081 / 000.000.264.07286-3	
Data do Documento 24/03/2009	Número do Documento 200900907935	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 24/03/2009	Nosso Número 172863450001	
Uso do Banco EXERC (2009)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 329,04 (-) Desconto / Abatimento (-) Outras Deduções (+) Mora / Multa (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado	
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE; JUROS: 1%; MAIS CORREC MONET::: 000000					PRT	
Sacado: LIBERDADE EMPRESA RADIOD LTDA R ROMERO GOMES VIEIRA, 1200, - CEP 30666-330 - MANGUEIRAS - BELO HORIZONTE /MG Sacador / Avalista:						

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica



Recolhimento da Contribuição Sindical Anual Março/2009

Ministério das Comunicações
Fls. 13
Rubrica

0014 LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA

17.286.345/0001-56

RUA SINFRONIO BROCHADO, 865, BARREIRO, BELO HORIZONTE-MG

SINDICATO: 0015 SINDICATO DOS RADIALISTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

17.450.305/0001-06

RUA BAHIA, 1148, CENTRO, BELO HORIZONTE-MG

Funcionário	Admissão	Salário	Base	Valor
000508 CLEUSON REGINALDO FERREIRA	10/09/2007	740,00	740,00	24,67
000505 ELIZABETE ALVES DE JESUS	01/09/2004	449,00	449,00	14,97
000509 FRANCISCO PEDREIRA ROCHA	01/05/2008	740,00	740,00	24,67
000507 GILBERTO SIMAO DOS SANTOS	05/12/2005	692,00	692,00	23,07
000443 JOAO BATISTA OLIVEIRA SIEMI	14/11/1992	850,00	850,00	39,67
000465 LUIZ CLAUDIO FULGENCIO DE SOUZ	01/06/1995	740,00	740,00	24,67
000506 MASSILON DE PAULA	18/05/2005	692,00	692,00	23,07
000336 NELSON LUIZ NEVES	12/06/1989	663,00	663,00	30,94
000332 REGINA RODRIGUES SILVA	15/05/1989	1.479,00	1.479,00	49,30
000427 SEBASTIAO AUGUSTO CLEMENTINO	13/12/1991	740,00	740,00	24,67
000504 VALDECI BATISTA DOS SANTOS	01/04/2003	740,00	740,00	24,67
000510 VALDIMAR MARTINS LIMA	10/11/2008	740,00	740,00	24,67
Total de Funcionários: 12		9.265,00	9.265,00	329,04



**Bradesco Net Empresa****Comprovante de Pagamento
Boleto de Cobrança**

Boleto Nº: **10499.70724 86617.717284 63450.001019 2 45880000000000**
 Favorecido Informado: **SIND TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO**
 Debitado da: **Conta Corrente**
 Data: **03/05/2010**
 Valor do Pagamento R\$: **353,40**
 Data do Pagamento: **30/04/2010**
 Data de Vencimento: **30/04/2010**

Ministério das Comunicações
 Fls. 14
 Rubrica

A cobrança acima foi paga através do Bradesco Net Empresa, dentro das condições especificadas.

O lançamento consta no extrato do(a) cliente Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda Agência 2640 -
 Conta Corrente 10274, da data de pagamento, sob o número de protocolo **0000516**.

Nº de Controle: **470422267539855347**

Banco Bradesco S.A.
 www.bradesco.com.br

AUTENTICAÇÃO

Upf56Ce@ XEQHJyNt H5cnElhj oXiuBfwu HM53*A72 LL6uEIzP F4Sp3C?4 bu2dWDct
 RoxsEOwz hieuPkfm qQd4zdFG ekILH*Z? HaV*udmt 7RoeYzTb eeGBzDvm ViuTUxLQ
 pCJY2iHw rwjL#K38 8s4IJU8O Yh?nkAeJ F2HjuwkY cNUSEQUq 40640150 15013003

SUBD. VILA MADALENA - PINHEIROS
 AUTENTICAÇÃO: ESTA CÓPIA EXPEDIDA POR
 ESTA SEVENTIA CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.
 São Paulo, 14 NOV. 2013
 ANDREA MARIA DOS REIS - ESCRIVENTA
 AV. BRIG. FARIA LIMA 1673 - FONE: (11) 3073-7000
 (Sólos pagos por verificação) Valor da R\$
 VALIDO SOMENTE COM SELO DE SIG.



Recolhimento da Contribuição Sindical Março/2010

Ministério das Comunicações - SCE
Fis. 15
Rubrica

0014 LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA

17.286.345/0001-56

RUA DO SERTAO, 1200, VALE DO JATOBA, BELO HORIZONTE-MG

SINDICATO: 0015 SINDICATO DOS RADIALISTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

17.450.305/0001-06

RUA BAHIA, 1148, CENTRO, BELO HORIZONTE-MG

Funcionário	Admissão	Salário	Base	Valor
000332 REGINA RODRIGUES SILVA	15/05/1989	1.567,00	1.567,00	52,23
000336 NELSON LUIZ NEVES	12/06/1989	703,00	703,00	32,81
000427 SEBASTIAO AUGUSTO CLEMENTINO	13/12/1991	808,00	808,00	26,93
000443 JOAO BATISTA OLIVEIRA SIEMI	14/11/1992	901,00	901,00	42,05
000465 LUIZ CLAUDIO FULGENCIO DE SOUZA	01/06/1995	808,00	808,00	26,93
000504 VALDECI BATISTA DOS SANTOS	01/04/2003	808,00	808,00	26,93
000505 ELIZABETE ALVES DE JESUS	01/09/2004	476,00	476,00	15,87
000506 MASSILON DE PAULA	18/05/2005	733,00	733,00	24,43
000507 GILBERTO SIMAO DOS SANTOS	05/12/2005	733,00	733,00	24,43
000508 CLEUSON REGINALDO FERREIRA	10/09/2007	808,00	808,00	26,93
000509 FRANCISCO PEDREIRA ROCHA	01/05/2008	808,00	808,00	26,93
000511 MARCIO ELI DE CARVALHO	01/09/2009	808,00	808,00	26,93
Total de Funcionários: 12		9.961,00	9.961,00	353,40

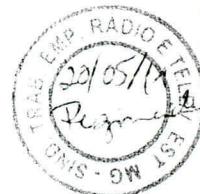

Subd. VILA MADALENA - PINHEIROS
 AUTENTICAÇÃO: ESTA COPIA ENTREGADA POR
 ESTA SERVENTIA CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.
 São Paulo, 14 NOV. 2013
 ANDRÉA MARIA DOS REIS - ESCRIVENTE
 AV. BRIG. FARIA LIMA, 1075 - FONE: (11) 3277-7700
 (Selo pago por verbal) Valor de R\$ 1,00
 VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE SELA

1072AP953178
 AUTENTICAÇÃO


Bradesco | Net Empresa

Comprovante de Pagamento
Boleto de Cobrança

Boleto Nº: **10499.70724 86617.717284 63450.001019 6 49530000000000**
 Favorecido Informado: **SIND TRAB EMPRESAS RADIOD TV MG**
 Debitado da: **Conta Corrente**
 Data: **03/05/2011**
 Valor do Pagamento R\$: **457,45**
 Data do Pagamento: **02/05/2011**
 Data de Vencimento: **30/04/2011**



Ministério das Comunicações
 Fis. 16
 Rubrica X

A cobrança acima foi paga através do Bradesco Net Empresa, dentro das condições especificadas.

O lançamento consta no extrato do(a) cliente Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda Agência 2640 - Conta Corrente 10274, da data de pagamento, sob o número de protocolo **0000759**.

Nº de Controle: **468369696715679489**

Banco Bradesco S.A.
www.bradesco.com.br

AUTENTICAÇÃO

BbiLR6c3 DkEsOJdS WVad6AiY XXrcXhtb 4hZs@YJN 5FG4xmBI ObAFDpm3 WwufcRGk
 DG1Q@8Jj 7bRbaQmX XfdvKeEW A33UMBPV Xw89uOQc HnSEGDhe AovbgpJX szeytwX4
 5KtJTykf A5E81A3E MIOuGM8a Kefd4sut Rkbj*o*U Ht6SEADA 42940151 17057050

39^º SUBD. VILA MADALENA - PINHEIROS
 AUTENTICAÇÃO: ESTA CÓPIA EXPEDIDA POR
 ESTA SERVENTIA CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.
 São Paulo, 14 NOV. 2013
 ANDRÉA MARIA DOS REIS - ESCRIVENTE AUTORIZADA
 AV. BRIG. FARIA LIMA, 1655 - FONE: (11) 3816-7700
 (Selos pagos por verba) - Valor de R\$ 2,50
 * VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE SEGURANÇA



Recolhimento da Contribuição Sindical Anual Março/2011

Ministério das Comunicações
Fls. 17
Rubrica

0014 LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA

17.286.345/0001-56

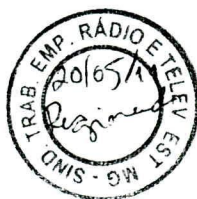
RUA DO SERTAO, 1200, VALE DO JATOBA, BELO HORIZONTE-MG

SINDICATO:0015 SINDICATO DOS RADIALISTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

17.450.305/0001-06

RUA BAHIA, 1148, CENTRO, BELO HORIZONTE-MG

Funcionário	Admissão	Salário	Base	Valor
000332 REGINA RODRIGUES SILVA	15/05/1989	1.651,00	1.651,00	55,03
000336 NELSON LUIZ NEVES	12/06/1989	741,00	741,00	34,58
000427 SEBASTIAO AUGUSTO CLEMENTINO	13/12/1991	860,00	860,00	28,67
000443 JOAO BATISTA OLIVEIRA SIEMI	14/11/1992	949,00	949,00	44,29
000465 LUIZ CLAUDIO FULGENCIO DE SOUZA	01/06/1995	860,00	860,00	28,67
000505 ELIZABETE ALVES DE JESUS	01/09/2004	510,00	510,00	17,00
000506 MASSILON DE PAULA	18/05/2005	772,00	772,00	25,73
000507 GILBERTO SIMAO DOS SANTOS	05/12/2005	772,00	772,00	25,73
000508 CLEUSON REGINALDO FERREIRA	10/09/2007	860,00	860,00	28,67
000509 FRANCISCO PEDREIRA ROCHA	01/05/2008	860,00	860,00	28,67
000511 MARCIO ELI DE CARVALHO	01/09/2009	860,00	860,00	28,67
000512 ENIO MAGNO DE SOUZA	05/04/2010	860,00	860,00	28,67
000513 VANDERLEI DE FARIA FERNANDES	01/10/2010	772,00	772,00	25,73
000514 JERCI LUMINATO	01/10/2010	860,00	860,00	28,67
000515 ROGERIO GERALDO ANTONIO DE OLIVEIRA	01/12/2010	860,00	860,00	28,67
Total de Funcionários: 15		13.047,00	13.047,00	457,45



Recolhimento Contribuição Sindical Anual
Março/2012

Ministério das Comunicações
Fls. 18
Rubrica

0014 LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA

17.286.345/0001-56

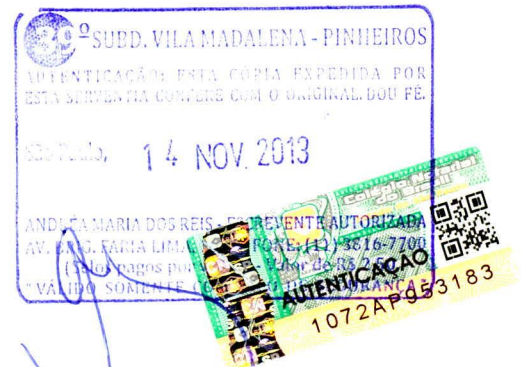
RUA DO SERTAO, 1200, VALE DO JATOBA, BELO HORIZONTE-MG

SINDICATO:0015 SINDICATO DOS RADIALISTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

17.450.305/0001-06

RUA BAHIA, 1148, CENTRO, BELO HORIZONTE-MG

Funcionário	Admissão	Salário	Base	Valor
000336 NELSON LUIZ NEVES	12/06/1989	788,00	788,00	36,77
000443 JOAO BATISTA OLIVEIRA SIERVI	14/11/1992	1.009,00	1.009,00	47,09
000509 FRANCISCO PEDREIRA ROCHA	01/05/2008	930,00	930,00	31,00
000516 FELIPE ROZENTZVAIG LEIDER	06/04/2011	580,00	580,00	19,33
000518 JERCI LUMINATO	14/12/2011	930,00	930,00	31,00
Total de Funcionários: 5		4.237,00	4.237,00	165,19





Bradesco | Net Empresa

Comprovante de Pagamento
Boleto de Cobrança

Boleto Nº: **10499.70724 86617.717284 63450.001019 1 53190000000000**
Favorecido Informado: **SINDICATO DOS RADIALISTAS DE MG**
Debitado da: **Conta Corrente**
Data: **04/05/2012**
Valor do Pagamento R\$: **165,19**
Data do Pagamento: **30/04/2012**
Data de Vencimento: **30/04/2012**

A cobrança acima foi paga através do Bradesco Net Empresa, dentro das condições especificadas.

O lançamento consta no extrato do(a) cliente Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda Agência 2640 - Conta Corrente 10274, da data de pagamento, sob o número de protocolo **0000984**.

Nº de Controle: **800217062985555921**

Banco Bradesco S.A.
www.bradesco.com.br

AUTENTICAÇÃO

CDsA9Oma d6E2pg*w 5mf8NbvB #dsB3In8 eH?Yvm9t KsetMvVJ mlQh#suF 9kXKtQab
zBXZafjh snbKBsZf MFlAXWBq ZZQANCdN yLDzWspa FP58kAnW fPlSnXz1 sLLcKL48
So?zrxef *kTN*fbo hwUvlX6h GT9P3gEH yYMs4ec K*gSC#S 10440162 19085093

Alô Bradesco
SAC - Serviço de Apoio ao Cliente
Cancelamento, Reclamações e Informações - **0800 704 8383**
Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099
Atendimento 24h, 7 dias por semana
Ouvidoria - 0800 727 9933
Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados

AUTENTICAÇÃO: ESTA CÓPIA EXPEDIDA POR
ESTA SERVENTIA CORRESPONDE COM O ORIGINAL DO FE.

4 NOV. 2013

ANDREA MARIA DOS REIS - ESCRIVENTE AUTORIZADA
CPF: 011.13816-7700 - FONE: (11) 3816-7700
(Se os dados por verba) - V. 1.0 - R\$ 2,50
"VALIDO SOMENTE COM SELLO DE SEGURANÇA"

AUTENTICAÇÃO
1072AP953184

Receber a copia sem ser

Lucas 12

[Assinatura]

Contribuição Sindical Anual Março/2013

Ministério das Comunicações
Fls. 20
Rubrica

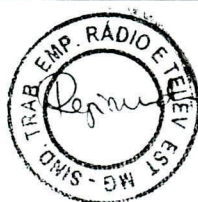
0014 LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA
RUA DO SERTAO, 1200, VALE DO JATOBA, BELO HORIZONTE-MG

17.286.345/0001-56

SINDICATO:0015 SINDICATO DOS RADIALISTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RUA BAHIA, 1148, CENTRO, BELO HORIZONTE-MG

17.450.305/0001-06

Funcionário	Admissão	Salário	Base	Valor
000336 NELSON LUIZ NEVES	12/06/1989	828,00	828,00	38,64
000443 JOAO BATISTA OLIVEIRA SIERVI	14/11/1992	1.060,00	1.060,00	49,47
000509 FRANCISCO PEDREIRA ROCHA	01/05/2008	1.005,00	1.005,00	33,50
000516 FELIPE ROZENTZVAIG LEIDER	06/04/2011	678,00	678,00	22,60
000518 JERCI LUMINATO	14/12/2011	1.005,00	1.005,00	33,50
000519 LUIZ CLAUDIO FULGENCIO DE SOUZA	16/07/2012	1.005,00	1.005,00	33,50
000520 CLEUSON REGINALDO FERREIRA	16/07/2012	1.005,00	1.005,00	33,50
000521 MARCIO ELI DE CARVALHO	07/01/2013	1.005,00	1.005,00	33,50
Total de Funcionários por Sindicato: 0008		7.591,00	7.591,00	278,21





Bradesco | Net Empresa

**Comprovante de Pagamento
Boleto de Cobrança**

Nome do Banco Cedente: **104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL**
Boleto Nº: **10499.70724 86617.717284 63450.001019 7 56840000000000**
Favorecido Informado: **SIND DOS RADIALISTAS MG**
Debitado da: **Conta Corrente**
Data: **06/05/2013**
Valor do Pagamento R\$: **278,21**
Data do Pagamento: **30/04/2013**
Data de Vencimento: **30/04/2013**



A cobrança acima foi paga através do Bradesco Net Empresa, dentro das condições especificadas.

O lançamento consta no extrato do(a) cliente Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda Agência 2640 - Conta Corrente 10274, da data de pagamento, sob o número de protocolo **0001162**.

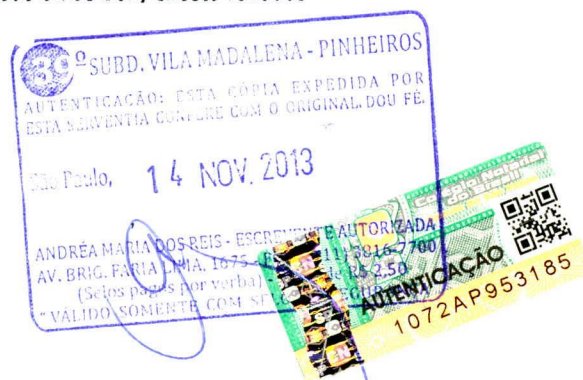
Nº de Controle: **241501730899752754**

Banco Bradesco S.A.
www.bradesco.com.br

AUTENTICAÇÃO

Hi05U0sJ 9wm#*x06 W@Yc5mFx fY3l5e5Q f7Jjub*X *BovrVVt o07s20oo kA8hRaX7
5FR52CF8 msAiC7Nn E9yO*aKG *2ji59iQ nsw@9X2r xuZcDH8 ZVDuKO5? o5eIi7K7
mG5geGI5 kGct3CL7 i?fCdNMG VIOzDd@N Ja6SWrsh K9ASBf8i 20241173 11068013

Alô Bradesco
SAC - Serviço de Apoio ao Cliente
Cancelamento, Reclamações e Informações - 0800 704 8383
Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099
Atendimento 24h, 7 dias por semana
Ouvidoria - 0800 727 9933
Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados





GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical
Urbana - GRCSU

Fls. 22
Rubrica
SCE

Dados da Entidade Sindical				Vencimento	Exercício
Nome da Entidade				Código da Entidade Sindical	
SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO DE MINAS GERAIS				S-05140	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade		
RUA DOMINGOS VIEIRA	587	CONJUNTO 803	26.271.338/0001-71		
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF		
SANTA EFIGÊNIA	30150-240	BELO HORIZONTE	MG		

Dados do Contribuinte				CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
Nome/Razão Social/Denominação Social				022000000598	
Endereço				Complemento	
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF	Código Atividade	
				922	

Dados de Referência da Contribuição				Dados da Contribuição	
Categoria				(-) Valor do Documento	
<input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador	<input type="checkbox"/> Empregados	<input type="checkbox"/> Prof. Liberal	<input type="checkbox"/> Autônomos	164,64	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes			(-) Desconto/Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes			(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE				Total Empregados - Estabelecimento	
Esta cobrança obedece ao Artigo 578 e seguintes da CLT e Artigo 8º inciso IV da constituição federal.				(+/-) Mora/Multa	
				(+/-) Outros Acréscimos	
				(-) Valor Cobrado	
				164,64	

104-0 10499.70518 40917.702207 00000.598227 6 0000000000000000

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
S-05140	022000000598			

Autenticação mecânica



104-0 10499.70518 40917.702207 00000.598227 6 0000000000000000

Local de Pagamento					Vencimento
Pagar Preferencialmente nas casas lotéricas até o valor limite					
Cedente					Agência/Código Cedente
SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO DE MINAS GERAIS					1149/S-05140
Data do Documento	Número do Documento	Esp. Docum. GRCS	Aceite	Data Processamento	Nosso Número
14/12/2012	022000000598			14/12/2012	022000000598
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento
EXERC (2013)	SIND	R\$			164,64
Instruções					(-) Desconto/Abatimento
BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA					(-) Outras Deduções
Até o vencimento, pagável nas Lotéricas, Correspondentes CAIXA Aqui, Agências da CAIXA e Rede Bancária. Não recolher este documento após o vencimento - orientar o sacado a reemitir esta guia no site da CAIXA, www.caixa.gov.br , opção VOCÊ ou EMPRESAS, Contribuição Sindical Urbana, Emissão de Guias, mantendo a mesma data de vencimento, incluir valor e pagar somente nas Agências da CAIXA.					(+) Mora/Multa
Guia vencida - cobrar multa de 10% nos trinta primeiros dias, com o adicional de 2% por mês subsequente de atraso e juros de mora de 1% ao mês e correção monetária (Selic)."					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
					164,64
Sacado					
Sacador/Avalista:					



Ficha de Compensação/Autenticação Mecânica





Comprovante de Transação Bancária

Boleto de Cobrança

Data da operação: 31/01/2013

Nº de controle: 317.450.299.793.975.336 | Documento: 0001119



Conta de débito: **Agência: 2640 | Conta: 0010274-1 | Tipo: Conta-Corrente**

Empresa: **Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda | CNPJ: 017.286.345/0001-56**

Código de barras: **10499 70518 40917 702207 00000 598227 6 00000000000000**

Banco cedente: **104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL**

Data de vencimento: **31/01/2013**

Valor: **R\$ 164,64**

Data de débito: **31/01/2013**

Descrição: **SIND DAS EMPRESAS RADIO E TV MG**

A transação acima foi realizada por meio do Bradesco NET EMPRESA

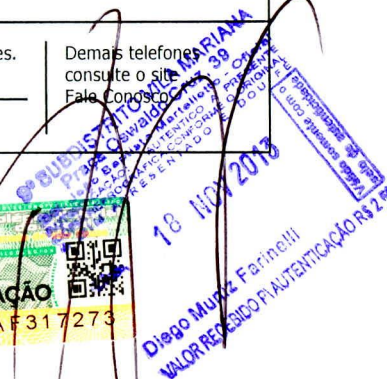
Autenticação

HyGClRJv 4Gg8rkBJ wJ8aEvsR iR9WFThh cFIZQtsi 7BqIBtHU yrxxLUMV 9t9BePC9
WQd9Avb4 yluUtP@L Y7QGlp?q jjc66NIK ApGvZpve L2ZLX@Nm 7jkfz6bq luCA2Usy
*GPUDr*t PyAFUUEG JsxnASxK jf7YhQur @yVSx@mp UI2R#v?Z 10499705 18409177

SAC - Serviço de Apoio ao Cliente Alô Bradesco 0800 704 8383 Deficiente Auditivo ou de Fala 0800 722 0099 Cancelamentos, Reclamações e Informações. Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.

Demais telefones consulte o site Fala Conosco

Ouvidoria 0800 727 9933 Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados.





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Vencimento 31/01/2012 Exercício 2012

DADOS DA ENTIDADE SINDICAL

Nome da Entidade		Código da Entidade Sindical	
SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISÃO DE MINAS GERAIS		S-05140	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade
RUA DOMINGOS VIEIRA	587	CONJUNTO 803	26.271.338/0001-71
Bairro - Distrito	CEP	Cidade - Município	UF
SANTA EFIGÊNIA	30150-240	BELO HORIZONTE	MG

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome - Razão Social - Denominação Social		CPF - CNPJ - Código do Contribuinte	
Endereço	Número	Complemento	
CEP	Bairro - Distrito	Cidade - Município	UF - Código Atividade
			922

DADOS DE REFERÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO

CATEGORIA

☒ Patronal - Empregador ☐ Empregados ☐ Profissional Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa N.º Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento Total Remuneração - Contribuintes

Total Empregados - Estabelecimento

DADOS DA CONTRIBUIÇÃO

(=) Valor do Documento

(-) Desconto - Abatimento

(-) Outras Deduções

104-0**10499.70518 40917.700003 00000.592220 7 52290000000000**

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
S-05140	000000000592		31/01/2012	2012

Autenticação Mecânica

CAIXA**104-0****10499.70518 40917.700003 00000.592220 7 52290000000000**

Local de Pagamento					Vencimento	
PAGAR PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE.					31/01/2012	
Cedente					Agência - Código do Cedente	
SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISÃO DE MINAS GERAIS					1149 / S-05140	
Data do Documento	Número do Documento	Esp. Documento	Aceite	Data Processamento	Nosso Número	
06/01/2012	000000000592	GRCS		06/01/2012	000000000592	
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento	
Exercício: 2012	SIND	R\$			(=) Valor do Documento	
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA Até o vencimento, pagável nas Lotéricas, Agências da CAIXA e Rede Bancária. Não recolher este documento após o vencimento - orientar o sacado a reemitir esta guia no site da CAIXA, www.caixa.gov.br , opção VOCÊ ou EMPRESAS, Contribuição Sindical Urbana, Emissão de Guias e pagá-la somente nas Agências da CAIXA. Guia vencida - cobrar multa de 10% nos trinta primeiros dias, com o adicional de 2% por mês subsequente de atraso e juros de mora de 1% ao mês e correção monetária.					(-) Desconto / Abatimento	
					(-) Outras Deduções	
					(+) Mora / Multa	
					(+) Outros Acréscimos	
					(=) Valor Cobrado	

Sacado

Sacador / Avalista:

Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica



TABELA PARA CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL/2012

VENCIMENTO: 31/JANEIRO/2012

Para os empregadores e agentes do comércio organizados em firmas ou empresas e para as entidades ou instituições com capital arbitrado (item III alterado pela Lei nº 7.047 de 01 de dezembro de 1982 e §§ 3º, 4º e 5º do art. 580 da CLT).

VALOR BASE (CONTRIBUIÇÃO MÍNIMA).....R\$222,00

CAPITAL SOCIAL (R\$)		ALÍQUOTA	PARCELA A ADICIONAR (R\$)
De 0,01	Até 9.823,50	Contribuição mínima.....R\$	222,00
9.823,51	19.647,00	0,2%: s capital social +	R\$ 145,00
19.647,01	196.470,00	0,2%: s capital social +	R\$ 200,00
196.470,01	1.964.700,00	0,1%: s capital social +	R\$ 529,00
1.964.700,01	10.478.400,00	0,02%: s capital social +	R\$27.000,00
Acima de 10.478.400,01 em diante		Contribuição máxima.....R\$	562.342,00

As empresas, firmas individuais, entidades ou instituições já estabelecidas e que ainda não recolheram a sua Contribuição, deverão fazê-lo, com base na tabela vigente na época própria para o recolhimento, acrescendo-se, porém, à importância a recolher, as penalidades previstas, multa e juros de mora.

ATENÇÃO: Os recolhimentos da CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, cujos valores não forem compatíveis com a tabela acima, ficarão sujeitos ao recolhimento complementar, com os acréscimos legais e fiscalização do MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, que participa percentualmente do produto arrecadado.



MINISTÉRIO DO TRABALHO

GUIA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA - GRCSU

SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISÃO DE MINAS GERAIS

DESTINATÁRIO:



PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA DA REDE BANCÁRIA AUTORIZADA

REMETENTE:

SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISÃO DE MINAS GERAIS
RUA DOMINGOS VIEIRA 587 CONJUNTO 803 - SANTA EFIGÊNIA
30150-240 BELO HORIZONTE - MG

PARA USO DO CORREIO

☐ MUDOU-SE

☐ ENDEREÇO INEXISTENTE

☐ NÃO EXISTE Nº INDICADO

☐ NÃO PROCURADO

☐ AUSENTE

☐ DESCONHECIDO

☐ RECUSADO

☐ FALECIDO

☐ INFORMAÇÃO ESCRITA POR PORTEIRO/SÍNDICO

☐

☐

☐

DATA

REINTEGRADA AO SERVIÇO POSTAL EM

ASSINATURA E Nº DO ENTREGADOR



Bradesco | Net Empresa

**Comprovante de Pagamento
Boleto de Cobrança**

Boleto Nº: **10499.70518 40617.717281 63450.001019 6 52290000022900**
Favorecido Informado: **SINDICATO EMPRESAS RADIO TV MG**
Debitado da: **Conta Corrente**
Data: **01/02/2012**
Valor do Pagamento R\$: **229,00**
Data do Pagamento: **31/01/2012**
Data de Vencimento: **31/01/2012**

Ministério das Comunicações
25
Rubrica

A cobrança acima foi paga através do Bradesco Net Empresa, dentro das condições especificadas.

O lançamento consta no extrato do(a) cliente Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda Agência 2640 - Conta Corrente 10274, da data de pagamento, sob o número de protocolo **0000946**.

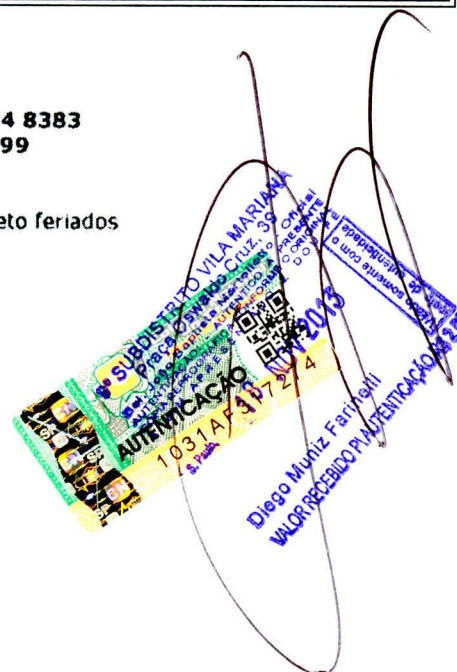
Nº de Controle: **571617660599096261**

Banco Bradesco S.A.
www.bradesco.com.br

AUTENTICAÇÃO

tT6frnDA HL7f7beR XG5BI?86 csuJG8oM u@aBk2rC wbhu48X9 OQw3z4FR RjyMsHsM
bZUfE#Wt oNKPjyQA MyzerUKn zWNtu7Cr 8TVBpMG7 C2nOKudm TGhdaIaP Hg4G#AND
UdII8H?N X#jWQbJ7 cuS8S4C# EjXYoykD vNho2SUE mKcR#P9w 01640122 19149003

Alô Bradesco
SAC - Serviço de Apoio ao Cliente
Cancelamento, Reclamações e Informações - **0800 704 8383**
Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099
Atendimento 24h, 7 dias por semana
Ouvidoria - 0800 727 9933
Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento 31/01/2011 Exercício 2011

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO DE MINAS GERAIS 001111		Código da Entidade Sindical 000.000.000.05140-3	
Endereço R DOMINGOS VIEIRA 587 SL 803	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 26.271.338/0001-71
Bairro/Distrito SANTA EFIGENIA	CEP 30150-240	Cidade/Município BELO HORIZONTE	UF MG

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 17.286.345/0001-56	
Endereço R DO SERTAO	Número 1200	Complemento	
CEP 30664-780	Bairro/Distrito VALE DO JATOBA	Cidade/Município BELO HORIZONTE	UF MG
			Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 221,00
Capital Social - Empresa 10.000,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento 10.000,00	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Mora / Multa
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+) Outros Acréscimos
PRT		(=) Valor Cobrado

104-0 10499.70518 40617.717281 63450.001019 2 48640000022100

Código do Cedente 000.000.000.05140-3	Nosso Número 172863450001	Valor do Documento 221,00	Data Vencimento 31/01/2011	Exercício 2011
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



104-0 10499.70518 40617.717281 63450.001019 2 48640000022100

Local de Pagamento NAS LOTERICAS ATE VLR LIMITE					Vencimento 31/01/2011
Cedente SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO DE MINAS GERAIS					Agência / Código Cedente 1149 / 000.000.000.05140-3
Data do Documento 26/01/2011	Número do Documento 201100449663	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 26/01/2011	Nosso Número 172863450001
Uso do Banco EXERC (2011)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 221,00
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE; JUROS: 1%; MAIS CORREC MONET::: 000000					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
PRT					(=) Valor Cobrado

Sacado:
LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA
R DO SERTAO , 1200 - CEP 30664-780 - VALE DO JATOBA - BELO HORIZONTE /MG

Sacador / Avalista:

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica



18 NOV 2013
Diego Muniz Farinelli
RECEBIDO AUTENTICAÇÃO P827


Bradesco | Net Empresa

**Comprovante de Pagamento
Boleto de Cobrança**

Boleto Nº: **10499.70518 40617.717281 63450.001019 2 48640000022100**
 Favorecido Informado: **SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO**
 Debitado da: **Conta Corrente**
 Data: **02/02/2011**
 Valor do Pagamento R\$: **221,00**
 Data do Pagamento: **31/01/2011**
 Data de Vencimento: **31/01/2011**



A cobrança acima foi paga através do Bradesco Net Empresa, dentro das condições especificadas.

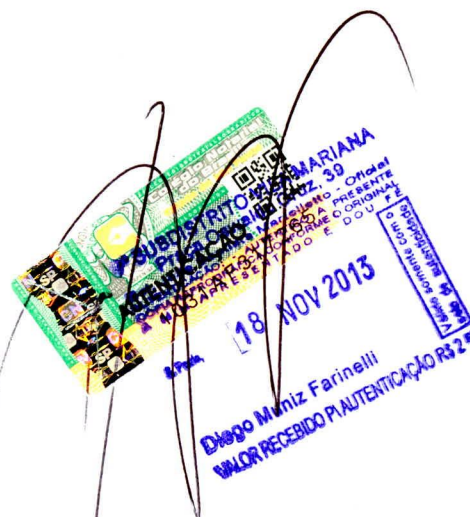
O lançamento consta no extrato do(a) cliente Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda Agência 2640 - Conta Corrente 10274, da data de pagamento, sob o número de protocolo **0000700**.

Nº de Controle: **884059317281338978**

Banco Bradesco S.A.
www.bradesco.com.br

AUTENTICAÇÃO

3LRdxRqH uoGqr*oI LF8Kzpt2 LwLdnno5 DItn6TyK rLvMckQ9 7e9Sb3W# XevwLqSl
 nPFb7jFk pG8Y@JD6 5Bgp3s8G UzrSeV*1 rEYcnGsJ 6kBGqq3t KzCnVTC1 oqktyZWY
 #MYZ4*dR F2qtV?Vo IOHnTVih zZ@ztNdR rvZnN698 TucR4vxF 01040121 17101003





GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical

Vencimento	Exercício
31/01/2010	2010

DADOS DA ENTIDADE SINDICAL

Nome da Entidade	Código da Entidade Sindical		
SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO DE MINAS GERAIS	000.000.05140-3		
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade
RUA DOMINGOS VIEIRA	587	CONJUNTO 803	26.271.338/0001-71
Bairro / Distrito	CEP	Cidade / Município	UF
SANTA EFIGÊNIA	30150-240	BELO HORIZONTE	MG

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome / Razão Social / Denominação Social	CPF / CNPJ / Código do Contribuinte			
Endereço	Número	Complemento		
CEP	Bairro / Distrito	Cidade / Município	UF	Código de Atividade
				922

DADOS DE REFERÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO

CATEGORIA

☐ Patronal Empregador
 ☐ Empregados
 ☐ Profissional Liberal
 ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes

Total Empregados - Estabelecimento

DADOS DA CONTRIBUIÇÃO

(=) Valor do Documento

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

104-0

10499.70518 40917.700003 00000.424226 3 44990000000000

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.000.05140-3	000000000424		31/01/2010	2010

Autenticação Mecânica



104-0

10499.70518 40917.700003 00000.424226 3 44990000000000

Local de Pagamento	Vencimento			
PAGAR PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE.	31/01/2010			
Cedente	Agência / Código do Cedente			
SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO DE MINAS GERAIS	0094/000.000.05140-3			
Data do Documento	Nosso Número			
14/12/2009	000000000424			
Número do Documento	Esp. Documento	Acate	Data Processamento	
000000000424	GRCS		14/12/2009	
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor
2010	SIND	R\$		
Instruções	(=) Valor do Documento			
APÓS VENCIMENTO, 10% DE MULTA NOS 30 PRIMEIROS DIAS, COM ADICIONAL DE 2% POR MÊS SUBSEQUENTE E JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS E CORREÇÃO MONETÁRIA.	(-) Desconto / Abatimento			
VALOR BASE (CONTRIBUIÇÃO MÍNIMA).....R\$201,00	(-) Outras Deduções			
	(+) Mora / Multa			
	(+) Outros Acréscimos			
	Valor Cobrado			
Capital Social (R\$)	ALÍQUOTA	PARCELA A ADICIONAR (R\$)		
De				
0,01				
9.823,51				
19.847,01				
198.470,01				
104.784.000,01				
Acima de 104.784.000,01 em diante				
	Contribuição mínima	R\$ 201,00		
	0,8% s/capital social +	R\$ 134,00		
	0,2% s/capital social +	R\$ 181,00		
	0,1% s/capital social +	R\$ 480,00		
	0,02% s/capital social +	R\$24.514,00		
	Contribuição máxima	R\$58.547,00		

Sacado

Sacador / Avalista:



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica

TABELA PARA CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL/2010

VENCIMENTO: 31/JANEIRO/2010

Para os empregadores e agentes do comércio organizados em firmas ou empresas e para as entidades ou instituições com capital arbitrado (item III alterado pela Lei nº 7.047 de 01 de dezembro de 1982 e §§ 3º, 4º e 5º do art. 580 da CLT).

As empresas, firmas individuais, entidades ou instituições já estabelecidas e que ainda não recolheram a sua Contribuição, deverão fazê-lo, com base na tabela vigente na época própria para o recolhimento, acrescentando-se, porém, à importância a recolher, as penalidades previstas, multa e juros de mora.

ATENÇÃO: Os recolhimentos da **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**, cujos valores não forem compatíveis com a tabela acima, ficarão sujeitos ao recolhimento complementar, com os acréscimos legais e fiscalização do **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**, que participa percentualmente do produto arrecadado.



MINISTÉRIO DO TRABALHO

GUIA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - GRCS

SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO DE MINAS GERAIS

DESTINATÁRIO:



PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA DA REDE BANCÁRIA AUTORIZADA

REMETENTE:

SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO DE MINAS GERAIS
RUA DOMINGOS VIEIRA 587 CONJUNTO 803 - SANTA EFIGÊNIA
30150-240 - BELO HORIZONTE - MG

PARA USO DO CORREIO

☐ MUDOU-SE

☐ ENDEREÇO INEXISTENTE

☐ NÃO EXISTE Nº. INDICADO

☐ NÃO PROCURADO

☐ AUSENTE

☐ DESCONHECIDO

☐ RECUSADO

☐ FALECIDO

☐ INFORMAÇÃO ESCRITA POR
PORTEIRO/SÍNDICO

DATA

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM:

ASSINATURA E Nº. DO ENTREGADOR

**Bradesco Net Empresa****Comprovante de Pagamento
Boleto de Cobrança**

Boleto Nº: **10499.70518 40617.717281 63450.001019 1 44990000021400**
 Favorecido Informado: **SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO**
 Debitado da: **Conta Corrente**
 Data: **02/02/2010**
 Valor do Pagamento R\$: **214,00**
 Data do Pagamento: **29/01/2010**
 Data de Vencimento: **31/01/2010**



A cobrança acima foi paga através do Bradesco Net Empresa, dentro das condições especificadas.

O lançamento consta no extrato do(a) cliente Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda Agência 2640 - Conta Corrente 10274, da data de pagamento, sob o número de protocolo **0000464**.

Nº de Controle: **325716347580617996**

Banco Bradesco S.A.
www.bradesco.com.br

AUTENTICAÇÃO

zXkVc?3K vIvzgip6 cXdfvqKb emmHg79t hollIpgi GST41A7g e9omPz4R SdF#QQW
 myLe*ORt Ed4q*sVX r6hzWZLZ JjbYcEni nQL5NLY2 wSkA4AYg 8dvSeyWt NsBkQihF
 OhlTaMPx hW2cQ9pf cnNx45ta c3rjVzTv 2Ct?6@tw EuESAQYX 09440110 14164002



Vencimento	Exercício
31/01/2009	2009

DADOS DA ENTIDADE SINDICAL

Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELEVISÃO DE MINAS GERAIS				Código da Entidade Sindical 000.000.05140-3	
Endereço RUA DOMINGOS VIEIRA		Número 587	Complemento CONJUNTO 803		CNPJ da Entidade 26.271.338/0001-71
Bairro / Distrito SANTA EFIGÊNIA		CEP 30150-240	Cidade / Município BELO HORIZONTE		UF MG

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome / Razão Social / Denominação Social				CPF / CNPJ / Código do Contribuinte	
Endereço		Número	Complemento		
CEP	Bairro / Distrito	Cidade / Município	UF	Código Atividade	
				922	

DADOS DE REFERÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO

CATEGORIA

☐ Patronal Empregador ☐ Empregados ☐ Profissional Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes

Total Empregados - Estabelecimento

DADOS DA CONTRIBUIÇÃO

(=) Valor do Documento

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(=) Valor Cobrado

104-0

10499.70518 40917.700003 00000.243220 3 41340000000000

Código do Cedente 000.000.05140-3	Nosso Número 000000000243	Valor do Documento	Data Vencimento 31/01/2009	Exercício 2009
--------------------------------------	------------------------------	--------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

104-0

10499.70518 40917.700003 00000.243220 3 41340000000000

Local de Pagamento

PAGAR PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE.

Cedente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELEVISÃO DE MINAS GERAIS

Data do Documento

11/12/2008

Número do Documento

000000000243

Esp. Documento

GRCS

Aceite

Data Processamento

11/12/2008

Uso do Banco

2009

Carteira

SIND

Espécie

R\$

Quantidade

Valor

Instruções

APÓS VENCIMENTO, 10% DE MULTA NOS 30 PRIMEIROS DIAS, COM ADICIONAL DE 2% POR MÊS SUBSEQUENTE E JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS E CORREÇÃO MONETÁRIA.

TABELA PARA CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL/2009 - VENCIMENTO: 31/JANEIRO/2009

VALOR BASE (CONTRIBUIÇÃO MÍNIMA).....R\$195,00

CAPITAL SOCIAL (R\$)

ALÍQUOTA

PARCELA A ADICIONAR

(R\$)

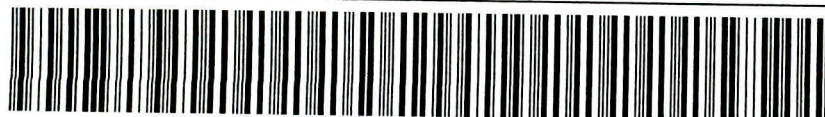
De	Até
0,01	9.823,50
9.823,51	19.647,00
19.647,01	196.470,00
196.470,01	1.964.700,00
1.964.700,01	104.784.000,00
Acima de 104.784.000,01 em diante	

Contribuição mínima.....R\$	195,00
0,8% s/capital social +.....R\$	130,00
0,2% s/capital social +.....R\$	175,00
0,1% s/capital social +.....R\$	466,00
0,02% s/capital social +.....R\$	23.800,00
Contribuição máxima.....R\$	54.900,00

Sacado

Sacador / Avalista:

Vencimento 30 31/01/2009
Agência / Código do Cedente 0094/000.000.05140-3
Nosso Número 000000000243
(=) Valor do Documento
(-) Desconto / Abatimento
(-) Outras Deduções
(+) Mora / Multa
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado 210,00



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica

TABELA PARA CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL/2009

VENCIMENTO: 31/JANEIRO/2009

Para os empregadores e agentes do comércio organizados em firmas ou empresas e para as entidades ou instituições com capital arbitrado (item III alterado pela Lei nº 7.047 de 01 de dezembro de 1982 e §§ 3º, 4º e 5º do art. 580 da CLT).

As empresas, firmas individuais, entidades ou instituições já estabelecidas e que ainda não recolheram a sua Contribuição, deverão fazê-lo, com base na tabela vigente na época própria para o recolhimento, acrescendo-se, porém, à importância a recolher, as penalidades previstas, multa e juros de mora.

ATENÇÃO: Os recolhimentos da CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, cujos valores não forem compatíveis com a tabela acima, ficarão sujeitos ao recolhimento complementar, com os acréscimos legais e fiscalização do MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, que participa percentualmente do produto arrecadado.



MINISTÉRIO DO TRABALHO

GUIA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - GRCS

SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO DE MINAS GERAIS

DESTINATÁRIO:

243



PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA DA REDE BANCÁRIA AUTORIZADA

REMETENTE:

SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO DE MINAS GERAIS
RUA DOMINGOS VIEIRA 587 CONJUNTO 803 - SANTA EFIGÊNIA
30150-240 BELO HORIZONTE MG

PARA USO DO CORREIO

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> MUDOU-SE | <input type="checkbox"/> ENDEREÇO INEXISTENTE | <input type="checkbox"/> NÃO EXISTE Nº. INDICADO |
| <input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO | <input type="checkbox"/> AUSENTE | <input type="checkbox"/> DESCONHECIDO |
| <input type="checkbox"/> RECUSADO | <input type="checkbox"/> FALECIDO | <input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA POR PORTEIRO/SÍNDICO |

DATA: _____

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: _____

ASSINATURA E Nº DO ENTREGADOR: _____



Bradesco Net Empresa

**Comprovante de Pagamento
Boleto de Cobrança**

Data: 03/02/2009

Banco:

104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Boleto Nº:

10499.70518 40917.700003 00000.243220 3 41340000000000

Data do Pagamento:

30/01/2009

Valor do Pagamento:

210,00

Data de Vencimento:

31/01/2009

Favorecido Informado:

SIND.EMPRESAS RADIODIFUSAO TV MG

Debitado da:

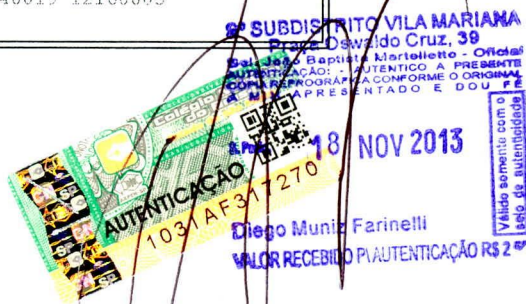
Conta Corrente

A cobrança acima foi paga através do(a) NetEmpresa, dentro das condições especificadas.
O lançamento consta no extrato do(a) cliente Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda
Agência **2640** - Conta **10274**, da data de pagamento, sob o número de protocolo **0000260**.

Nº Controle: **286.966.978.016.657.285**

Banco Bradesco S.A.
<http://www.bradescobrasil.com.br>

u3c@wJio 6wobfyMF rUgMC8JC kjfU5KKx sbqEb0?J 8Etnlsz? FFzyl3Ww qKAp7XGK
bff5P?ds 8NNAkf4L yrN66e6p 3b2bLqmo XBNGDdbu WtW73RC* teyPqnbz GlveHLNr
SurtKFRV fFGeBP9L qY#SBISI VPcFbJ7 m*aEikRl 5JgR7P3w 00040019 12160003



Ministério das Comunicações
Fls. 32
Rubrica



BOM DIA
EDUARDO ELIAS ALVES DA SILVA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

BOLETO » » Nada Consta | menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA
CNPJ: 17.286.345/0001-56

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:14:56 do dia 17/10/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/11/2013.

Certidão expedida gratuitamente.



IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17286345/0001-56
Razão Social: LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA
Nome Fantasia: RADIO CAPITAL MINAS E OU REDE CAPITAL DE COMUNICACOES
Endereço: AV SINFRONIO BROCHADO 865 865 / BARREIRO / BELO HORIZONTE / MG / 30640-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/11/2013 a 07/12/2013

Certificação Número: 2013110809373128259000

Informação obtida em 08/11/2013, às 09:37:31.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA - EPP
CNPJ: 17.286.345/0001-56

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 09:11:58 do dia 21/10/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/04/2014.

Código de controle da certidão: **14C5.FCDB.EFE3.AC07**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS**

Ministério das Comunicações
Fis. 36
Rubrica

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS**Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
21/10/2013CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
19/01/2014

NOME/NOME EMPRESARIAL: LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL:
062947340.00-11

CNPJ/CPF: 17.286.345/0001-56

SITUAÇÃO: Suspenso

LOGRADOURO: RUA DO SERTAO

NÚMERO: 1200

COMPLEMENTO:

BAIRRO: VALE DO JATOBA

CEP: 30664780

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Certificamos não haver débito de responsabilidade do interessado acima identificado, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual vir a constituir e cobrar novos créditos tributários que ainda não foram apurados ou lançados até esta data. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários
=> certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2013000041009115



Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Finanças
Secretaria Municipal Adjunta de Arrecadações



CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

Certidão de Débitos nº: **1.085.713/2013**
Emitida em: **17/10/2013** requerida às **10:30:33**

Número de Controle: **AFCEJIHILJ**
Validade: **16/11/2013**

Nome: **LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA - EPP**

CNPJ: **17.286.345.0001.56**

Endereço: **RUA DO SERTAÓ, 1200 - CDI JATOBA - 30664-780 - BELO HORIZONTE - MG**

Inscrição Municipal: **03426120013**

Ressalvando à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Gerência de Dívida Ativa da Secretaria Municipal Adjunta de Arrecadações, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quite com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Preços inscritos ou não em dívida ativa.

CERTIDÃO GRATUITA - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

A autenticidade desta certidão deve ser verificada em:
<http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

Esta Certidão só terá validade quando confirmada a sua autenticidade na Internet no endereço:
<http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES
PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS

Nº 003232013-11001345

Nome: LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA - EPP

CNPJ: 17.286.345/0001-56

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço < <http://www.receita.fazenda.gov.br> >.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 17/10/2013.

Válida até 15/04/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CARLOS ALBERTO ARAUJO PEÇANHA – CREA: 27364 – 4º R	
ANTÔNIO GONÇALVES PINTO – CREA: 02321 – 4º R	
Laudo de Vistoria Técnica	
Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias e Tropicais 120 m	
Renovação de Outorga	
(X) Ondas Médias	() Ondas Tropicais
DESCRIÇÃO	
1- IDENTIFICAÇÃO	
1.1 – Nome /Razão Social: Liberdade – Empresa de Radiodifusão Ltda (CNPJ: 17286345/0001-56)	
1.2 – Indicativo de chamada: ZYL-261 1.3 – Horário de Funcionamento: de 00:00 as 24:00 horas	
2 – LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA	
2.1 – Endereço: Rua do Sertão 1200 – Vale do Jatobá – Belo Horizonte - MG.	
Cidade: Belo Horizonte UF: MG	
CEP: 30664-780 Telefone: 31-3322-1945	
2.2 – Coordenadas Geográficas:	
Torre 1: 20°-00' - 02,06"s. 44°-02' - 39,14"w.	
Torre 2: 20°-00' - 04,49"s. 44°-02' - 41,89" w	
2.3 – Transmissor Principal:	
2.3.1 – Fabricante: Continental Eletrônica do Brasil Ltda	
2.3.2 – Modelo: K5-A30	
2.3.3 – Homologação/Certificação: 2020-07-4119	
2.3.4 – Potencia de Operação: 25,0/5,0 Kw	Potencia Medida: 25,0/5,0 Kw

2.3.5 – Freqüência (PBOM/OT): 570 KHz Freqüência Medida: 570 KHz	
2.3.6 – Tolerância da Freqüência da Portadora – (OM+/- 10 Hz) = 5,0 Hz	
2.3.6- Tolerância da Freqüência da Portadora – OT(+/- 10 Hz) (OT 120 m)	
2.3.7– Cristal e Unidade Osciladora Blindada: (X) Sim () Não	
2.3.8– Recursos para Conexão do Monitor de Modulação e Freqüência (X) Sim () Não	
2.3.9 – Amperímetro de Placa ou Coletor (Estágio Final de RF) (X) Operante () Com defeito () Inoperante	
2.3.10 – Voltímetro de Placa ou Coletor (Estágio Final de RF) (X) Operante () Com defeito () Inoperante	
2.4 Sistemas de Proteção e Segurança	
2.4.1- Ajuste externo dos circuitos com tensão maior que 350 Volts	(X) Sim () Não
2.4.2 – Dispositivo de Descarga do Banco de Capacitores.	(X) Sim () Não
2.4.3 - Dispositivo de Proteção (Desligamento) em portas e tampas onde exista tensão maior que 350 Volts	(X) Sim () Não
2.4.4 – Transmissor encerrado em gabinete metálico e estruturas metálicas aterradas:	(X) Sim () Não
2.5 – Transmissor Auxiliar	
2.5.1 – Fabricante: Harris Intertype Corporation	

Ministério das Comunicações
Fls. 39
Rubrica

[Handwritten signature and initials]

2.5.2 – Modelo: MW-5A			
2.5.3 – Homologação/Certificação: 0628-78			
2.5.4 – Potencia de Operação (kW): 5,0/1,0 Kw Potencia Medida (Kw): 5,0/1,0 Kw			
2.5.5 – Frequência: (PBOM/OT) KHz: 570 KHz Frequência Medida (KHz): 570 KHz			
2.5.5– Tolerância da Frequência da Portadora –OM (+/-10 Hz) = +2,0 Hz			
2.5.6–Tolerância da Frequência da portadora – OT (+/- 10Hz) (OT 120 m):			
2.5.7 – Cristal e unidade Osciladora Blindada: (X) Sim () Não			
2.5.8– Recursos para conexão de Monitor de Modulação e Frequência: (X) Sim () Não			
2.5.9– Amperímetro de placa ou coletor (estágio final de RF) (X) Operante () Com defeito () Inoperante			
2.5.10 – Voltímetro de placa ou coletor (estágio final de RF) (X) Operante () Com defeito () Inoperante			
2.6 – Sistema de Proteção e Segurança			
2.6.1 – Ajuste externo dos circuitos com tensão maior que 350 Volts (X) Sim () Não			
2.6.2 – Dispositivo de descarga do banco de capacitores: (X) Sim () Não			
2.6.3 – Dispositivo de proteção(desligamento) em portas e tampas onde exista tensão maior que 350 V (X)Sim () Não			
2.6.4– Transmissor encerrado em gabinete metálico e estruturas metálicas aterradas. (X) Sim () Não			

2.7– Equipamentos Compulsórios	
2.7.1 – Amperímetro na(s) base(s) da(s) torre(s)	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.7.2 – Amperímetro na entrada de RF no divisor de potência (diretivo)	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.7.3 – Limitador	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.7.4 – Monitor de Modulação	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.7.5 – Medidor de fase (em sistemas diretivos)	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.7.6 – Monitor de audição	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.7.7 – Carga Artificial de RF (somente para potências acima de 10 kW)	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.8 – Sistema Irradiante	
2.8.1 – Onidirecional	
2.8.1.1 – Altura da Torre (m): metros	
2.8.1.2 – Cerca de proteção em torno da antena: () Bom Estado () Mal estado () Inexistente	
2.8.1.3 – Aviso pictórico (Perigo de Morte) afixado à base da antena () Sim () Não	
2.8.2 – Diretivo	
2.8.2.1 Altura de cada elemento: T 1 = T2 = 93 metros	
2.8.2.2 – Separação entre elementos: 109,6 metros	
2.8.2.3 – Cerca de Proteção em torno das antenas: (X) Bom estado () Mal estado () Inexistente	
2.8.2.4. – Aviso Pictórico (Perigo de Morte) Afixado à base das antenas: (X) Sim () Não	
3- Estúdios	
3.1 – Estúdio Principal:	
3.1.1. Endereço: Rua do Sertão, 1200 – Vale do Jatobá - Belo Horizonte – MG CEP: 30664-780	
3.2 – Estúdio Auxiliar: (Não adota)	

3.2.1 Endereço:				
4- Ocorrências de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência				
4.1 – Transmissor Principal:		Atenuação Medida em dB		
2º Harmônico		-84 dB		
3º Harmônico		-86 dB		
Espúrios		Não há		
4.2 – Transmissor Auxiliar		Atenuação Medida em dB		
2º Harmônico		-81 dB		
3º Harmônico		-82 dB		
Espúrios		Não há		
Equipamento de Gravação de Áudio (X) Operante () Com defeito () Inexistente				
Relatório de Conformidade: (X) Possui () Não Possui				
5- Informações Adicionais ART CREA nº 14201300000001516873.				
6- Identificação dos Instrumentos e aparelhos utilizados: GPS MAGELLAN mod. GPS 300 Medidor de Campo Potomac Instruments Mod: FIM 41 Medidor de Frequência MINIPA – Modelo: MF-7130 Medidor de Potencia Linear Equipamentos Modelo: WL2300 – Com sensores BIRD Electronics. Analisador de Espectro AVCOM – Modelo PSA 65A Bússola YCM				
7- Responsáveis Pela Vistoria Técnica				

Carlos Alberto Araújo Peçanha
E. Telecomunicações
CREA: 027364 4ª R

Antônio Gonçalves Pinto
J. Eletrônica
CREA: 002321 – 4ª R

Representante Legal da Entidade:

Marcio Tomio Morizono
CPF: 088725158-74
Cargo: Gerente

Data: 5 de dezembro de 2013.





Declaração

Declaramos, para fins de prova, junto ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que a “Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda”, executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, utilizando o canal cuja frequência é 570 kHz, na localidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; encontra-se com as suas instalações e equipamentos em conformidade com o projeto anexado a este documento, de acordo com os parâmetros Técnicos previstos na regulamentação vigente.

Outrossim, declaramos que a referida entidade está apta a ter a sua outorga renovada por novo decênio, de acordo com o disposto no Decreto nº 88.066 de 26 de janeiro de 1983.

Belo Horizonte/MG, 5 de dezembro de 2013

Responsáveis Técnicos


Carlos Alberto Araújo Peçanha

CREA: 27364 – 4ª R

CPF: 014100089-91


Antonio Gonçalves Pinto

CREA: 02321- 4ª R

CPF: 101262016-68

Representante Legal da Entidade:


Marcio Tomio Morizono

CPF: 088725158-74

Cargo: Gerente



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

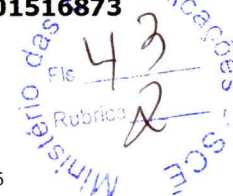
Via da Obra/Serviço

Página 1/1

CREA-MG

ART de Obra ou Serviço

14201300000001516873



1. Responsável Técnico

CARLOS ALBERTO ARAUJO PECANHA

Título profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA - ELETRONICA;

RNP: 1403724865

Registro: 04.0.0000027364

2. Dados do Contrato

Contratante: LIBERDADE - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA

Logradouro: RUA DO SERTÃO

Cidade: BELO HORIZONTE

Contrato:

Celebrado em: 03/12/2013

Valor: 1.000,00

Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

Ação institucional: CONVÊNIO DO CREA

CNPJ: 17.286.345/0001-56

Nº: 001200

Bairro: VALE DO JATOBÁ (BARREIRO)

UF: MG

CEP: 30664780

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: RUA DO SERTÃO

Cidade: BELO HORIZONTE

Data de início: 03/12/2013 Previsão de término: 03/03/2014

Finalidade: OUTRO

Proprietário: LIBERDADE - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA

Nº: 001200

Bairro: VALE DO JATOBÁ (BARREIRO)

UF: MG

CEP: 30664780

4. Atividade Técnica

1 - EXECUÇÃO

VISTORIA, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIODIFUSÃO

CNPJ: 17.286.345/0001-56

Quantidade: Unidade:

25.00

kW

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

VISTORIA NA ESTAÇÃO DE AM.....

6. Declarações

7. Entidade de Classe

SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

14 de 3 de dezembro de 2013

CARLOS ALBERTO ARAUJO PECANHA

RNP: 1403724865

LIBERDADE - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA

CNPJ: 17.286.345/0001-56

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ R\$1.000,00. ÁREA DE ATUAÇÃO: ELETRONICO,



CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Valor da ART: 45,00

Registrada em: 03/12/2013

Valor Pago: 45,00

www.crea-mg.org.br | 0800.0312732

Nosso Número: 0000000001553688

BOM DIA
ANTONIO GONCALVES PINTOAgência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO » » Nada Consta | menu ajuda



Agência Nacional de Telecomunicações

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA
CNPJ: 17.286.345/0001-56

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:50:42 do dia 05/12/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/01/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.077005/2013-10**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 28 de julho de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Patrick Cardoso Pescara, Analista**, em 28/07/2014, às 14:14, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0058058** e o código CRC **F1AA872A**.



**TERMO DE CADASTRO DE
INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 22 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto**, **Tecnico de Nivel**, em 05/01/2015, às 08:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0297358** e o código CRC **A2429355**.

OF: 21537/2014/SEI-MC/GTCO/DEOC
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA
RUA DO SERTÃO, Nº 1200 – VALE DO JATOBÁ
CEP: 30.664-780 BELO HORIZONTE/MG
PROC.: 53000.077005/2013
RENOVAÇÃO DE OUTORGA





**AVISO DE
RECEBIMENTO**
AVIS CN07

AR

JG 08954029 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0
Cidade 70044-900 - Brasília - DF

UF

BRASIL

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0
70044-900 - Brasília - DF

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

21537/2014/SEI-MC/GTCO/DEOC

AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
 LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA
 RUA DO SERTÃO, Nº 1200 – VALE DO JATOBÁ
 CEP: 30.664-780 BELO HORIZONTE/MG
 PROC.: 53000.077005/2013
 RENOVAÇÃO DE OUTORGA

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI



PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE



EMS



SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRATION

 CARIMBO DE ENTREGA
 UNIDADE DE DESTINO
 BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

 Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
 RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

 RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
 SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



**CORREIOS
BRÉSIL**

**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

JG 08954029 5 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>
: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

CIDADE 70044-900 - Brasília - DF

UF

BRASIL

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR**

--	--	--	--	--	--	--	--

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS

Processo: 53000.077005/2013-10		
Entidade: LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA		CNPJ: 17.286.345/0001-56
Executante do serviço de radiodifusão sonora em OM	Localidade: Belo Horizonte	UF: MG
Validade da Outorga: Vencida	Período: 01/05/2014 a 01/05/2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	Pendente	<i>Atualizar pedido para requerimento e declarações – Lei 13424/2017 e Decreto 9138/2017</i>
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	Págs. 1 a 5 - SEI nº 4978839

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
2.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	Pendente	***
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	Pendente	*** Pág. 62 – SEI nº 0369627 e Pág. 62 – SEI nº 0370015 (Cert. Simplificada) <i>Exigir Certidão Detalhada</i>

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	Pendente	***
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	Pendente	***
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	SEI nº 4978839
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	Pendentes	Fed.: ***
			Est.: ***
			Mun.: ***
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	Pág.7 – SEI nº 4978839
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	Pendente OK	Seg.Soc.: *** FGTS: SEI nº 4978862
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	Pendente	***
	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Pendente	***

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

OBSERVAÇÕES	DATA
<p>Análise de cumprimento de exigências da Nota Técnica nº 19362/2014 (SEI nº 0269780) recebida pela entidade em 09/01/2015, conforme AR (evento SEI nº 0751084). Apresentada a resposta, tempestivamente, em 06/02/2015 (protocolos nº 53900.006448/2015-44 e 53900.006468/2015-15), com atualização da documentação atualmente exigida pela Lei 13424/2017 e Decreto 9138/2017.</p> <p>- Exigida certidão detalhada de registros de atos constitutivos, uma vez que foi apresentada certidão simplificada.</p> <p>- Atuais sócios e dirigentes cadastrados no SIACCO atendem aos limites de quantidade de outorgas definidos pelo art. 12 da Lei nº 236/1967 (atualizada).</p> <p>- Estação de OM não se encontra em fase de adaptação para FM, devido indisponibilidade de canal para a localidade até a presente data, conforme verificado na Planilha de controle de Migração deste CORAC.</p> <p>- Existe período anterior a ser renovado: 01/05/2004 a 01/05/2014.</p>	17/12/2019
ANALISADO POR:	DATA
<p>NOME: ALMIR FRANCO ARNALDO CARGO: ENGENHEIRO</p>	17/12/2019



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.286.345/0001-56 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/09/1966
NOME EMPRESARIAL LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CAPITAL MINAS E OU REDE CAPITAL DE COMUNICACOES		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio (Não dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R YVON MAGALHAES PINTO	NÚMERO 525	COMPLEMENTO *****
CEP 30.350-560	BAIRRO/DISTRITO SAO BENTO	MUNICÍPIO BELO HORIZONTE
UF MG	ENDEREÇO ELETRÔNICO SIARE@MGLCONTABILIDADE.CNT.BR	
TELEFONE (31) 3332-2877		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/12/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **17/12/2019** às **14:51:18** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

BOA TARDE
Almir Franco ArnaldoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 17.286.345/0001-56

LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDUARDO CARLOS DA SILVA	712.090.266-00	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	150000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
MARCELO CARLOS DA SILVA	310.972.946-68	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
		LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	150000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
RONALDO CARLOS DA SILVA	512.694.576-91	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	150000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
ZILDA TERESINHA DA SILVA RODRIGUES	522.940.726-34	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	150000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte

Usuário: Anatel\almir.mc - Almir Franco Arnaldo

Data: 17/12/2019

Hora: 13:56:14

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 310.972.946-68

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO CARLOS DA SILVA	310.972.946-68	REDE HORIZONTE DE RADIODIFUSAO LTDA	23.865.108/0001-42	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	MG	Belo Horizonte
		LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
		RADIO BETIM SOCIEDADE DE RADIODIFUSAO LTDA	21.513.114/0001-05	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Betim
		RADIO BETIM SOCIEDADE DE RADIODIFUSAO LTDA	21.513.114/0001-05	Sócio	3000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Betim
		REDE HORIZONTE DE RADIODIFUSAO LTDA	23.865.108/0001-42	Sócio	213252	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Belo Horizonte
		LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	150000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte

Usuário: Anatel\almir.mc - Almir Franco Arnaldo

Data: 17/12/2019

Hora: 13:58:58



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
Almir Franco Arnaldo

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda



Dados da consulta



Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 712.090.266-00

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDUARDO CARLOS DA SILVA	712.090.266-00	REDE HORIZONTE DE RADIODIFUSAO LTDA	23.865.108/0001-42	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	MG	Belo Horizonte
		RADIO BETIM SOCIEDADE DE RADIODIFUSAO LTDA	21.513.114/0001-05	Sócio	3000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Betim
		REDE HORIZONTE DE RADIODIFUSAO LTDA	23.865.108/0001-42	Sócio	213252	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Belo Horizonte
		LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	150000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte

Usuário: [Anatel\almir.mc](#) - Almir Franco Arnaldo

Data: 17/12/2019

Hora: 13:58:08



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
Almir Franco Arnaldo

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda



Dados da consulta



Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 512.694.576-91

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RONALDO CARLOS DA SILVA	512.694.576-91	REDE HORIZONTE DE RADIODIFUSAO LTDA	23.865.108/0001-42	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	MG	Belo Horizonte
		RADIO BETIM SOCIEDADE DE RADIODIFUSAO LTDA	21.513.114/0001-05	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Betim
		RADIO BETIM SOCIEDADE DE RADIODIFUSAO LTDA	21.513.114/0001-05	Sócio	3000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Betim
		REDE HORIZONTE DE RADIODIFUSAO LTDA	23.865.108/0001-42	Sócio	213252	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Belo Horizonte
		LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	150000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte

Usuário: Anatel\almir.mc - Almir Franco Arnaldo

Data: 17/12/2019

Hora: 14:00:43

BOA TARDE
Almir Franco ArnaldoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 522.940.726-34

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ZILDA TERESINHA DA SILVA RODRIGUES	522.940.726-34	RADIO BETIM SOCIEDADE DE RADIODIFUSAO LTDA	21.513.114/0001-05	Sócio	3000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Betim
		REDE HORIZONTE DE RADIODIFUSAO LTDA	23.865.108/0001-42	Sócio	213252	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Belo Horizonte
		LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	150000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte

Usuário: Anatel\almir.mc - Almir Franco Arnaldo

Data: 17/12/2019

Hora: 14:02:39

BOA TARDE
Almir Franco ArnaldoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » » Relatórios » » **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM

UF: MG

Município: Belo Horizonte

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	Belo Horizonte	01/05/1994	01/05/2004

Usuário: Anatel\almir.mc - Almir Franco Arnaldo

Data: 17/12/2019

Hora: 14:38:12

Registro 3 até 3 de 10 registros

⇒ Páginas: 1 2 [3] 4 5 6 7 8 9 10 [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA
CNPJ: 17.286.345/0001-56

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:07:57 do dia 17/12/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/01/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	
Nome Fantasia: RADIO CAPITAL MINAS E OU REDE CAPITAL DE COMUNICACOES	
Telefone: (31) 3332-2877	E-mail: marcelo@radioliberalidade.com.br
CNPJ: 17.286.345/0001-56	Número do Fistel: 04008001603
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/1994	Serviço: 205 - Radiodifusão Sonora em Onda Média
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: 01/05/2024
Observações: SG27/88,SNC72/90;RESOLUCAO ANATEL 117/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua do Sertão	Complemento:	
Bairro: Vale do Jatobá	Numero: 1.200	
Município: Belo Horizonte	UF: MG	CEP: 30664780

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rua Yvon Magalhães Pinto	Complemento:	
Bairro: São Bento	Numero: 525	
Município: Belo Horizonte	UF: MG	CEP: 30350560

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Melo Vianna	Complemento:	
Bairro: Área Rural	Numero: 143	
Município: Esmeraldas	UF: MG	CEP: 35740000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Yvon Magalhães Pinto	Complemento:	
Bairro: São Bento	Numero: 525	
Município: Belo Horizonte	UF: MG	CEP: 30350560

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro: Rua Melo Vianna	Complemento:	
Bairro: Área Rural	Numero: 143	
Município: Esmeraldas	UF: MG	CEP: 35740000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Belo Horizonte	UF: MG
Latitude: -19.74917 (19° 44' 57.0" S)	Longitude: -44.31111 (44° 18' 40.0" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal:	Frequência: 570 KHz	Classe: B	ERP: dia: 0.025 noite: 0.005kW
Altura: 93 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais							
Número da Estação: 322321743				Número Indicativo: ZYL261			
Data Último Licenciamento: 21/11/2018				Número da Licença: 53500.051944/2018-16			
Sistema de Terra							
Número de Torres: 2				Número de Radiais: 120			
Altura da Torre: 93.00				Comprimento de Radiais: 135			
Espaçamento entre radiais: 3.00				Condutividade: 3			
Carga Topo							
Figura geométrica:							
Dimensão:				Altura:			
Campo Característico							
Campo Característico: 295.7 mV/m							
Estação Principal							
Localização							
Latitude: -19.74917 (19° 44' 57.0" S)		Longitude: -44.31111 (44° 18' 40.0" W)			Cota da base: 748.1 m		
Transmissor Principal							
Código Equipamento: 020200704119				Modelo: K5-A30			
Fabricante: Continental Eletrônica do Brasil Ltda.				Potência de Operação: 25.000 kW			
Linha de Transmissão Principal							
Modelo: LCF158				Fabricante: KMP - Cabos Especiais LTDA.			
Comprimento da Linha: 120 m		Atenuação: 0.043 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.01 dB		Impedância: 50 ohms	
Estação Auxiliar							
Transmissor Auxiliar							
Código Equipamento: 015200704049				Modelo: AMD QT 5000			
Fabricante: Electronica QUASAR-TECH Ltda.				Potência de Operação: 5 kW			
Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	182	Portaria	MC	08/03/1954	11/03/1954	Outorga	Jurídico
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
359281954	822	Portaria	MC	06/09/1954	24/09/1954	Aprovação de Local	Técnico
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	90422	Decreto	PR	08/11/1984	09/11/1984	Renovação	Jurídico
9999	281284	Despacho	MC	28/12/1984		Multa	Jurídico
9999	80687	Despacho	MC	08/06/1987		Multa	Jurídico

9999	301287	Despacho	MC	30/12/1987		Multa	Jurídico
9999	250989	Despacho	MC	25/09/1989		Multa	Jurídico
9999	151189	Despacho	MC	15/11/1989		Multa	Jurídico
9999	2	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	22	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	220	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	2208	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	22089	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	220891	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	27089	Despacho	MC	27/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	270891	Despacho	MC	27/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	220991	Despacho	MC	22/09/1991		Advertência	Jurídico
9999	230991	Despacho	MC	23/09/1991		Advertência	Jurídico
9999	250991	Despacho	MC	25/09/1991		Advertência	Jurídico
9999	1049	Despacho	MC	01/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	10492	Despacho	MC	01/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	90	Despacho	MC	09/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	904	Despacho	MC	09/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	9049	Despacho	MC	09/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	90492	Despacho	MC	09/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	06/04/1999	07/04/1999	Renovação	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	06/04/1999	07/04/1999	Renovação	Jurídico
9999	170105	Despacho	MC	17/01/2005		Advertência	Jurídico
9999	520	Exposição de Motivos	MC	21/11/2007	11/03/2008	Transferência Indireta	Jurídico
9999	164	Mensagem Presidencial	PR	04/04/2008	07/04/2008	Transferência Indireta	Jurídico
9999	279	Decreto Legislativo	CN	12/06/2009	15/06/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	708	Despacho	MC	11/09/2009		Advertência	Jurídico
9999	356	Portaria	MC	26/08/2010	05/08/2011	Multa	Jurídico
9999	666	Portaria	MC	16/12/2010	25/10/2011	Multa	Jurídico
9999	744	Despacho	MC	30/12/2010		Multa	Jurídico
9999	172	Portaria	MC	06/03/2013	08/03/2013	Multa	Jurídico
53500.048909/2017-21	7240	Ato	ORLE	13/03/2017	30/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.078594/2017	34	Despacho	ER04	27/11/2017		Autoriza a Alteração de Características	Técnico

7-46						Técnicas da Estação	
Horário de funcionamento							
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo							

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.286.345/0001-56

Razão

LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA

Social:

Endereço:

R YVON MAGALHAES PINTO 525 / SAO BENTO / BELO
HORIZONTE / MG / 30350-560

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/12/2019 a 15/01/2020

Certificação Número: 2019121702162923212130

Informação obtida em 17/12/2019 14:53:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 25391/2019/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.077005/2013-10

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA** relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 01/05/2014 a 01/05/2024.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido de que trata o parágrafo 1 chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, que, por condução da Portaria n.º 329/2012 e das orientações contidas no Despacho n.º 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU, solicitou à Interessada a apresentação de documentos necessários para a completa instrução do feito. É oportuno destacar que a Interessada vem prontamente atendendo às solicitações desta Pasta, conforme se verifica dos autos.

3. Não obstante, verificou-se que a documentação que se encontra anexada ao autos ainda não se mostra suficiente para possibilitar a completa instrução do pedido de renovação em questão, face as recentes alterações legislativas.

4. Nesse sentido, cabe mencionar que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017 e do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

5. Assim, considerando-se os termos das supracitadas alterações legislativas, faz-se necessário que a Interessada **apresente os seguintes documentos pendentes:**

RELATIVOS À ENTIDADE

5.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da ficha limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

5.2. ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

5.3. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o **histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade (certidão detalhada ou específica);**

- 5.4. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (**assinados pelo profissional de contabilidade e pelo administrador (a) da pessoa jurídica interessada, nos termos do § 2º do art. 1.184 do CC/02**), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- 5.5. prova de regularidade perante as Fazendas **federal, estadual, municipal ou distrital** da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- 5.6. prova de regularidade relativa à seguridade social;
- 5.7. prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, por meio de apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;
- 5.8. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 5.9. laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, (**vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração**), que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada.

Nota: O modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo:

[Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD nº 4775-SEI de 14/09/2018](#) - OM

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 5º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 07/02/2020, às 14:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4979243** e o código CRC **132AEDA8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 48652/2019/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 17 de dezembro de 2019.

Ao Senhor
Representante Legal da
LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56)
Rua do Sertão, n. 1200, Vale do Jatobá,
30.664-780 Belo Horizonte-MG

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.077005/2013-10.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 25391/2019/SEI-MCTIC e do Requerimento Padrão (evento SEI nº 4979259), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira**, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão, em 07/02/2020, às 14:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4979254** e o código CRC **A43E45F8**.

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
<i>Nome da Pessoa Jurídica:</i>			
<i>CNPJ:</i>		<i>CEP da sede:</i>	
<i>Endereço da sede:</i>			
<i>E-mail de contato:</i>			
<i>Serviço a ser renovado:</i>	<input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
	<input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
<i>Período da renovação:</i>			
<i>Localidade da renovação:</i>		<i>UF:</i>	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios

diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

(d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

(e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

(f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do representante legal

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA

**RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA**

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Data de Envio:

17/12/2019 15:45:48

De:

MCTIC/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <coror@mctic.gov.br>

Para:

cgfi@mctic.gov.br

Assunto:

Consulta Existência Processo Cassação ou Processo Apuração de Infração

Mensagem:

Processo nº 53000.077005/2013-10
Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), solicito a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.236.345/0001-56), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação, a qual impeça o prosseguimento da análise do processo de Renovação de Outorga.

Zimbra

corac@mctic.gov.br

Re: Consulta Existência Processo Cassação ou Processo Apuração de Infração

De : Lilian Magalhaes de Misquita Vieira
<lilian.misquita@mctic.gov.br>

Sex, 20 de dez de 2019 14:04

Assunto : Re: Consulta Existência Processo Cassação ou
Processo Apuração de Infração

Para : coror <coror@mctic.gov.br>

As imagens externas não são exibidas. [Exibir as imagens abaixo](#)

À Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão – CORAC

Prezado(a) responsável,

Em atenção à solicitação copiada abaixo, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.236.345/0001-56), entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de XXXXXXX, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.

Atenciosamente,

De: "coror" <coror@mctic.gov.br>

Para: "Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas" <cgfi@mctic.gov.br>

Enviadas: Terça-feira, 17 de dezembro de 2019 15:45:48

Assunto: Consulta Existência Processo Cassação ou Processo Apuração de Infração

Processo nº 53000.077005/2013-10

Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), solicito a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.236.345/0001-56), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação, a qual impeça o prosseguimento da análise do processo de Renovação de Outorga.

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira

SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC

Ramal: 6811

Data de Envio:

10/02/2020 11:12:31

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

SIARE@MGLCONTABILIDADE.CNT.BR
paulo.alves@radioliberalidade.com.br
portozero@portozero.com.br
joao.carlos@radioliberalidade.com.br
polliana.silveira@radioliberalidade.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga
Prezado(a),

Ref: 53000.077005/2013-10

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Requerimento_4979259_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA_2019_detalhado.pdf
Oficio_4979254.html
Nota_Tecnica_4979243.html

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS

Processo: 53000.077005/2013-10		
Entidade: LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA		CNPJ: 17.286.345/0001-56
Executante do serviço de radiodifusão sonora em OM	Localidade: Belo Horizonte	UF: MG
Validade da Outorga: Vencida	Período: 01/05/2014 a 01/05/2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	Pendente	Págs. 8 e 9 – SEI nº 5272064 (Obs.1)
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	Pendente	Págs. 1 a 5 - SEI nº 4978839 (Obs.1)

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	Pendente	<p>***</p> <p>SEI nº 5272064</p> <p>- Págs. 7 a 16 – Ato Const. da Rádio Meridional S/A.</p> <p>- Págs. 23 a 29 – 1ª Alt. Contr. de Transf. para Rádio Del Rey Ondas Médias Ltda.</p> <p>- Págs. 33 a 39 – 2ª Alt. Contr. Ltda</p> <p>- Págs. 43 a 46 – 3ª Alt. Contr.</p> <p>- Págs. 50 a 56 – 4ª Alt. Contr.</p> <p>- Págs. 60 a 64 – 5ª Alt. Contr.</p> <p>- Págs. 69 a 75 – 6ª Alt. Contr.</p> <p>- Págs. 85 a 86 – 7ª Alt. Contr.</p> <p>- Págs. 92 a 93 – 8ª Alt. Contr.</p> <p>- Págs. 95 a 100 – 9ª Alt. Contr.</p> <p>SEI nº 5272131</p> <p>- Pág.1 – cont. 9ª Alt. Contr.</p> <p>- Págs. 5 a 10 - 10ª Alt. Contr.</p> <p>- Págs. 23 a 32 - 11ª Alt. Contr.</p> <p>- Págs. 34 a 43 - 13ª Alt. Contr.</p> <p>- Págs. 46 a 50 - 14ª Alt. Contr.</p> <p>SEI nº 5272135</p> <p>- Págs. 1 a 3 - cont. 14ª Alt. Contr.</p> <p>- Págs. 9 a 14 - 15ª Alt. Contr.</p> <p>- Págs. 17 a 30 - 16ª Alt. Contr.</p> <p>Falta a 12ª Alt. Contr.</p>
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	Págs. 31 a 33 – SEI nº 5272135
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	Pendente	Págs. 34 a 36 – SEI nº 5272135 (Obs.1)
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	Pág. 41 – SEI nº 5272135
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	SEI nº 4978839
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Fed.: Pág. 37 – SEI nº 5272135 Est.: Pág. 38 – SEI nº 5272135 Mun: Pág. 39 – SEI nº 5272135
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	Pág.7 – SEI nº 4978839
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	Seg.Soc.: Pág. 37 – SEI nº 5272135
		OK	FGTS: SEI nº 4978862
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	Pág. 40 – SEI nº 5272135
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Pendente	Págs. 7 a 12 – SEI nº 5317005 (Obs.1)

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

OBSERVAÇÕES	DATA
<p>Análise da documentação apresentada, tempestivamente, em 10/03/2020, protocolos nº 01250.011532/2020-45, 01250.011539/2020-67 e 01250.011540/2020-91 e em 23/03/2020, protocolo nº 01250.014055/2020-70, em cumprimento às exigências da Nota Técnica nº 25391/2019/SEI-MCTIC (SEI nº 4979243), enviada por e-mail entidade em 10/02/2020 (SEI nº 5139642) para os e-mails cadastrados no CADSEI. Prazo: 10/03/2020.</p> <p>SITUAÇÃO: Cumpridas parcialmente as exigências. Novas Exigências.</p> <p>- Não apresentou a 12ª Alteração Contratual, registrada na Junta Comercial de Minas Gerais, em 27/07/2015, sob o nº 5552314, conforme Certidão Específica apresentada daquela JUCEMG (Pág. nº 31 a 33 – SEI nº 5272131). Em Exigência.</p> <p>- Atuais sócios e dirigentes cadastrados no SIACCO, inclusive o signatário, <i>Marcelo Carlos da Silva</i>, atendem aos limites de quantidade de outorgas definidos pelo art. 12 da Lei nº 236/1967 (atualizada). Entretanto, conforme a 16ª Alteração Contratual agora apresentada às págs. 17 a 30 – evento SEI nº 5272135, realizada em 19/10/2018, registrada na JUCEMG em 12/12/2018, sob o nº 7096495, o quadro sócio-diretivo da entidade foi totalmente alterado e o signatário nos documentos apresentados em 10/03/2020, em resposta às exigências, deixou de fazer parte do quadro diretivo da entidade naquela data de 19/10/2018. Assim, fica a documentação apresentada, então, prejudicada, uma vez que foi assinada por pessoa que, nesta data, não faz mais parte do quadro sócio-diretivo da entidade. Em Exigência.</p> <p>Documentos prejudicados:</p> <ul style="list-style-type: none">- Formulário Requerimento e Declarações de Renovação de Outorga;- Balanço Patrimonial de Demonstração de Resultados;- Laudo de Vistoria e ART. <p>NOTAS:</p> <p>- Estação de OM não se encontra em fase de adaptação para FM, devido indisponibilidade de canal para a localidade até a presente data, conforme verificado na Planilha de controle de Migração deste CORAC.</p> <p>- Existe período anterior a ser renovado: 01/05/2004 a 01/05/2014.</p>	07/05/2020

ANALISADO POR:	DATA
<p>NOME: ALMIR FRANCO ARNALDO CARGO: ENGENHEIRO</p>	07/05/2020

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 9626/2020/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.077005/2013-10

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO-DIFUSÃO LTDA** relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 01/05/2014 a 01/05/2024.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 25391/2019/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 4979243), concluiu pela expedição do Ofício n.º 48652/2019/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 4979254), à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimentoS sob os nºs 01250.011532/2020-45, 01250.011539/2020-67, 01250.011540/2020-91 e 01250.014055/2020-70, acompanhados de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade e verificado que o signatário que assina como representante legal nos respectivos documentos (*Marcelo Carlos da Silva*), não mais faz parte do quadro sócio/diretivo como administrador da entidade, conforme teor da 16ª alteração contratual apresentada às págs. 17 a 30 – evento SEI nº 5272135, realizada em 19/10/2018, registrada na JUCEMG em 12/12/2018, sob o nº 7096495, concluído então que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos assinados por dirigente da entidade, devidamente regularizado junto a esta pasta:**

3.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da ficha limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

3.2. a 12ª alteração contratual que não foi apresentada, registrada na Junta Comercial de Minas Gerais, em 27/07/2015, sob o nº 5552314, conforme Certidão Específica apresentada daquela JUCEMG (Pág. nº 31 a 33 – SEI nº 5272131);

3.3. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (**assinados pelo profissional de contabilidade e pelo administrador (a) da pessoa jurídica interessada, nos termos do § 2º do art. 1.184 do CC/02**), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

3.4. laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, (**vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração**), que ateste que as

características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada.

Nota: O modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo:

[Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD nº 4775-SEI de 14/09/2018](#) - OM

4. Foi apresentada alteração contratual cujo quadro societário/diretivo difere do último conhecido por esta pasta.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 11/05/2020, às 16:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5467081** e o código CRC **D88A655F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 17377/2020/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 7 de maio de 2020.

Ao Senhor
Representante Legal da
LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56)
Rua do Sertão, n. 1200, Vale do Jatobá,
30.664-780 Belo Horizonte-MG

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.077005/2013-10.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 9626/2020/SEI-MCTIC e do Requerimento Padrão (evento SEI nº 4979259), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 11/05/2020, às 16:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5467190** e o código CRC **ACEFCAC5**.

Data de Envio:

07/05/2020 14:13:53

De:

MCTIC/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <coror@mctic.gov.br>

Para:

coact@mctic.gov.br

Assunto:

Alteração contratual societária/diretiva

Mensagem:

DESPACHO

Processo nº 53000.077005/2013-10

Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda

Sra Coordenadora,

1. Tendo em vista que às fls.17 a 30 (evento SEI nº 5272135 - Protocolo nº 01250.045315/2019-15) foi informado e às 1 a 15 (evento SEI nº 4601890 - Protocolo nº 01250.011540/2020-91) foi apresentada alteração contratual na junta comercial cujo quadro societário/diretivo diverge do último conhecido por esta Pasta, remeto o feito ao Serviço de Alterações Societárias - SEASO para adoção das providências cabíveis e informar a esta CORAC neste processo a existência ou não de pedido da entidade em andamento nesta SEASO de regularização do quadro societário/diretivo.

Data de Envio:

18/05/2020 12:35:53

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

SIARE@MGLCONTABILIDADE.CNT.BR
paulo.alves@radioliberdade.com.br
portozero@portozero.com.br
joao.carlos@radioliberdade.com.br
polliana.silveira@radioliberdade.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga Prezado(a),

Ref: 53000.077005/2013-10

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5467190.html
Nota_Tecnica_5467081.html

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS

Processo: 53000.077005/2013-10		
Entidade: LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO-DIFUSÃO LTDA		CNPJ: 17.286.345/0001-56
Executante do serviço de radiodifusão sonora em OM	Localidade: Belo Horizonte	UF: MG
Validade da Outorga: Vencida	Período: 01/05/2014 a 01/05/2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	Pendente	Págs. 7 e 8 – SEI nº 5586806 (Obs.1)
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	Págs. 1 a 5 - SEI nº 4978839 (Obs.1)

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
2.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	*** SEI nº 5272064 - Págs. 7 a 16 – Ato Const. da Rádio Meridional S/A. - Págs. 23 a 29 – 1ª Alt. Contr. de Transf. para Rádio Del Rey Ondas Médias Ltda. - Págs. 33 a 39 – 2ª Alt. Contr. Ltda - Págs. 43 a 46 – 3ª Alt. Contr. - Págs. 50 a 56 – 4ª Alt. Contr. - Págs. 60 a 64 – 5ª Alt. Contr. - Págs. 69 a 75 – 6ª Alt. Contr. - Págs. 85 a 86 – 7ª Alt. Contr. - Págs. 92 a 93 – 8ª Alt. Contr. - Págs. 95 a 100 – 9ª Alt. Contr. SEI nº 5272131 - Pág.1 – cont. 9ª Alt. Contr. - Págs. 5 a 10 - 10ª Alt. Contr. - Págs. 23 a 32 - 11ª Alt. Contr. - Págs. 34 a 43 - 13ª Alt. Contr. - Págs. 46 a 50 - 14ª Alt. Contr. SEI Nº 5586806 -Págs. 14 a 22 – 12ª Alt. Contr. SEI nº 5272135 - Págs. 1 a 3 - cont. 14ª Alt. Contr. - Págs. 9 a 14 - 15ª Alt. Contr. - Págs. 17 a 30 - 16ª Alt. Contr.
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	Págs. 31 a 33 – SEI nº 5272135
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	Pendente	Págs. 23 a 25 – SEI nº 5586806 (Obs.1)
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	Pág. 41 – SEI nº 5272135
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	SEI nº 4978839
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Fed.: Pág. 37 – SEI nº 5272135
			Est.: Pág. 38 – SEI nº 5272135
			Mun: Pág. 39 – SEI nº 5272135
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	Pág.7 – SEI nº 4978839
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	Seg.Soc.: Pág. 37 – SEI nº 5272135
OK		FGTS: SEI nº 4978862	
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	Pág. 40 – SEI nº 5272135

REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Pendente	Págs. 26 a 31 – SEI nº 5586806 (Obs.1)
-------------------------	---	----------	--

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

OBSERVAÇÕES	DATA
<p>Análise da documentação apresentada, tempestivamente, em 11/06/2020, protocolo nº 01250.025055/2020-03, em cumprimento às exigências da Nota Técnica nº 9626/2020/SEI-MCTIC (SEI nº 5467081), enviada por e-mail entidade em 18/05/2020 (SEI nº 5513473) para os e-mails cadastrados no CADSEI. Prazo: 18/06/2020.</p> <p>SITUAÇÃO: Cumpridas parcialmente as exigências, mais uma vez. Novas Exigências.</p> <p>- Obs.1: Atuais sócios e dirigentes cadastrados no SIACCO, atendem aos limites de quantidade de outorgas definidos pelo art. 12 da Lei nº 236/1967 (atualizada). Entretanto, conforme a 16ª Alteração Contratual apresentada às págs. 17 a 30 – evento SEI nº 5272135, realizada em 19/10/2018, registrada na JUCEMG em 12/12/2018, sob o nº 7096495, o quadro sócio-diretivo da entidade foi totalmente alterado e o signatário nos documentos ora exigidos e apresentados em 11/06/2020, em resposta às exigências (<i>João Vitor da Silva Lapinha</i>), não é conhecido por esta pasta como representante legal da entidade. Assim, fica a documentação apresentada prejudicada, uma vez que foi assinada por pessoa que, nesta data, não é representante legal da entidade, não fazendo parte do quadro sócio-diretivo cadastrado no SIACCO. Em Exigência.</p> <p>Documentos prejudicados mais uma vez:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formulário Requerimento e Declarações de Renovação de Outorga; - Balanço Patrimonial de Demonstração de Resultados; - Laudo de Vistoria e ART. <p>NOTAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estação de OM não se encontra em fase de adaptação para FM, devido indisponibilidade de canal para a localidade até a presente data, conforme verificado na Planilha de controle de Migração deste CORAC. - Está sendo enviado novo e-mail para a COACT/SEASO, tendo em vista não resposta do e-mail anterior enviado em 07/05/2020 (SEI nº 5467375) sem resposta daquela área, sobre se a entidade apresentou pedido de regularização de seu quadro sócio-diretivo. - Existe período anterior a ser renovado: 01/05/2004 a 01/05/2014. 	30/06/2020

ANALISADO POR:	DATA
<p>NOME: ALMIR FRANCO ARNALDO</p> <p>CARGO: ENGENHEIRO</p>	30/06/2020

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 295/2020/SEI-MC

Processo nº 53000.077005/2013-10

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO-DIFUSÃO LTDA**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 01/05/2014 a 01/05/2024.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 9626/2020/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 5467081), concluiu pela expedição do Ofício n.º 17377/2020/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 5467190), à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 01250.025055/2020-03, acompanhados de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade e verificado que o signatário que assina como representante legal nos respectivos documentos (*João Vitor da Silva Lapinha*), não é conhecido por esta pasta como dirigente legal da entidade, dentre os atuais cadastrados no sistema SIACCO, portanto, conforme teor da 16ª alteração contratual apresentada às págs. 17 a 30 – evento SEI nº 5272135, realizada em 19/10/2018, registrada na JUCEMG em 12/12/2018, sob o nº 7096495, concluído então que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá reapresentar os seguintes documentos assinados por dirigente da entidade, devidamente regularizado junto a esta pasta:**

3.1. requerimento, solicitando a renovação, **assinado pelo representante legal dirigente da pessoa jurídica interessada**, constando declarações de que:

- i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da ficha limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

3.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (**assinados pelo profissional de contabilidade e pelo administrador (a) da pessoa jurídica interessada, conhecido por esta pasta, nos termos do § 2º do art. 1.184 do CC/02**), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

3.4. laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e **firmado em conjunto com o dirigente legal da pessoa jurídica, conhecido como tal por esta pasta, (vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração)**, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada.

Nota: O modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo:

[Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD nº 4775-SEI de 14/09/2018](#) - OM

4. Foi apresentada alteração contratual (16ª alteração contratual), cujo quadro societário/diretivo difere do último conhecido e autorizado por esta pasta.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira**, **Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 02/07/2020, às 15:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5632597** e o código CRC **AFE1A8DD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 478/2020/MC

Brasília, 30 de junho de 2020.

Ao Senhor
Representante Legal da
LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56)
Rua do Sertão, n. 1200, Vale do Jatobá,
30.664-780 Belo Horizonte-MG

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.077005/2013-10.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 295/2020/SEI-MC e do Requerimento Padrão (evento SEI nº 979259), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira**, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão, em 02/07/2020, às 15:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5632607** e o código CRC **B5B04B9E**.

Data de Envio:

30/06/2020 21:27:25

De:

MC/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <coror@mctic.gov.br>

Para:

coact@mctic.gov.br

Assunto:

Alteração contratual societária/diretiva

Mensagem:

Processo nº 53000.077005/2013-10
Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda

Sr(a) Coordenador(a)

1. Tendo em vista que às fls.17 a 30 (evento SEI nº 5272135 - Protocolo nº 01250.045315/2019-15) foi informado e às 1 a 15 (evento SEI nº 4601890 - Protocolo nº 01250.011540/2020-91) foi apresentada alteração contratual na junta comercial cujo quadro societário/diretivo diverge do último conhecido por esta Pasta, remeto o feito ao Serviço de Alterações Societárias - SEASO para adoção das providências cabíveis e informar a esta CORAC neste processo, a existência ou não de pedido da entidade em andamento nesta SEASO de regularização do quadro societário/diretivo.

Grato.

Data de Envio:

03/07/2020 20:12:23

De:

MC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

SIARE@MGLCONTABILIDADE.CNT.BR
paulo.alves@radioliberalidade.com.br
portozero@portozero.com.br
joao.carlos@radioliberalidade.com.br
polliana.silveira@radioliberalidade.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial Ministério da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga Prezado(a),

Ref: 53000.077005/2013-10

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5632607.html
Nota_Tecnica_5632597.html
Requerimento_4979259_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA_2019_detalhado.pdf

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 1885/2020/SEI-MC

Processo nº 53000.077005/2013-10

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO-DIFUSÃO LTDA** relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 01/05/2014 a 01/05/2024.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 295/2020/SEI-MC (evento SEI n.º 5632597), concluiu pela expedição do Ofício n.º 478/2020/SEI-MC (evento SEI n.º 5632607), à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.001097/2020-07, acompanhados de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade e considerando os termos da resposta à exigência, esclarecemos o que segue:

- que a entidade apresentou através dos protocolos nºs 01250.011532/2020-45, 01250.011539/2020-67, 01250.011540/2020-91 e 01250.014055/2020-70, documentação de resposta às exigências da Nota Técnica nº 25391/2019/SEI-MCTIC (evento SEI nº 4979243), assinados em dias dos meses de fevereiro de 2020 o formulário de Requerimento e declarações de solicitação de Renovação de Outorga, bem como o Balanço Patrimonial e do mês de março de 2020, o Laudo de Vistoria, pelo sr. Marcelo Carlos da Silva, como representante legal da entidade.

- que em um dos acima referidos protocolos, qual seja o de nº 01250.011540/2020-91, às suas páginas 17 a 30, a entidade anexou a 16ª alteração contratual com consolidação de atos, registrada na JUCEMG em 12/12/2018, em que ficou ali estabelecido e informado que a partir daquela data o sr. *Marcelo Carlos da Silva* deixava a sociedade e quadro diretivo da entidade.

- que em consequência da análise da documentação apresentada de resposta às referidas exigências da Nota Técnica nº 25391/2019/SEI-MCTIC e considerando a alteração contratual apresentada ficou constatado que o sr. *Marcelo Carlos da Silva* não mais representava a entidade em datas de fevereiro e março do corrente ano, datas estas dos citados documentos, então, apresentados por essa entidade, razão das novas exigências da Nota Técnica nº 9626/2020/SEI-MCTIC (evento SEI nº 5467081), uma vez que não poderiam ser aceitos documentos assinados por pessoa declaradamente pela própria entidade com a 16ª alteração contratual, não mais fazer parte da sociedade.

- que em resposta às novas exigências, a entidade através do protocolo nº 01250.025055/2020-03, reapresentou documentos, agora, assinados pelo sr. *João Vitor da Silva Lapinha* que apesar de constar como atual sócio e diretor da entidade, conforme a 16ª alteração contratual apresentada, esta entidade, em sua defesa, não comprovou solicitação formal a esta pasta, em data anterior às citadas exigências, de pedido de regularização da referida alteração contratual e do respectivo novo quadro sócio/diretivo formalizada em 12/12/2018, conforme exigido pela legislação. Consequentemente não pode ser aceita, ainda, por esta pasta a representação legal do signatário *João Vitor da Silva Lapinha* na nova documentação apresentada, razão das exigências da Nota Técnica nº 295/2020/SEI-MC (evento SEI nº 5632597).

- que, então, em razão dessa entidade não ter, desta forma, cumprida as exigências legais, seja com apresentação complementar da regularização da situação da mais recente alteração contratual apresentada, ou mesmo o seu pedido em data anterior às exigências, a confusão citada em sua resposta está sendo causada por essa própria entidade, ao apresentar documentações assinadas por pessoas que não representam legalmente a entidade nesta data, conforme mais recente alteração contratual informada, seja pela referida solicitação ou regularização do novo quadro sócio/diretivo junto a esta pasta com a documentação específica necessária em processo distinto ao presente que trata, exclusivamente, de Renovação de Outorga

Assim sendo, permanecem as exigências a seguir relacionadas:

3.1. requerimento, solicitando a renovação, **assinado pelo representante legal dirigente da pessoa jurídica interessada**, constando declarações de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

- ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

3.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (**assinados pelo profissional de contabilidade e pelo administrador (a) da pessoa jurídica interessada, conhecido por esta pasta, nos termos do § 2º do art. 1.184 do CC/02**), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

3.4. laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e **firmado em conjunto com o dirigente legal da pessoa jurídica, conhecido como tal por esta pasta**, (vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração), que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada.

Nota: O modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo:

[Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD nº 4775-SEI de 14/09/2018](#) - OM

4. Foi apresentada alteração contratual (16ª alteração contratual), cujo quadro societário/diretivo difere do último conhecido e autorizado por esta pasta.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira**, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão, em 04/08/2020, às 09:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5755038** e o código CRC **1ECA2100**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 2521/2020/MC

Brasília, 3 de agosto de 2020.

Ao Senhor
Representante Legal da
LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56)
Rua do Sertão, n. 1200, Vale do Jatobá,
30.664-780 Belo Horizonte-MG

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.077005/2013-10.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 1885/2020/SEI-MC e do Requerimento Padrão (evento SEI nº 979259), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 04/08/2020, às 09:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5755562** e o código CRC **2F029487**.

Data de Envio:

05/08/2020 14:19:43

De:

MC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

SIARE@MGLCONTABILIDADE.CNT.BR
paulo.alves@radioliberalidade.com.br
portozero@portozero.com.br
joao.carlos@radioliberalidade.com.br
polliana.silveira@radioliberalidade.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga Prezado(a),

Ref: 53000.077005/2013-10

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_5755038.html
Oficio_5755562.html

Data de Envio:

15/06/2022 12:47:47

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corre@mcom.gov.br>

Para:

cgm@mcom.gov.br

Assunto:

RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Mensagem:

Processo nº: 53000.077005/2013-10

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO-DIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Belo Horizonte/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.286.345/0001-56 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/09/1966
NOME EMPRESARIAL LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CAPITAL MINAS E OU REDE CAPITAL DE COMUNICACOES		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R YVON MAGALHAES PINTO	NÚMERO 525	COMPLEMENTO *****
CEP 30.350-560	BAIRRO/DISTRITO SAO BENTO	MUNICÍPIO BELO HORIZONTE
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO SIARE@MGLCONTABILIDADE.CNT.BR	TELEFONE (31) 3332-2877	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/12/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/06/2022** às **12:06:50** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Menu Principal](#) ▼BOA TARDE
Carla Fabiane da Costa FerreiraSistemas
InterativosSRD »» Relatórios »» **Outorga** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM

UF: MG	Município: Belo Horizonte			
Entidade	Município	Data Outorga	Validade	
EMPRESA MINEIRA DE RADIODIFUSAO SOC LTDA	Belo Horizonte	01/11/1983	01/11/1993	
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - RADIO INCONFIDENCIA LTDA	Belo Horizonte	30/06/1993	30/06/2003	
LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	Belo Horizonte	01/05/1994	01/05/2004	
LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	Belo Horizonte	01/05/1994		
RADIO ATALAIA DE BELO HORIZONTE LTDA	Belo Horizonte	01/11/1983	01/11/1993	
RADIO ATALAIA DE BELO HORIZONTE LTDA	Belo Horizonte	01/11/1983		
S/A RADIO GUARANI	Belo Horizonte	01/05/1994	01/05/2004	
SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA	Belo Horizonte	01/05/1994		
SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA	Belo Horizonte	01/05/1994		
SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA	Belo Horizonte			

Usuário: [carlaf.mc](#) - Carla Fabiane da Costa Ferreira Data: 15/06/2022 Hora: 12:28:05

Registro 1 até 10 de 10 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 17.286.345/0001-56											
LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CLAUDIO HENRIQUE SILVA	844.725.536-00	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	85715	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
JOAO CARLOS RESENDE LAPINHA	092.093.686-57	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	85715	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
JOAO VITOR DA SILVA LAPINHA	020.938.186-80	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	85714	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
		LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
MARIA EDUARDA BORGES SILVA LAPINHA	019.017.006-90	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
		LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	85714	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
PEDRO LAPINHA SILVA RODRIGUES	018.484.756-75	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	85714	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
RENAN CARLOS LAPINHA SILVA	087.904.456-00	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	85714	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
RENE MARCEL ALVES LAPINHA	087.892.506-64	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
		LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	85714	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte

Usuário: **carlaf.mc** - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: **15/06/2022**

Hora: **12:18:08**

BOA TARDE
Carla Fabiane da Costa FerreiraSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 844.725.536-00											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CLAUDIO HENRIQUE SILVA	844.725.536-00	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	85715	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte

Usuário: [carlaf.mc](#) - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 15/06/2022

Hora: 12:21:22



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 092.093.686-57											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO CARLOS RESENDE LAPINHA	092.093.686-57	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	85715	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte

Usuário: [carlaf.mc](#) - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 15/06/2022

Hora: 12:22:24



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 020.938.186-80											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO VITOR DA SILVA LAPINHA	020.938.186-80	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
		LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	85714	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **15/06/2022**

Hora: **12:22:48**



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 019.017.006-90											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA EDUARDA BORGES SILVA LAPINHA	019.017.006-90	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
		LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	85714	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte

Usuário: [carlaf.mc](#) - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 15/06/2022

Hora: 12:23:14



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 018.484.756-75											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PEDRO LAPINHA SILVA RODRIGUES	018.484.756-75	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	85714	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte

Usuário: [carlaf.mc](#) - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 15/06/2022

Hora: 12:23:39



BOA TARDE
Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 087.904.456-00											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RENAN CARLOS LAPINHA SILVA	087.904.456-00	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	85714	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte

Usuário: [carlaf.mc](#) - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 15/06/2022

Hora: 12:24:07

BOA TARDE
Carla Fabiane da Costa FerreiraSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		087.892.506-64									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RENE MARCEL ALVES LAPINHA	087.892.506-64	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte
		LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	17.286.345/0001-56	Sócio	85714	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Belo Horizonte

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**Data: **15/06/2022**Hora: **12:24:31**



BOA TARDE
Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 17.286.345/0001-56

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 15/06/2022

Hora: 12:26:04

carlaf.mc@anatel.gov.br

Todos

Download Canais

1 total de registros		1 - 50	50	Atualizar	Filtrar																					
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações
		17286345000				(Todos)																				
Ver Estações	AM-C4 (Canal Licenciado)	17286345000156	LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	04008001603	P	Comercial	OM	205	MG	Belo Horizonte				570	B		19° 44' 57.01" S	44° 18' 40.00" W				2	2021-03-16 15:36:51		57dbac51c4a13	

Id solicitação: 57dbac61c4a13

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	
Nome Fantasia: RADIO CAPITAL MINAS E OU REDE CAPITAL DE COMUNICACOES	
Telefone: (31) 3332-2877	E-mail: marcelo@radioliberalidade.com.br
CNPJ: 17.286.345/0001-56	Número do Fistel: 04008001603
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/1994	Serviço: 205 - Radiodifusão Sonora em Onda Média
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: SG27/88,SNC72/90;RESOLUCAO ANATEL 117/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua do Sertão	Complemento:	
Bairro: Vale do Jatobá	Numero: 1.200	
Município: Belo Horizonte	UF: MG	CEP: 30664780

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rua Yvon Magalhães Pinto	Complemento:	
Bairro: São Bento	Numero: 525	
Município: Belo Horizonte	UF: MG	CEP: 30350560

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Melo Vianna	Complemento:	
Bairro: Área Rural	Numero: 143	
Município: Esmeraldas	UF: MG	CEP: 35740000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Yvon Magalhães Pinto	Complemento:	
Bairro: São Bento	Numero: 525	
Município: Belo Horizonte	UF: MG	CEP: 30350560

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro: Rua Melo Vianna	Complemento:	
Bairro: Área Rural	Numero: 143	
Município: Esmeraldas	UF: MG	CEP: 35740000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Belo Horizonte	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal:	Frequência: 570 KHz	Classe: B	ERP Máxima: ERP dia: *** ERP noite: ***kW
Altura: 93 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais

Número da Estação: 322321743	Número Indicativo: ZYL261
Data Último Licenciamento: 21/11/2018	Número da Licença: 53500.051944/2018-16

Sistema de Terra	
Número de Torres: 2	Número de Radiais: 120
Altura da Torre: 93.00	Comprimento de Radiais: 135
Espaçamento entre radiais: 3.00	Condutividade: 3

Carga Topo	
Figura geométrica:	
Dimensão:	Altura:

Campo Característico		
Campo Característico: 295.7 mV/m		
Estação Principal		
Localização		
Latitude: 19°44'57" S	Longitude: 44°18'40" W	Cota da base: 748.1 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 020200704119	Modelo: K5-A30
Fabricante: Continental Eletrônica do Brasil Ltda.	Potência de Operação: 25.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158	Fabricante: KMP - Cabos Especiais LTDA.		
Comprimento da Linha: 120 m	Atenuação: 0.043 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.01 dB	Impedância: 50 ohms

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 015200704049	Modelo: AMD QT 5000
Fabricante: Electronica QUASAR-TECH Ltda.	Potência de Operação: 5 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	182	Portaria	MC	08/03/1954	11/03/1954	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
359281954	822	Portaria	MC	06/09/1954	24/09/1954	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	90422	Decreto	PR	08/11/1984	09/11/1984	Renovação	Jurídico
9999	281284	Despacho	MC	28/12/1984		Multa	Jurídico
9999	80687	Despacho	MC	08/06/1987		Multa	Jurídico
9999	301287	Despacho	MC	30/12/1987		Multa	Jurídico
9999	250989	Despacho	MC	25/09/1989		Multa	Jurídico

9999	151189	Despacho	MC	15/11/1989		Multa	Jurídico
9999	2	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	22	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	220	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	2208	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	22089	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	220891	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	27089	Despacho	MC	27/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	270891	Despacho	MC	27/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	220991	Despacho	MC	22/09/1991		Advertência	Jurídico
9999	230991	Despacho	MC	23/09/1991		Advertência	Jurídico
9999	250991	Despacho	MC	25/09/1991		Advertência	Jurídico
9999	1049	Despacho	MC	01/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	10492	Despacho	MC	01/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	90	Despacho	MC	09/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	904	Despacho	MC	09/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	9049	Despacho	MC	09/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	90492	Despacho	MC	09/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	06/04/1999	07/04/1999	Renovação	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	06/04/1999	07/04/1999	Renovação	Jurídico
9999	170105	Despacho	MC	17/01/2005		Advertência	Jurídico
9999	520	Exposição de Motivos	MC	21/11/2007	11/03/2008	Transferência Indireta	Jurídico
9999	164	Mensagem Presidencial	PR	04/04/2008	07/04/2008	Transferência Indireta	Jurídico
9999	279	Decreto Legislativo	CN	12/06/2009	15/06/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	708	Despacho	MC	11/09/2009		Advertência	Jurídico
9999	356	Portaria	MC	26/08/2010	05/08/2011	Multa	Jurídico
9999	666	Portaria	MC	16/12/2010	25/10/2011	Multa	Jurídico
9999	744	Despacho	MC	30/12/2010		Multa	Jurídico
9999	172	Portaria	MC	06/03/2013	08/03/2013	Multa	Jurídico
53500.048909/2017-21	7240	Ato	ORLE	13/03/2017	30/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.078594/2017-46	34	Despacho	ER04	27/11/2017		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico

Horário de funcionamento

00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA**

CNPJ: **17.286.345/0001-56**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:29:53 do dia 15/06/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 15/07/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA
CNPJ: 17.286.345/0001-56

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:14:38 do dia 15/06/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/12/2022.

Código de controle da certidão: **55FA.6DDE.61A0.49FB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 17.286.345/0001-56

Certidão nº: 19080184/2022

Expedição: 15/06/2022, às 12:10:21

Validade: 12/12/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **17.286.345/0001-56**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.286.345/0001-56

Razão Social: LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA

Endereço: R YVON MAGALHAES PINTO 525 / SAO BENTO / BELO HORIZONTE / MG / 30350-560

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/06/2022 a 05/07/2022

Certificação Número: 2022060600425237044200

Informação obtida em 15/06/2022 12:09:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

BRASIL

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Sistemas da Coordenação-Geral de Assentimento Prévio

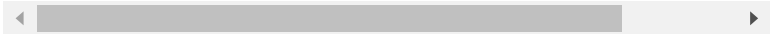
Boa tarde!
15/06/2022

Municípios em Faixa de Fronteira

Página Inicial
Atos de Assentimento Prévio
Remessa de Dados Cartoriais
GEO AssPrev
RTID
Fale Conosco

- > Acre
- > Amapá
- > Amazonas
- > Mato Grosso
- > Mato Grosso do Sul
- > Paraná
- > Pará
- > Rondônia
- > Roraima
- > Santa Catarina
- > Rio Grande do Sul

Fonte: IBGE - Maio/2005





NOME/RAZÃO SOCIAL LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA				CNPJ 17286345000156	
Nº DA ESTAÇÃO 322321743	SERVIÇO 205 Radiodifusão Sonora em Onda Média	NAT. SERV.	LATITUDE 19° 44' 57.01" S	LONGITUDE 44° 18' 40.00" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rua Melo Vianna, nº 143.				DISTRITO	
BAIRRO Área Rural				MUNICÍPIO Esmeraldas	UF MG

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	01/05/2024				
LOCALIDADE PLANO BASICO:					
MUNICÍPIO:	Belo Horizonte	UF:	MG		
LOCALIDADE:					
FREQUENCIA:	570 KHz	CANAL:	30		
CLASSE:	B	COTA BASE DA TORRE:	748.1		
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYL261				
NOME FANTASIA:	RADIO CAPITAL MINAS E OU REDE	NUMPROCESSO:			
CIDADE DA OUTORGA:	BAIRRO DE SÃO BENTO	CLASSE:	B		
FREQUENCIA:	570 KHz	POTÊNCIA NOTURNA:			
POTÊNCIA DIURNA:					
ESTUDIO PRINCIPAL					
ENDEREÇO:	Yvon Magalhães Pinto	BAIRRO:	São Bento		
MUNICÍPIO:	Belo Horizonte	UF:	MG		
NUMERO:	525	COMPLEMENTO:			
ESTUDIO AUXILIAR					
ENDEREÇO:	Rua Melo Vianna	BAIRRO:	Área Rural		
MUNICÍPIO:	Esmeraldas	UF:	MG		
NUMERO:	143	COMPLEMENTO:			
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal				
TIPO:	Omnidirecional				
TRANSMISSOR PRINCIPAL					
FABRICANTE:	Continental Eletrônica do Brasil Ltda.	MODELO:	K5-A30		
CÓDIGO:	020200704119	POTÊNCIA:	25.000 kW		
TRANSMISSOR AUXILIAR					
FABRICANTE:	Electronica QUASAR-TECH Ltda.	MODELO:	AMD QT 5000		
CÓDIGO:	015200704049	POTÊNCIA:	5 kW		
TRANSMISSOR AUXILIAR 2					
FABRICANTE:		MODELO:			
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW		
SISTEMA IRRADIANTE:					
NÚMERO DE TORRES:	2	NÚMERO DE RADIAIS:	120		
COMPRIMENTO DE RADIAIS:	135 m	ESPAÇAMENTO ENTRE RADIAIS:	3.00 graus		
COTA BASE DA TORRE:	748.1	ALTURA DA TORRE:	93.00 m		
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR					
FABRICANTE:					
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL					
FABRICANTE:	** NAO INFORMADO **	MODELO:	LCF158		

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'
XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 15/06/2022 12:37:09



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 8336/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53000.077005/2013-10

INTERESSADO: LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA., relativo a pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte/MG, referente ao seguinte período: 01/05/2014 a 01/05/2024.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 1885/2020/SEI-MC, concluiu pela expedição do Ofício n.º 2521/2020/MC à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI5755038 e 5755562). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.007307/2020-62, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. requerimento, solicitando a renovação, datado e assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

c) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detida, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações assinadas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

3.2. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

3.3. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial substituta**, em 20/06/2022, às 16:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10041598** e o código CRC **6770B552**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 14424/2022/MCOM

Brasília, 15 de junho de 2022.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ Nº 17.286.345/0001-56)
Rua Yvon Magalhães Pinto nº 525 - São Bento
30.350-560 - Belo Horizonte/MG

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.077005/2013-10.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 8336/2022/SEI-MCOM e do Requerimento Padrão (evento SEI nº10041703), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 20/06/2022, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial substituta**, em 20/06/2022, às 16:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10041677** e o código CRC **3D0B3780**.

Anexos:

•

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora	() em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
RELATIVOS À PESSOA JURÍDICA E AOS SÓCIOS	<p>(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p> <p>(b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: <i>i)</i> certidão de nascimento ou casamento; <i>ii)</i> certidão de reservista; <i>iii)</i> cédula de identidade; <i>iv)</i> certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; <i>v)</i> carteira profissional; <i>vi)</i> Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou <i>vii)</i> passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.</p> <p>(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(d) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;</p> <p>(f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e</p> <p>(h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho.</p>

Data de Envio:

20/06/2022 17:04:21

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mc.com.gov.br>

Para:

SIARE@MGLCONTABILIDADE.CNT.BR
paulo.alves@radioliberalidade.com.br
portozero@portozero.com.br
joao.carlos@radioliberalidade.com.br
polliana.silveira@radioliberalidade.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53000.077005/2013-10

INTERESSADA: LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10041677.html
Nota_Tecnica_10041598.html
Requerimento_10041703_Requerimento_Padrao.pdf

RE: RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Marcio da Silva Barbosa <marcio.barbosa@mcom.gov.br>

Qua, 22/06/2022 11:58

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Belo Horizonte/MG, responder aos processos nº 53000019705/2011 e 53000053999/2009, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 15 de junho de 2022 12:47

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Processo nº: 53000.077005/2013-10

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Belo Horizonte/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.



BOM DIA
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **13/07/2022**

Hora: **10:25:03**



BOM DIA
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **13/07/2022**

Hora: **10:26:08**



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA

CNPJ: 17.286.345/0001-56

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:27:51 do dia 13/07/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/08/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

--

Imprimir

Voltar

352-5



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 277, DE 2009**

Aprova o ato que renova a concessão da **RADIO CACIQUE DE GUARAPUAVA LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de maio de 1997, que renova por dez anos, a partir de 25 de novembro de 1992, a concessão da Rádio Cacique de Guarapuava Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de junho de 2009.

Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 278, DE 2009**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à **EMISSORA SUL GOIANA DE QUIRINÓPOLIS LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 30 de julho de 1992, que renova a concessão outorgada à Emissora Sul Goiana de Quirinópolis Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, a partir de 13 de dezembro de 1987,

serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de junho de 2009.
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 279, DE 2009**

Aprova o ato que renova a concessão da **LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 6 de abril de 1999, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de junho de 2009.
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 280, DE 2009**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à **RADIO RIO DAS GARÇAS LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itarema, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 9 de dezembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 13 de março de 1999, a concessão outorgada à Rádio Rio das Garças Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itarema, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de junho de 2009.
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 281, DE 2009**

Aprova o ato que outorga concessão à **REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José de Ribamar, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de outubro de 2006, que outorga concessão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José de Ribamar, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de junho de 2009.
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 282, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à **RÁDIO MAGUARI DE BATURITÉ LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaratama, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.800, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio Maguari de Baturité Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaratama, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de junho de 2009.
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 283, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICACÃO COMUNITÁRIA CULTURAL CENTRAL DE ITAPISSUMA - PE** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapissuma, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 152, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Central de Itapissuma - PE para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapissuma, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de junho de 2009.
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 284, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização ao **ICEQUI - INSTITUTO CULTURAL E ECONÔMICO DE QUIXELÔ** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixelô, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 779 de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização ao ICEQUI - Instituto Cultural e Econômico de Quixelô para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixelô, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de junho de 2009.
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 285, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à **ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE CULTURAL COMUNITÁRIA DE APOIO A CAMPINORTE - ABCACAMP** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinorte, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 804, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural Comunitária de Apoio a Campinorte - ABCACAMP para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinorte, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de junho de 2009.
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL**

LUÍZ INACIO LULA DA SILVA
Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

<http://www.in.gov.br> ou editoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

- II - ESPORA, no Rio Corrente, Estado de Goiás;
 III - COUTO MAGALHÃES, no Rio Araguaia, Estados de Goiás e Mato Grosso;
 IV - BARRA DO BRAUNA, no Rio Pomba, Estado de Minas Gerais;
 V - CANDONGA, no Rio Doce, Estado de Minas Gerais;
 VI - CAPIM BRANCO I, no Rio Araguaia, Estado de Minas Gerais;
 VII - CAPIM BRANCO II, no Rio Araguaia, Estado de Minas Gerais;
 VIII - MURTA, no Rio Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais;
 IX - TRAÍRA II, no Rio Suaqui Grande, Estado de Minas Gerais;
 X - BARRA GRANDE, no Rio Piquiri, Estados do Rio Grande do Sul e Santa

Catarina;

- XI - FOZ DO CHAPECÓ, no Rio Uruguai, Estados do Rio Grande do Sul e Santa

Catarina;

- XII - PASSO DO MEIO, no Rio das Antas, Estados do Rio Grande do Sul e Santa

Catarina;

- XIII - 14 DE JULHO, no Rio das Antas, Estado do Rio Grande do Sul;

- XIV - QUEBRA QUEIXO, no Rio Chapecó, Estado de Santa Catarina;

- XV - SALTO PILÃO, no Rio Itajai-Açu, Estado de Santa Catarina; e

- XVI - OURINHOS, no Rio Parapanema, Estados de São Paulo e Paraná.

Parágrafo único. Os aproveitamentos hidrelétricos referidos neste artigo serão explorados, mediante contrato de concessão, pelos vencedores das respectivas licitações, processadas na conformidade da legislação específica.

Art. 2º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, será a responsável, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.491, de 1997, pela execução e acompanhamento dos procedimentos relacionados com a outorga das concessões dos aproveitamentos a que se refere este Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de abril de 1999, 178ª da Independência e 111ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Celso Lafer
Rodolpho Tourinho Neto

RETIFICAÇÃO

DECRETO Nº 2.972, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1999.

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas - FG do Ministério do Meio Ambiente, e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial da União de 1º de março de 1999, Seção 1, páginas 9 a 12)

No Anexo II, a):

ende-se à: "... GABINETE DO MINISTRO - 1 Assessor DAS 101.4 ..."

leia-se: "... GABINETE DO MINISTRO - 1 Coordenador-Geral DAS 101.4 ..."

DECRETO DE 6 DE ABRIL DE 1999

Transfere para a Fundação João Paulo II a concessão outorgada à Rádio e Televisão Aracaju Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e nos termos do art. 94, item 3, alínea "a", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53940.000474/98,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferida a concessão outorgada à Rádio e Televisão Aracaju Ltda., pelo Decreto nº 92.478, de 20 de março de 1988, para a Fundação João Paulo II explorar, pelo restante do prazo, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de abril de 1999, 178ª da Independência e 111ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pimenta da Veiga

DECRETO DE 6 DE ABRIL DE 1999

Renova a concessão outorgada à Rádio Pioneira Stereo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.065, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 50790.000802/93,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada originariamente à Sociedade Rádio Emissora Continental de Porto Alegre Ltda., cuja denominação social foi alterada para Rádio Globo de Porto Alegre Ltda., pelo Decreto nº 45.274, de 27 de junho de 1959, renovada pelo Decreto nº 88.073, de 17 de outubro de 1963, e transferida para a Rádio Pioneira Stereo Ltda., conforme Decreto nº 93.574, de 13 de novembro de 1966.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de abril de 1999, 178ª da Independência e 111ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pimenta da Veiga

DECRETO DE 6 DE ABRIL DE 1999

Renova a concessão outorgada à Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.065, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 50710.000122/94,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada pela Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, à Rádio Mendonça de Minas Gerais S.A., posteriormente Rádio Pampulha S.A. e Rádio Del Rey Ondas Médias Ltda., renovada pelo Decreto nº 90.422, de 8 de novembro de 1984, cujo prazo residual da outorga foi mantido conforme Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de abril de 1999, 178ª da Independência e 111ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pimenta da Veiga

DECRETO DE 6 DE ABRIL DE 1999

Renova a concessão outorgada à Fundação José de Paiva Neto, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.065, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 50710.000732/93,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão outorgada à Rádio



Decreto n.º 90.422, de 08 de novembro de 1984


Renova as concessões outorgadas às entidades que menciona para explorarem serviço de radiodifusão sonora em onda média, nas cidades e unidades da Federação indicadas.

O Presidente da República

usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos MC nºs 29100.000274/84, 29102.000175/84, 29102.000220/84, 29101.000034/84, 51.067/83, 29108.000045/84, 29104.000052/84, 29102.000248/84, 29102.000021/84, 29102.000260/84, 71.721/83, 29104.000054/84, 174.511/83, 173.919/83, 174.377/83 e 29102.000196/84, decreta:

Art. 1º - Ficam, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovadas, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1984, as concessões outorgadas às entidades relacionadas neste artigo, junto com os seus demais elementos identificadores, para explorarem, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 177, de 29 de março de 1940
Entidade: RÁDIO SÃO CARLOS LTDA. ✓
Cidade: São Carlos
Unidade da Federação: São Paulo
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 20, de 15 de janeiro de 1960
Entidade: RÁDIO AMÉRICA DO RIO GRANDE DO SUL LTDA. ✓
Cidade: Montenegro
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 573, de 21 de junho de 1955
Entidade: RÁDIO LUZ E ALEGRIA LTDA. ✓
Cidade: Frederico Westphalen
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul

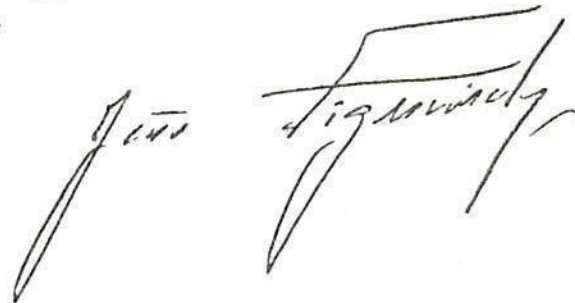
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 701, de 22 de agosto de 1955
Entidade: RÁDIO SOLIMÕES LTDA. ✓
Cidade: Nova Iguaçu
Unidade da Federação: Rio de Janeiro
 - Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954
Entidade: LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA. ✓
Cidade: Belo Horizonte
Unidade da Federação: Minas Gerais
 - Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 588, de 05 de outubro de 1956
Entidade: RÁDIO FLORIANO LTDA. ✓
Cidade: Floriano
Unidade da Federação: Piauí
 - Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 772, de 21 de novembro de 1952
Entidade: MULTISOM - Rádio Notícia Ltda. ✓
Cidade: São João Nepomuceno
Unidade da Federação: Minas Gerais
 - Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 269, de 16 de março de 1951
Entidade: RÁDIO CLUBE DE CANELA LTDA.
Cidade: Canela
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul
 - Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 485, de 11 de outubro de 1960
Entidade: RÁDIO ESMERALDA S/A ✓
Cidade: Vacaria
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul
 - Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 969, de 18 de novembro de 1948
Entidade: RÁDIO SIDERAL LTDA. ✓
Cidade: Getúlio Vargas
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul
 - Ato de Outorga: Portaria MJNI nº 252-B, de 24 de maio de 1962
Entidade: RÁDIO CAPANEMA LTDA. ✓
Cidade: Capanema
Unidade da Federação: Paraná
 - Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 145, de 24 de fevereiro de 1958
Entidade: RÁDIO DIFUSORA DE ITUIUTABA LTDA. ✓
Cidade: Ituiutaba
Unidade da Federação: Minas Gerais
 - Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 767, de 21 de setembro de 1945
Entidade: RÁDIO CULTURA DE BRAGANÇA PAULISTA LTDA. ✓
Cidade: Bragança Paulista
Unidade da Federação: São Paulo
 - Ato de Outorga: Portaria MVOP nº B-31, de 21 de janeiro de 1961
Entidade: RÁDIO DIFUSORA DE FRANCA LTDA. ✓
Cidade: Franca
Unidade da Federação: São Paulo
- 

- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 822, de 25 de setembro de 1948
Entidade: RÁDIO BRASIL DE ADAMANTINA LTDA.
Cidade: Adamantina
Unidade da Federação: São Paulo
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 612, de 30 de junho de 1950
Entidade: RÁDIO CAÇAPAVA LTDA.
Cidade: Caçapava do Sul
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul

Parágrafo único - A execução do serviço de radiodifusão sonora, cujas outorgas são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais as entidades aderiram previamente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF., 08 de novembro de 1984; 163º da Independência e 96º da República.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
PORTARIA Nº 1000, DE 76
PARA PUBLICAÇÃO
NO D.O. DE 02.09.76
Sonia May Nara Nolasco
1/1

PORTARIA N.º 1000 DE
26 DE 8 DE 1976

PUBLICADO
 NO
 DIARIO OFICIAL
 de / 19
 Pagina N.
 Encargado da Revista

DAS

COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 59 da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e artigo 69, item II, do Decreto nº 71.136, de 23 de setembro de 1972, tendo em vista o que consta do Processo MC nº 21.509/73.

I - Renovar, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º do Decreto nº 71.136, de 23 de setembro de 1973, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1974, a permissão outorgada pela Portaria MYOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada no Diário Oficial da União de 11 subsequente, à Rádio Meridional de Minas Gerais S.A., que passou a denominar-se, posteriormente, Rádio Pampulha S.A. para executar na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local.

II - A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, com as cláusulas aprovadas pelo Decreto nº 71.825, de 8 de fevereiro de 1973, às quais a entidade aderiu, mediante termo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

III - O Departamento Nacional de Telecomunicações fixará, através de portaria, as características técnicas segundo as quais deverá ser executado o serviço objeto desta renovação, bem como, se necessário, o prazo para adaptação às que forem estabelecidas.


ORIGINAL ASSINADO
PELO MINISTRO
Euclides Quandt de Oliveira

EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA
Ministro de Estado das Comunicações

GM/PAD/hbf

18.8.76 AC/IRN

01

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL de 11 / 03 / 1954 Página N.º  Encarregado da Revisão
--

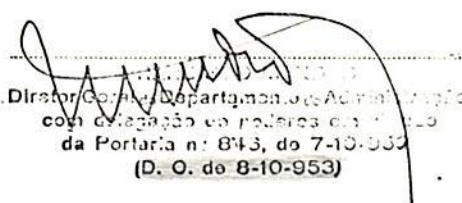
Portaria n.º 182 de 8 de março de 1954.

O Ministro de Estado, atendendo ao que requereu a Rádio Meridional de Minas Gerais S/A, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e em vista do parecer da Comissão Técnica de Rádio, n.º 896, de 18 de dezembro de 1953,

R E S O L V E :

- I - nos termos do artigo 5.º do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, e de acordo com o despacho exarado pelo Senhor Presidente da República na Exposição de Motivos n.º 88/GM, de 21 de janeiro de 1954, conceder permissão, a título precário, à Rádio Meridional de Minas Gerais S.A, para instalar uma estação radiodifusora com a potência de 250 watts na localidade de Venda Nova, distrito de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para operar na frequência de 590 kc;
- II - aprovar o local assinalado na planta que com esta baixa, rubricada pelo Diretor da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração deste Ministério, destinado à instalação da aludida estação.

DO/SAO
Proc.n.º 5.189/54
TLC/MDCL


Diretor-Geral do Departamento de Administração
com delegação de poderes da Portaria nº 843, de 7-10-53
(D. O. de 8-10-53)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº: 53000.077005/2013-10
Entidade: LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO LTDA.
CNPJ nº: 17.286.345/0001-56
FISTEL nº: 04008001603
Localidade: Belo Horizonte/MG
Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 30/12/2013

Período: 01/05/2014 a 01/05/2024

Tipo de outorga a ser renovada:

- ☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.
- ☒ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	Petição 0297355 Pág. 2 e Petição 10098806 Págs. 3-4	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	Petição 10098806 Págs. 3-4	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	Petição 10098806 Págs. 3-4	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	Petição 10098806 Págs. 3-4	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	Petição 10098806 Págs. 3-4	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	

e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 10098806 Págs. 3-4	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 10098806 Págs. 3-4	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 10098806 Págs. 3-4	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 10098806 Págs. 3-4	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 10098806 Págs. 3-4	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	Anexo SIACCO 10040507 10165311	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 10098806 Pag. 6	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 5272135 Pág. 41	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	CNPJ 10040497	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F Certidão 10040532	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		E Petição 5272135 Pág.38		
		M Petição 5272135 Pág.39		

7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	Certidão 10165328	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS Certidão 10040532 FGTS Certificado 10040552	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Certidão 10040536	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 10098806 Pág. 23 PEDRO LAPINHA SILVA RODRIGUES Pág. 24 JOÃO VITOR DA SILVA LAPINHA Págs. 25-27 MARIA EDUARDA BORGES SILVA LAPINHA Págs. 28-29 JOÃO CARLOS RESENDE LAPINHA Pág. 30 RENAN CARLOS LAPINHA SILVA Págs. 31-32 CLÁUDIO HENRIQUE SILVA Pág. 33 RENE MARCEL ALVES LAPINHA	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Licença 10040554	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	
12. Serviço executado em faixa de fronteira?	() Sim (X) Não	n/a	- Decreto nº 11.076, de 20 de maio de 2022.	
13. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento - CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim () Não () Não se aplica	Correspondência Eletrônica 10079686	Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------

<p>14. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990. 	<p>() Sim () Não (X) Não se aplica</p>	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
<p>15. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p>() Sim () Não (X) Não se aplica</p>	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais

- n/a

Conclusão

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 04/08/2022, às 16:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10040588** e o código CRC **1D0A2275**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 9727/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53000.077005/2013-10

INTERESSADA: LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda.**, inscrita no **CNPJ nº 17.286.345/0001-56**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, vinculado ao **FISTEL nº 04008001603** referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2014.
2. Por meio das Notas Técnicas nº 19362/2014/SEI-MC, nº 25391/2019/SEI-MCTIC, nº 9626/2020/SEI-MCTIC nº 295/2020/SEI-MC, nº 1885/2020/SEI-MC e nº 8336/2022/SEI-MCOM, acompanhadas dos Ofícios nº 21537/2014/SEI-MC nº 48652/2019/MCTIC, nº 17377/2020/MCTIC, nº 478/2020/MC, nº 2521/2020/MC e nº 14424/2022/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de renovação de outorga (SEI 0269780, 4979243, 5467081, 5632597, 5755038, 10041598 e SEI 0269789, 4979254, 5467190, 5755562, 10041677).
3. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolos nº 53900.006468/2015-15, nº 53900.006448/2015-44, nº 01250.011539/2020-67, nº 01250.011532/2020-45, nº 01250.011540/2020-91, nº 01250.014055/2020-70, nº 53115.001097/2020-07, nº 53115.007307/2020-62 e nº 53115.016997/2022-11).

ANÁLISE

4. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
5. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de

serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, conferiu-se originalmente à Rádio Meridional de Minas Gerais S/A. a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, conforme Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de março de 1954 (SEI10166099 - Pág. 8). Cumpre consignar, por oportuno, que a Rádio Meridional de Minas Gerais S/A foi transformada em Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, bem como a teve a respectiva razão social alterada para Rádio Del Rey Ondas Médias Brasil Ltda por meio da Alteração Contratual, registrada na JUCEMG sob o nº 409095 (S5272064 - Págs. 23-30). De sua vez, por intermédio da Alteração Contratual, registrada na JUCEMG sob o nº 569952, a razão social da Rádio Del Rey Ondas Médias Brasil Ltda foi alterada para a atual **Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda** (SEI 5272064 - Págs. 60-67).

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1994-2004**. De acordo com o Decreto s/n, de 6 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de abril de 1999, a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994 (SEI 10166099 - Pág. 2). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 279, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de junho de 2009 (SEI 10166099 - Pág. 1).

9. Concernente ao período de **2004-2014**, a entidade apresentou o pedido de renovação no dia 29 de janeiro de 2014, gerando o protocolo nº 53000.003911/2004-97, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Observa-se, então, que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de novembro de 2003 e 1º de fevereiro de 2004. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em setembro de 2011. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

10. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos. De todo modo, não foram verificadas, salvo melhor juízo, indícios de eventuais irregularidades cometidas no curso da instrução daqueles autos.

11. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

12. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

13. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **30 de dezembro de 2013**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 0297355 - Pág. 2). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade foi apresentado no prazo legal vigente à época, previsto na redação original do ora mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, entre 1º de novembro de 2013 e 1º de fevereiro de 2014.

14. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 10040588). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação

processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 10040588).

17. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 15 de junho de 2022 e 13 de julho de 2022 (SEI 10040507; e SEI 10165311).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço objeto de análise dos presentes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, os sócios administradores João Vitor da Silva Lapinha, Maria Eduarda Borges Silva Lapinha, Rene Marcel Alves Lapinha e os sócios Claudio Henrique Silva, João Carlos Resende Lapinha, Pedro Lapinha Silva Rodrigues e Renan Carlos Lapinha Silva não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI10040516). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 10079686).

20. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 10040588).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

22. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

a) a razão social;

- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
 - c) o nome fantasia; e
 - d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);
- II - os dados da outorga, com:
- a) o estado e o município de execução do serviço; e
 - b) a frequência, a classe e o canal de operação;
- III - os dados da estação, com:
- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
 - b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
 - c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
 - d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e
- IV - a data de emissão da licença.
- V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de novembro de 2018, com validade até 1º de maio de 2024 (SEI 10040554; e SEI 10040509).

26. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas colacionadas abaixo, na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e
- b) posterior remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 04/08/2022, às 16:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 04/08/2022, às 16:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas substituto**, em 04/08/2022, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 05/08/2022, às 16:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10166354** e o código CRC **831E0073**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº _____ - MCOM

Brasília, _____ de _____ de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, de _____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão

outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 53000.077005/2013-10

SEI nº 10166354

Ofício Interno nº 23558/2022/MCOM

Brasília, 08 de Agosto de 2022

A Senhora
Carolina Scherer Bicca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM (10166354)

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM (10166354), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 08/08/2022, às 17:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10281243** e o código CRC **ACFFC1DE**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.077005/2013-10

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora

EMENTA: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora em onda média. Inexistência óbice legal. Renovação da outorga anteriormente concedida. Encaminhamento à SERAD.

I - RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 23558/2022/MCOM, a Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo nº 53000.07705/2013-10, cujo teor versa sobre a renovação da outorga concedida à entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024.
2. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se, dentre outros acontecimentos fáticos anteriores, que o Presidente da República, por meio do Decreto s/nº, de 06 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 65, de 07 de abril de 1999, e o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 279, de 2009, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 111, de 15 de junho de 2009, renovaram a outorga da concessão conferida à entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda para executar o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG.
3. A entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda apresentou requerimento de renovação da outorga em 30 de dezembro de 2013, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024 (Doc. nº 0297355 - SEI).
4. Por fim, cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a minuta de portaria e exposição de motivos, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (Doc. nº 10166354- parte final - SEI).
5. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II - FUNDAMENTAÇÃO

II.1. PROCEDIMENTO PARA RENOVAÇÃO DO SERVIÇO RÁDIODIFUSÃO SONORA

6. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, encontra-se disciplinada pela Constituição Federal, pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pela Lei nº 5.785, de 23 de junho 1972, pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com mudanças promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, pelo Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, pelo Decreto nº 10.804, de 22 de setembro de 2021, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.
7. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, inclusive no que concerne à possibilidade de renovação da outorga concedida, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Arte. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional especializa o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parâmetros anteriores.

4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para como emissoras de rádio e de quinze para como cancelamento de televisão.

Arte. 224. Para fazer o sucesso neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

LEI Nº 4.117, DE AGOSTO DE 1962

Art. 67. (...)

Parágrafo único. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade e o técnico interesse público em sua existência. [\(Incluído pelo Decreto-lei nº 236, de 28.2.1967\)](#)

LEI Nº 5.785, DE 23 DE JUNHO DE 1972

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 1º Caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 2º As entidades com o serviço em funcionamento em caráter precário mantêm as mesmas condições dele decorrentes. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 3º As entidades que não apresentarem pedido de renovação no prazo previsto no caput deste artigo serão notificadas pelo órgão competente do Poder Executivo para que se manifestem no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. [\(Incluído pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

DECRETO Nº 52.795, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no [art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972](#), acompanhado da documentação prevista. [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

§ 1º As pessoas jurídicas que não apresentarem requerimento de renovação no prazo a que se refere o **caput** serão notificadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para que se manifestem sobre o interesse na renovação no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o requerimento de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de descumprimento dos prazos previstos no **caput** e § 1º. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 3º A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, nas hipóteses em que a concessionária ou permissionária tiver optado pelo pagamento parcelado. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.804, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - revogado

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - revogado

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - revogado

XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as **alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990**. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de renovação da outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de renovação da outorga, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para envio ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 3º A existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

DECRETO Nº 10.775, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Art. 5º Os processos de pedido de renovação de outorga protocolados no Ministério das Comunicações até a data de publicação deste Decreto cujo requerimento esteja pendente de decisão serão instruídos conforme o disposto no [art. 113 do Decreto nº 52.795, de 1963](#).

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica aos processos cuja decisão tenha sido tomada.

8. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para renovação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, deve ser realizada à luz do que dispõe as normas acima mencionadas.

II.2 - ANÁLISE TÉCNICA REALIZADA PELA SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO

9. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado para renovação da outorga concedida para prestação de serviço de radiodifusão sonora em onda média, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

10. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 9727/2022/SEI-MCOM, manifestou-se nos seguintes termos a respeito do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, apresentado pela entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda (Doc. nº 10166354 - SEI), *in verbis*:

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda.**, inscrita no CNPJ nº 17.286.345/0001-56, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, vinculado ao **FISTEL nº 04008001603**, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2014.

2. Por meio das Notas Técnicas nº 19362/2014/SEI-MC, nº 25391/2019/SEI-MCTIC, nº 9626/2020/SEI-MCTIC, nº 295/2020/SEI-MC, nº 1885/2020/SEI-MC e nº 8336/2022/SEI-MCOM, acompanhadas dos Ofícios nº 21537/2014/SEI-MC, nº 48652/2019/MCTIC, nº 17377/2020/MCTIC, nº 478/2020/MC, nº 2521/2020/MC e nº 14424/2022/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de renovação de outorga (SEI [0269780](#), [4979243](#), [5467081](#), [5632597](#), [5755038](#), [10041598](#) e SEI [0269789](#), [4979254](#), [5467190](#), [5755562](#), [10041677](#)).

3. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolos nº [53900.006468/2015-15](#), nº [53900.006448/2015-44](#), nº [01250.011539/2020-67](#), nº [01250.011532/2020-45](#), nº [01250.011540/2020-91](#), nº [01250.014055/2020-70](#), nº [53115.001097/2020-07](#), nº [53115.007307/2020-62](#) e nº [53115.016997/2022-11](#)).

4. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações,

que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

5. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

(...)

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, conferiu-se originalmente à Rádio Meridional de Minas Gerais S/A. a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, conforme Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de março de 1954 (SEI [10166099](#) - Pág. 8). Cumpre consignar, por oportuno, que a Rádio Meridional de Minas Gerais S/A foi transformada em Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, bem como a teve a respectiva razão social alterada para Rádio Del Rey Ondas Médias Brasil Ltda por meio da Alteração Contratual, registrada na JUCEMG sob o nº 409095 (SEI [5272064](#) - Págs. 23-30). De sua vez, por intermédio da Alteração Contratual, registrada na JUCEMG sob o nº 569952, a razão social da Rádio Del Rey Ondas Médias Brasil Ltda foi alterada para a atual **Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda** (SEI [5272064](#) - Págs. 60-67).

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1994-2004**. De acordo com o Decreto s/n, de 6 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de abril de 1999, a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994 (SEI [10166099](#) - Pág. 2). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 279, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de junho de 2009 (SEI [10166099](#) - Pág. 1).

9. Concerne ao período de **2004-2014**, a entidade apresentou o pedido de renovação no dia 29 de janeiro de 2014, gerando o protocolo nº [53000.003911/2004-97](#), acompanhado de parte da documentação exigida até então. Observa-se, então, que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de novembro de 2003 e 1º de fevereiro de 2004. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em setembro de 2011. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

10. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos. De todo modo, não foram verificadas, salvo melhor juízo, indícios de eventuais irregularidades cometidas no curso da instrução daqueles autos.

11. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

12. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

13. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **30 de dezembro de 2013**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI [0297355](#) - Pág. 2). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade foi apresentado no prazo legal vigente à época, previsto na redação original do ora mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, entre 1º de novembro de 2013 e 1º de fevereiro de 2014.

14. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [10040588](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus

atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI [10040588](#)).

17. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 15 de junho de 2022 e 13 de julho de 2022 (SEI [10040507](#); e SEI [10165311](#)).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço objeto de análise dos presentes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, os sócios administradores João Vitor da Silva Lapinha, Maria Eduarda Borges Silva Lapinha, Rene Marcel Alves Lapinha e os sócios Claudio Henrique Silva, João Carlos Resende Lapinha, Pedro Lapinha Silva Rodrigues e Renan Carlos Lapinha Silva não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [10040516](#)). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [10079686](#)).

20. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [10040588](#)).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

22. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

(...)

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de novembro de 2018, com validade até 1º de maio de 2024 (SEI [10040554](#); e SEI [10040509](#)).

26. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

11. Portanto, infere-se que a SERAD manifestou-se no sentido de que não existe impedimento técnico para que haja renovação da outorga concedida para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, pela entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024.

12. Vale destacar que a SERAD esclareceu que o referido pedido é tempestivo, pois foi protocolizado no prazo vigente à época, conforme estabelece o art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, c/c o art. 112 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, (vide item 13 da NOTA TÉCNICA Nº 9727/2022/SEI-MCOM).

13. No que se refere ao limite de outorgas previsto no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, a SERAD informou que o quantitativo de outorgas está dentro da previsão normativa, tanto no que se refere aos sócios, quanto aos dirigentes (vide itens 17 e 18 da NOTA TÉCNICA Nº 9727/2022/SEI-MCOM).

14. O check-list, elaborado pela SERAD, informa que a referida entidade apresentou os seguintes documentos exigidos, dentre outros (Doc. nº 10040588-SEI): i) requerimento de renovação de outorga; ii) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; iii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, **emitida em 11 de fevereiro de 2020**; iv) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; v) certidões de regularidade perante as fazendas federal, estadual,

municipal (ou distrital) da sede da entidade; vi) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel; vii) certidão negativa de existência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; viii) Comprovação pelos dirigentes da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.

15. **É importante consignar que a certidão negativa de falência foi emitida em 11 de fevereiro de 2020, pelo que a SERAD deve atentar, no momento oportuno, para verificar o cumprimento do referido requisito mediante apresentação da documentação atualizada.**

16. Vale esclarecer, ainda, que a renovação da permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora será efetivada com a respectiva assinatura do termo aditivo ao contrato, conforme a redação do art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017.

17. Com efeito e à luz das normas de regência, afigura-se que é necessária que sejam observadas as seguintes etapas: i) expedição de portaria ministerial, renovando a permissão à citada Fundação; ii) submissão da matéria ao Congresso nacional para edição do decreto legislativo ratificador; iii) e elaboração do termo aditivo ao contrato.

18. Face ao exposto, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize o deferimento da renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, pela entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda.

III – CONCLUSÃO

19. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que devem ser observadas as seguintes orientações: i) não existe impedimento jurídico para renovação de outorga concedida à entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024, **sendo recomendável atentar para orientação apresentada no item 15 deste PARECER**; ii) a minuta de portaria e a minuta de exposição de motivos, ambas elaboradas pela SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo jurídico, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material; iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223 da Constituição Federal; iv) após a edição do decreto legislativo, compete a este Ministério adotar as medidas administrativas para elaboração do termo aditivo ao contrato; v) **é necessário que sejam adotadas as medidas necessárias para que, no momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada**, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

20. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta renovar a permissão, por meio de edição de portaria, para execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média.

21. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 11 de agosto de 2022.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000077005201310 e da chave de acesso a364f43a



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 959274302 e chave de acesso a364f43a no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-08-2022 09:03. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: [\(61\) 2027-6119/6915](tel:(61)2027-61196915)

DESPACHO DE APROVAÇÃO n. [00118/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU](#)

NUP: 53000.077005/2013-10

INTERESSADOS: LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO

Aprovo o **PARECER n. 00615 /2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 11 de agosto de 2022.

CAROLINA SCHERER
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) [53000077005201310](#) e da chave de acesso a364f43a



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 960269079 e chave de acesso a364f43a no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-08-2022 15:45. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

DESPACHO

Processo nº: **53000.077005/2013-10**

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento do Parecer Jurídico n. 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU 10301582), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 12/08/2022, às 10:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10303627** e o código CRC **4F90493B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

DESPACHO

Processo nº: 53000.077005/2013-10

Interessado: LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.

Assunto: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora

À CGPO

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Pós Outorgas (CGPO) para conhecimento do Parecer Jurídico n. 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10301582), e adoção de providências cabíveis.

Brasília, 12 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 12/08/2022, às 11:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10304059** e o código CRC **00BD8C8F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

PROCESSO: 53000.077005/2013-10

INTERESSADA: LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

1. Por meio da Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, do Ofício Interno 23558/2022/SEI-MCOM e do Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, esta Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2014 (SEI 10166354, 10281243 e 10301582).

2. A unidade consultiva, por ocasião de sua manifestação, fez a seguinte ressalva:

(...)

15. É importante consignar que a certidão negativa de falência foi emitida em 11 de fevereiro de 2020, pelo que a SERAD deve atentar, no momento oportuno, para verificar o cumprimento do referido requisito mediante apresentação da documentação atualizada.

(...)

III – CONCLUSÃO

19. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que devem ser observadas as seguintes orientações: i) não existe impedimento jurídico para renovação de outorga concedida à entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024, **sendo recomendável atentar para orientação apresentada no item 15 deste PARECER** ii) a minuta de portaria e a minuta de exposição de motivos, ambas elaboradas pela SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo jurídico, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material; iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223 da Constituição Federal; iv) após a edição do decreto legislativo, compete a este Ministério adotar as medidas administrativas para elaboração do termo aditivo ao contrato; v) **é necessário que sejam adotadas as medidas necessárias para que, no momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada**, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

20. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta renovar a permissão, por meio de edição de portaria, para execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média.

21. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

3. Ressalta-se que, em situações análogas, a Consultoria Jurídica manifestou-se pela necessidade de atualização da documentação por ocasião da formalização do termo aditivo ao contrato de concessão/permissão. Veja-se que, por meio do Parecer nº 00580/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do processo administrativo nº 53000.062360/2012-11, entendeu-se que a atualização dos documentos necessários à renovação da outorga deve ocorrer após a manifestação do Congresso Nacional, de modo que o "momento oportuno" está relacionado ao procedimento de formalização do termo aditivo ao contrato de concessão/permissão, previsto no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

(...)

30. Observa-se que a maioria das certidões venceram no curso da instrução processual. Tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas. (grifamos)

(...)

37. Importa consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação". Ainda, **na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação". **(grifamos)**

III - CONCLUSÃO

38. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

4. Sendo assim, encaminhem-se os autos ao Secretário de Radiodifusão, para posterior submissão do assunto à deliberação do Ministro de Estado das Comunicações, haja vista a inexistência de outras providências a serem adotadas neste momento.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 24/08/2022, às 11:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 24/08/2022, às 11:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, **Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 26/08/2022, às 13:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10320387** e o código CRC **4BFA10A4**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado

da Portaria nº _____, de ____ de _____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 53000.077005/2013-10

SEI-MCOM nº 10320387



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 6508, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria**, Ministro de Estado das Comunicações, em 14/09/2022, às 11:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10363394** e o código CRC **5BD3185D**.

Brasília, 26 de agosto de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6508, de 26 de Agosto de 2022, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 14/09/2022, às 11:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10363407** e o código CRC **8EF770C3**.

Ofício Interno nº 24527/2022/MCOM

Brasília, 29 de Agosto de 2022

Ao Senhor
Wagner Primo Figueiredo Neto
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Portaria nº 6508/2022/SEI-MCOM (10363394) e Exposição de Motivos (10363407)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM (10166354) e no Parecer Jurídico nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10301582), encaminho a Vossa Senhoria a Portaria nº 6508/2022/SEI-MCOM (10363394) e Exposição de Motivos (10363407), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

William Ivo Koshevnikoff Zambelli
Secretário de Radiodifusão Substituto



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, Secretário de Radiodifusão substituto, em 29/08/2022, às 21:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10365022** e o código CRC **79C49ABB**.

[Imprimir recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de acesso com as seguintes características:

Data de envio: 06/10/2022 16:30:21
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 9149753
Data prevista de publicação: 07/10/2022
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

Os escolhidos somente serão divulgados na data e no jornal indicado no Ofício de validação e análise de publicação publicada após a publicação da disciplina a ser feita de nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valentia
19970011	ATO PORTARIA MCOM NA 6508.rtf	d287dc88bb585426 c107ee82f1db5b82	8,00	R\$ 311,36
19970012	ATO PORTARIA MCOM NA 6429.rtf	9a90cef20e00ea62 2bdf51284d3bba74	8,00	R\$ 311,36
19970013	ATO PORTARIA MCOM NA 6732.rtf	2f0f387c2246dc2c 5e09761587210e21	8,00	R\$ 311,36
19970014	ATO PORTARIA MCOM NA 6618.rtf	e1c154a782d6fe8f 2f0831cd54934ee5	8,00	R\$ 311,36
19970015	ATO PORTARIA MCOM NA 6769.rtf	695281e1ddbb29ee 59387fd2187a0313	9,00	R\$ 350,28
19970016	ATO PORTARIA MCOM NA 6664.rtf	97d36ff5be625698 ad20d50b19eeb287	9,00	R\$ 350,28
19970017	ATO PORTARIA MCOM NA 6730.rtf	df093cf2482130b3 08dc220f649a966d	10,00	R\$ 389,20
19970018	ATO PORTARIA MCOM NA 6744.rtf	c5ed638b61e79e22 b0954b6728c08062	9,00	R\$ 350,28
19970019	ATO PORTARIA MCOM NA 6740.rtf	4cc48691bbabfc81 e9d1614bd2628b84	9,00	R\$ 350,28
TOTAL DO OFICIO			80,07	R\$ 3.035,76

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/10/2022 | Edição: 192 | Seção: 1 | Página: 16
Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 6.508, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Id solicitação: 57dbac61c4a13

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA	
Nome Fantasia: RADIO CAPITAL MINAS E OU REDE CAPITAL DE COMUNICACOES	
Telefone: (31) 3332-2877	E-mail: marcelo@radioliberalidade.com.br
CNPJ: 17.286.345/0001-56	Número do Fistel: 04008001603
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/1994	Serviço: 205 - Radiodifusão Sonora em Onda Média
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 01/05/2024	
Observações: SG27/88,SNC72/90;RESOLUCAO ANATEL 117/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua do Sertão	Complemento:	
Bairro: Vale do Jatobá	Numero: 1.200	
Município: Belo Horizonte	UF: MG	CEP: 30664780

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rua Yvon Magalhães Pinto	Complemento:	
Bairro: São Bento	Numero: 525	
Município: Belo Horizonte	UF: MG	CEP: 30350560

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Melo Vianna	Complemento:	
Bairro: Área Rural	Numero: 143	
Município: Esmeraldas	UF: MG	CEP: 35740000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Yvon Magalhães Pinto	Complemento:	
Bairro: São Bento	Numero: 525	
Município: Belo Horizonte	UF: MG	CEP: 30350560

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro: Rua Melo Vianna	Complemento:	
Bairro: Área Rural	Numero: 143	
Município: Esmeraldas	UF: MG	CEP: 35740000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Belo Horizonte	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal:	Frequência: 570 KHz	Classe: B	ERP Máxima: ERP dia: *** ERP noite: ***kW
Altura: 93 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais							
Número da Estação: 322321743				Número Indicativo: ZYL261			
Data Último Licenciamento: 21/11/2018				Número da Licença: 53500.051944/2018-16			

Sistema de Terra			
Número de Torres: 2		Número de Radiais: 120	
Altura da Torre: 93.00		Comprimento de Radiais: 135	
Espaçamento entre radiais: 3.00		Condutividade: 3	

Carga Topo	
Figura geométrica:	
Dimensão:	Altura:

Campo Característico		
Campo Característico: 295.7 mV/m		

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 19° 44' 57.01" S	Longitude: 44° 18' 40.00" W	Cota da base: 748.1 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 020200704119	Modelo: K5-A30
Fabricante: Continental Eletrônica do Brasil Ltda.	Potência de Operação: 25.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158		Fabricante: KMP - Cabos Especiais LTDA.	
Comprimento da Linha: 120 m	Atenuação: 0.043 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.01 dB	Impedância: 50 ohms

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 015200704049	Modelo: AMD QT 5000
Fabricante: Electronica QUASAR-TECH Ltda.	Potência de Operação: 5 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	182	Portaria	MC	08/03/1954	11/03/1954	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
359281954	822	Portaria	MC	06/09/1954	24/09/1954	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	90422	Decreto	PR	08/11/1984	09/11/1984	Renovação	Jurídico
9999	281284	Despacho	MC	28/12/1984		Multa	Jurídico
9999	80687	Despacho	MC	08/06/1987		Multa	Jurídico
9999	301287	Despacho	MC	30/12/1987		Multa	Jurídico
9999	250989	Despacho	MC	25/09/1989		Multa	Jurídico

9999	151189	Despacho	MC	15/11/1989		Multa	Jurídico
9999	2	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	22	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	220	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	2208	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	22089	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	220891	Despacho	MC	22/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	27089	Despacho	MC	27/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	270891	Despacho	MC	27/08/1991		Advertência	Jurídico
9999	220991	Despacho	MC	22/09/1991		Advertência	Jurídico
9999	230991	Despacho	MC	23/09/1991		Advertência	Jurídico
9999	250991	Despacho	MC	25/09/1991		Advertência	Jurídico
9999	1049	Despacho	MC	01/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	10492	Despacho	MC	01/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	90	Despacho	MC	09/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	904	Despacho	MC	09/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	9049	Despacho	MC	09/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	90492	Despacho	MC	09/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	06/04/1999	07/04/1999	Renovação	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	06/04/1999	07/04/1999	Renovação	Jurídico
9999	170105	Despacho	MC	17/01/2005		Advertência	Jurídico
9999	520	Exposição de Motivos	MC	21/11/2007	11/03/2008	Transferência Indireta	Jurídico
9999	164	Mensagem Presidencial	PR	04/04/2008	07/04/2008	Transferência Indireta	Jurídico
9999	279	Decreto Legislativo	CN	12/06/2009	15/06/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	708	Despacho	MC	11/09/2009		Advertência	Jurídico
9999	356	Portaria	MC	26/08/2010	05/08/2011	Multa	Jurídico
9999	666	Portaria	MC	16/12/2010	25/10/2011	Multa	Jurídico
9999	744	Despacho	MC	30/12/2010		Multa	Jurídico
9999	172	Portaria	MC	06/03/2013	08/03/2013	Multa	Jurídico
53500.048909/2017-21	7240	Ato	ORLE	13/03/2017	30/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.078594/2017-46	34	Despacho	ER04	27/11/2017		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico

Horário de funcionamento

00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo

Ofício Interno nº 26295/2022/MCOM

Brasília, 10 de outubro de 2022

À Senhora
Renata Machado Moreira
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10363407)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 6508/2022/SEI-MCOM (10445775), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10363407), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 10/10/2022, às 12:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10459248** e o código CRC **F8DA268C**.

EM nº 00350/2022 MCOM

Brasília, 3 de Novembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto a apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9.727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.508, de 26 de agosto de 2022, publicada em 07/10/2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 28679/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 53000.077005/2013-10.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro substituto**, em 03/11/2022, às 14:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10494034** e o código CRC **21C651FA**.

EM nº 00350/2022 MCOM

Brasília, 3 de Novembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto a apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9.727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.508, de 26 de agosto de 2022, publicada em 07/10/2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 20276119/6915

PARECER n. 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.077005/2013-10

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora

EMENTA: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora em onda média. Inexistência óbice legal. Renovação da outorga anteriormente concedida. Encaminhamento à SERAD.

I - RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 23558/2022/MCOM, a Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo nº 53000.07705/2013-10, cujo teor versa sobre a renovação da outorga concedida à entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024.
2. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se, dentre outros acontecimentos fáticos anteriores, que o Presidente da República, por meio do Decreto s/nº, de 06 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União DOU nº 65, de 07 de abril de 1999, e o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 279, de 2009, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 111, de 15 de junho de 2009, renovaram a outorga da concessão conferida à entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda para executar o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG.
3. A entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda apresentou requerimento de renovação da outorga em 30 de dezembro de 2013, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024 (Doc. nº 0297355 - SEI).
4. Por fim, cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a minuta de portaria e exposição de motivos, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (Doc. nº 10166354- parte final - SEI).
5. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II - FUNDAMENTAÇÃO

II.1. PROCEDIMENTO PARA RENOVAÇÃO DO SERVIÇO RADIODIFUSÃO SONORA

6. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, encontra-se disciplinada pela Constituição Federal, pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pela Lei nº 5.785, de 23 de junho 1972, pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com mudanças promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, pelo Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, pelo Decreto nº 10.804, de 22 de setembro de 2021, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.
7. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, inclusive no que concerne à possibilidade de renovação da outorga concedida, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Arte. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional especializado o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parâmetros anteriores.

4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial. § 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para como emissoras de rádio e de quinze para como cancelamento de televisão.

Arte. 224. Para fazer o sucesso neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

LEI Nº 4.117, DE AGOSTO DE 1962

Art. 67. (...)

Parágrafo único. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade e o técnico interesse público em sua existência. [\(Incluído pelo Decreto-lei nº 236, de 28.2.1967\)](#)

LEI Nº 5.785, DE 23 DE JUNHO DE 1972

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 1º Caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 2º As entidades com o serviço em funcionamento em caráter precário mantêm as mesmas condições dele decorrentes. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 3º As entidades que não apresentarem pedido de renovação no prazo previsto no caput deste artigo serão notificadas pelo órgão competente do Poder Executivo para que se manifestem no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. [\(Incluído pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

DECRETO Nº 52.795, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

§ 1º As pessoas jurídicas que não apresentarem requerimento de renovação no prazo a que se refere o **caput** serão notificadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para que se manifestem sobre o interesse na renovação no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o requerimento de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de descumprimento dos prazos previstos no **caput** e § 1º. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#) §

3º A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, nas hipóteses em que a concessionária ou permissionária tiver optado pelo pagamento parcelado. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.804, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - revogado

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - revogado

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fístel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - revogado

XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novoperíodo; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a

- permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou decargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência
- § 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de renovação da outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- § 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de renovação da outorga, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para envio ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- § 3º A existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

DECRETO Nº 10.775, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Art. 5º Os processos de pedido de renovação de outorga protocolados no Ministério das Comunicações até a data de publicação deste Decreto cujo requerimento esteja pendente de decisão serão instruídos conforme o disposto no art. 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica aos processos cuja decisão tenha sido tomada.

8. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para renovação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, deve ser realizada à luz do que dispõe as normas acima mencionadas.

II.2 - ANÁLISE TÉCNICA REALIZADA PELA SECRETARIA DE RÁDIOFUSÃO

9. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado para renovação da outorga concedida para prestação de serviço de radiodifusão sonora em onda média, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

10. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 9727/2022/SEI-MCOM, manifestou-se nos seguintes termos a respeito do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, apresentado pela entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda (Doc. nº 10166354 - SEI), *in verbis*:

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda.**, inscrita no CNPJ nº 17.286.345/0001-56, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, vinculado ao **FISTEL nº 04008001603**, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2014.

2. Por meio das Notas Técnicas nº 19362/2014/SEI-MC, nº 25391/2019/SEI-MCTIC, nº 9626/2020/SEI-MCTIC, nº 295/2020/SEI-MC, nº 1885/2020/SEI-MC e nº 8336/2022/SEI-MCOM, acompanhadas dos Ofícios nº 21537/2014/SEI-MC, nº 48652/2019/MCTIC, nº 17377/2020/MCTIC, nº 478/2020/MC, nº 2521/2020/MC e nº 14424/2022/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de renovação de outorga (SEI 0269780, 4979243, 5467081, 5632597, 5755038, 10041598 e SEI 0269789, 4979254, 5467190, 5755562, 10041677).

3. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolos nº 53900.006468/2015-15, nº 53900.006448/2015-44, nº 01250.011539/2020-67, nº 01250.011532/2020-45, nº 01250.011540/2020-91, nº 01250.014055/2020-70, nº 53115.001097/2020-07, nº 53115.007307/2020-62 e nº 53115.016997/2022-11).

4. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

5. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

(...)

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como formade evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em respeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, conferiu-se originalmente à Rádio Meridional de Minas Gerais S/A. a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, conforme Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de março de 1954 (SEI [10166099](#) - Pág. 8). Cumpre consignar, por oportuno, que a Rádio Meridional de Minas Gerais S/A foi transformada em Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, bem como a teve a respectiva razão social alterada para Rádio Del Rey Ondas Médias Brasil Ltda por meio da Alteração Contratual, registrada na JUCEMG sob o nº 409095 (SEI [5272064](#) - Págs. 23-30). De sua vez, por intermédio da Alteração Contratual, registrada na JUCEMG sob o nº 569952, a razão social da Rádio Del Rey Ondas Médias Brasil Ltda foi alterada para a atual **Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda** (SEI [5272064](#) - Págs. 60-67).

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1994-2004**. De acordo com o Decreto s/n, de 6 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de abril de 1999, a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994 (SEI [10166099](#) - Pág. 2). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 279, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de junho de 2009 (SEI [10166099](#) Pág. 1).

9. Concernente ao período de **2004-2014**, a entidade apresentou o pedido de renovação no dia 29 de janeiro de 2014, gerando o protocolo nº [53000.003911/2004-97](#), acompanhado de parte da documentação exigida até então. Observa-se, então, que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de novembro de 2003 e 1º de fevereiro de 2004. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em setembro de 2011. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

10. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, demodo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos. De todo modo, não foram verificadas, salvo melhor juízo, indícios de eventuais irregularidades cometidas no curso da instrução daqueles autos.

11. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberrada máquina administrativa.

12. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

13. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **30 de dezembro de 2013**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI [0297355](#) - Pág. 2). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade foi apresentado no prazo legal vigente à época, previsto na redação original do ora mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, entre 1º de novembro de 2013 e 1º de fevereiro de 2014.

14. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [10040588](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrerá no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI [10040588](#)).

17. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 15 de junho de 2022 e 13 de julho de 2022 (SEI [10040507](#); e SEI [10165311](#)).
18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço objeto de análise dos presentes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, os sócios administradores João Vitor da Silva Lapinha, Maria Eduarda Borges Silva Lapinha, Rene Marcel Alves Lapinha e os sócios Claudio Henrique Silva, João Carlos Resende Lapinha, Pedro Lapinha Silva Rodrigues e Renan Carlos Lapinha Silva não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.
19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [10040516](#)). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [10079686](#)).
20. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [10040588](#)).
21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.
22. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:
- (...)
23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.
24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*
25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de novembro de 2018, com validade até 1º de maio de 2024 (SEI [10040554](#); e SEI [10040509](#)).
26. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

11. Portanto, infere-se que a SERAD manifestou-se no sentido de que não existe impedimento técnico para que haja renovação da outorga concedida para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, pela entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024.

12. Vale destacar que a SERAD esclareceu que o referido pedido é tempestivo, pois foi protocolizado no prazo vigente à época, conforme estabelece o art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, c/c o art. 112 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, (vide item 13 da NOTA TÉCNICA Nº 9727/2022/SEI-MCOM).

13. No que se refere ao limite de outorgas previsto no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, a SERAD informou que o quantitativo de outorgas está dentro da previsão normativa, tanto no que se refere aos sócios, quanto aos dirigentes (vide itens 17 e 18 da NOTA TÉCNICA Nº 9727/2022/SEI-MCOM).

14. O check-list, elaborado pela SERAD, informa que a referida entidade apresentou os seguintes documentos exigidos, dentre outros (Doc. nº 10040588-SEI): i) requerimento de renovação de outorga; ii) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; iii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, **emitida em 11 de fevereiro de 2020**; iv) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; v) certidões de regularidade perante as fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade; vi) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel; vii) certidão negativa de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; viii) Comprovação pelos dirigentes da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.

15. **É importante consignar que a certidão negativa de falência foi emitida em 11 de fevereiro de 2020, pelo que a SERAD deve atentar, no momento oportuno, para verificar o cumprimento do referido requisito mediante apresentação da documentação atualizada.**

16. Vale esclarecer, ainda, que a renovação da permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora será efetivada com a respectiva assinatura do termo aditivo ao contrato, conforme a redação do art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017.

17. Com efeito e à luz das normas de regência, afigura-se que é necessária que sejam observadas as seguintes etapas: i) expedição de portaria ministerial, renovando a permissão à citada Fundação; ii) submissão da matéria ao Congresso nacional para edição do decreto legislativo ratificador; iii) e elaboração do termo aditivo ao contrato.

18. Face ao exposto, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize o deferimento da renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, pela entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda.

III – CONCLUSÃO

19. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que devem ser observadas as seguintes orientações: i) não existe impedimento jurídico para renovação de outorga concedida à entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024, **sendo recomendável atentar para orientação apresentada no item 15 deste PARECER**; ii) a minuta de portaria e a minuta de exposição de motivos, ambas elaboradas pela SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo jurídico, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material; iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223 da Constituição Federal; iv) após a edição do decreto legislativo, compete a este Ministério adotar as medidas administrativas para elaboração do termo aditivo ao contrato; v) **é necessário que sejam adotadas as medidas necessárias para que, no momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada**, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

20. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta renovar a permissão, por meio de edição de portaria, para execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média.

21. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 11 de agosto de 2022.

assinado eletronicamente **JOÃO**

PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E
TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000077005201310 e da chave de acesso a364f43a



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 959274302 e chave de acesso a364f43a no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-08-2022 09:03. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 20276119/6915

DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00118/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.077005/2013-10

INTERESSADOS: LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

Aprovo o **PARECER n. 00615 /2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 11 de agosto de 2022.

CAROLINA SCHERER CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) [53000077005201310](#) e da chave de acesso a364f43a



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 960269079 e chave de acesso a364f43a no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-08-2022 15:45. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 9727/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53000.077005/2013-10

INTERESSADA: LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda.**, inscrita no **CNPJ nº 17.286.345/0001-56**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, vinculado ao **FISTEL nº 04008001603**, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2014.

2. Por meio das Notas Técnicas nº 19362/2014/SEI-MC, nº 25391/2019/SEI-MCTIC, nº 9626/2020/SEI-MCTIC, nº 295/2020/SEI-MC, nº 1885/2020/SEI-MC e nº 8336/2022/SEI-MCOM, acompanhadas dos Ofícios nº 21537/2014/SEI-MC, nº 48652/2019/MCTIC, nº 17377/2020/MCTIC, nº 478/2020/MC, nº 2521/2020/MC e nº 14424/2022/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de renovação de outorga (SEI 0269780, 4979243, 5467081, 5632597, 5755038, 10041598 e SEI 0269789, 4979254, 5467190, 5755562, 10041677).

3. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolos nº 53900.006468/2015-15, nº 53900.006448/2015-44, nº 01250.011539/2020-67, nº 01250.011532/2020-45, nº 01250.011540/2020-91, nº 01250.014055/2020-70, nº 53115.001097/2020-07, nº 53115.007307/2020-62 e nº 53115.016997/2022-11).

ANÁLISE

4. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

5. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, conferiu-se originalmente à Rádio Meridional de Minas Gerais S/A. a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, conforme Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de março de 1954 (SEI 10166099 - Pág. 8). Cumpre consignar, por oportuno, que a Rádio Meridional de Minas Gerais S/A foi transformada em Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, bem como a teve a respectiva razão social alterada para Rádio Del Rey Ondas Médias Brasil Ltda por meio da Alteração Contratual, registrada na JUCEMG sob o nº 409095 (SEI 5272064 - Págs. 23-30). De sua vez, por intermédio da Alteração Contratual,

registrada na JUCEMG sob o nº 569952, a razão social da Rádio Del Rey Ondas Médias Brasil Ltda foi alterada para a atual **Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda** (SEI 5272064 - Págs. 60-67).

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1994-2004**. De acordo com o Decreto s/n, de 6 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de abril de 1999, a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994 (SEI 10166099 - Pág. 2). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 279, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de junho de 2009 (SEI 10166099 - Pág. 1).

9. Concernente ao período de **2004-2014**, a entidade apresentou o pedido de renovação no dia 29 de janeiro de 2014, gerando o protocolo nº 53000.003911/2004-97, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Observa-se, então, que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de novembro de 2003 e 1º de fevereiro de 2004. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em setembro de 2011. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

10. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos. De todo modo, não foram verificadas, salvo melhor juízo, indícios de eventuais irregularidades cometidas no curso da instrução daqueles autos.

11. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

12. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

13. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **30 de dezembro de 2013**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 0297355 - Pág. 2). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade foi apresentado no prazo legal vigente à época, previsto na redação original do ora mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, entre 1º de novembro de 2013 e 1º de fevereiro de 2014.

14. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 10040588). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na

Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 10040588).

17. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 15 de junho de 2022 e 13 de julho de 2022 (SEI 10040507; e SEI 10165311).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço objeto de análise dos presentes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, os sócios administradores João Vitor da Silva Lapinha, Maria Eduarda Borges Silva Lapinha, Rene Marcel Alves Lapinha e os sócios Claudio Henrique Silva, João Carlos Resende Lapinha, Pedro Lapinha Silva Rodrigues e Renan Carlos Lapinha Silva não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 10040516). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 10079686).

20. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 10040588).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

22. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de novembro de 2018, com validade até 1º de maio de 2024 (SEI 10040554; e SEI 10040509).

26. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas colacionadas abaixo, na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) posterior remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 04/08/2022, às 16:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 04/08/2022, às 16:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas substituto**, em 04/08/2022, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 05/08/2022, às 16:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10166354** e o código CRC **831E0073**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº_____, acompanhado da Portaria nº ____, de __ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Secretaria Especial de Administração

Diretoria de Recursos Logísticos

Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 08 de Dezembro de 2022.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGAP e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda., inscrita no CNPJ nº 17.286.345/0001-56, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, vinculado ao FISTEL nº 04008001603, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2014.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 350 2022 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a)**, em 08/12/2022, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3796646** e o código CRC **6B2F2868** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
Assessoria Especial

OFÍCIO Nº 3277/2022/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

Ao Secretário-Executivo
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 350/2022 MCOM.

Senhor Secretário-Executivo,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 350/2022 MCOM (796641), de autoria do Ministério das Comunicações, que submete o Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Belo Horizonte/MG.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
GIANCARLO BERNARDI POSSAMAI
Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Casa Civil
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Giancarlo Bernardi Possamai, Assessor-Chefe**, em 12/12/2022, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3797108** e o código CRC **1B5B0934** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica/digital.

Referência: EM nº 350/2022 MCOM(3796641) e anexos, por meio dos quais o Ministério das Comunicações submete processo administrativo para apreciação.

Assunto: Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9.727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.508, de 26 de agosto de 2022, publicada em 07 de outubro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA, nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Belo Horizonte/MG.

Concluir o processo na SE/CC/PR, tendo em vista que as Exposições de Motivos, por sua natureza, são tratadas e tramitadas via Sistema de Geração e Tramitação de Documentos (SIDOF), e que o processo foi encaminhado, por meio do Despacho/DIPUBL/CODOC (3796646), à SAJ/SG/PR e SAG/CC/PR, Pastas com competência para o assunto.

CLAUDIO CESAR FELIPE
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Cesar Felipe, Chefe de Gabinete**, em 13/12/2022, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3804949** e o código CRC **AF8F64EC** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SUBCHEFIA DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL**

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 418/2022/RADIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53000.077005/2013-10

INTERESSADO: Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda (CNPJ 17.286.345/0001-56)

REFERÊNCIAS: Exposição de Motivos nº 00350/2022 MCOM, de 03/11/2022 (3796641)

Parecer de Mérito I (3796644) – Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, de 04/08/2022

Parecer Jurídico nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 11/08/2022[1] (3796643)

ASSUNTO: Renovação da outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Belo Horizonte/MG

1. Trata-se da [PORTARIA Nº 6.508, DE 26 DE AGOSTO DE 2022](#) que renova a outorga da permissão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte/MG, a partir de 01/05/2014, pelo prazo de dez anos, sem direito a exclusividade, para Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda., inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 17.286.345/0001-56, de acordo com o disposto na alínea “x)” do art. 3229 do Código Brasileiro de Telecomunicações[2], e em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão[3].
2. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. O Ministério das Comunicações (MCOM)[4] se manifestou favorável ao ato de renovação da outorga nos termos da Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, de 04/08/2022 (3796644), com o registro de que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina pelo deferimento do pedido de renovação. Bem como, anota que em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do [Decreto-Lei nº. 236 de 28 de fevereiro de 1967](#), que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes da entidade.
4. O Parecer Jurídico nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 11/08/2022 (3796643), se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, sendo recomendável atentar para orientação apresentada no item 15 deste Parecer :

“15. É importante consignar que a certidão negativa de falência foi emitida em 11 de fevereiro de 2020, pelo que a SERAD deve atentar, no momento oportuno, para verificar o cumprimento do referido requisito mediante apresentação da documentação atualizada.”
5. A Secretaria de Radiodifusão (SERAD), por meio do Despacho[793041] registra que, por meio da Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, do Ofício Interno 23558/2022/SEI-MCOM e do Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, esta Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024 (SEI 10166354, 10281243 e 10301582).
6. De acordo com o § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com redação dada pelo [Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012](#), compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.
7. O quadro societário e diretoria da [Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda](#) se encontra registrado no SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário[5].
8. Os registros administrativos de cadastro do canal devem ser mantidos pelo MCOM no MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro[6], cujo Relatório do Canal está disponível em: http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo_sistema.php?id=57dbac61c4a13&state=AM-C4
9. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM e a existência da Lista de Verificação de Documentos – Renovação de Outorga Comercial, de 04 de agosto de 2022 (793035), e ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, bem como que há a necessidade de que seja providenciada a reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, esta SAG/CC-PR não têm óbices ao prosseguimento do feito, conforme disposto no § 1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e

sugere o encaminhamento do presente processo à Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ) da Secretaria-Geral da Presidência da República, nos termos do § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#).

À consideração superior,

LUIZ FELIPE ALVES DE OLIVEIRA
Estagiário

Brasília, na data da assinatura.
CICERO COELHO DE ABREU ROCHA FILHO
Assessor

De Acordo,

ANA PATRÍZIA GONÇALVES LIRA
Subchefe Adjunta de Infraestrutura

Brasília, na data da assinatura.

Aprovo,

EDUARDO AGGIO DE SÁ
Subchefe

Brasília, na data da assinatura.

[1] Aprovado pelo Despacho nº 00118/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, 11/08/2022 da Consultora Jurídica do MCOM.

[2] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[3] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[4] Nos termos do Anexo I do [Decreto nº 11.164, de 08 de agosto de 2022](#), que aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações, compete à Secretaria de Radiodifusão (SERAD) coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, pós-outorga e renovação dos serviços de radiodifusão e seus anulares.

[5] [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[6] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Felipe Alves de Oliveira, Estagiário(a)**, em 28/12/2022, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cicero Coelho de Abreu Rocha Filho, Assessor(a)**, em 28/12/2022, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Patrícia Gonçalves Lira Ribeiro, Subchefe Adjunta**, em 28/12/2022, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Aggio de Sá, Subchefe**, em 28/12/2022, às 21:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3840318** e o código CRC **9481076A** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.077005/2013-10

SUPER nº 3840318

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 17 de janeiro de 2023.

À Chefia de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ

Assunto: **Processo nº 53000.077005/2013-10 - devolução da Exposição de Motivos, a pedido do Ministério das Comunicações.**

1. Trata-se do Processo SEI nº 53000.077005/2013-10, encaminhado pelo Ministério das Comunicações - MCOM, que versa sobre serviços de radiodifusão.
2. Considerando pedido do Ministério das Comunicações, feito por e-mail em 17/01/2023, e devido à alteração na composição e titularidade dos Ministérios, encaminha-se o presente Processo SEI para devolução da Exposição de Motivos e documentos pertinentes no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SDOF bem como para encerramento e arquivamento do referido Processo no SEI, com vistas à reanálise do processo por parte do MCOM.
3. Solicita-se que o futuro reenvio e reinserção da presente proposta nos sistemas traga elementos que possam sanar os problemas acima apontados, bem como considere as regras e diretrizes previstas no Decreto nº 9.191/2017, para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República.

DANIEL CHRISTIANINI NERY
Assessor
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 17/01/2023, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3891343** e o código CRC **23AF62DF** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral
Secretaria Especial de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 18 de janeiro de 2023.

ASSUNTO: Devolução da EXM 350 2022 MCOM

Conforme solicitado, informo a devolução da EXM 350 2022 MCOM via SIDOF.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a)**, em 18/01/2023, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3894547** e o código CRC **3767652B** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 53000.077005/2013-10

INTERESSADA: LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.

1. Por meio da Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, do Ofício Interno nº 23558/2022/MCOM e do Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024 (SUPER 10166354, 10281243 e 10301582).
2. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 6.508, de 26 de agosto de 2022, no Diário Oficial da União do dia 7 de outubro de 2022, renovando a supramencionada outorga por novo período de 10 (dez) anos (SUPER10445775). O processo foi, então, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para ratificação da(s) minuta(s) proposta(s) na referida Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM (SUPER 10166354).
3. Nesse sentido, foi editada nova minuta de Exposição de Motivos, colacionada aos autos sob o SUPER 11016713, a ser remetida à deliberação das autoridades competentes pela renovação da supramencionada outorga.
4. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 20/07/2023, às 10:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 10:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 10:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 15:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11016696** e o código CRC **8BFA8037**.

- Minuta de Exposição de Motivos (11016713)

MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6508, de 26 de agosto de 2022, publicada em 7 de outubro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 20/07/2023, às 10:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 10:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 10:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 15:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11016713** e o código CRC **96805E5D**.



EM Nº 96/2023/MCOM

Brasília, 20 de julho de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6508, de 26 de agosto de 2022, publicada em 7 de outubro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 08/08/2023, às 15:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11021847** e o código CRC **DA8C3622**.

Ofício Interno nº 38972/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (11021847)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho DERAP_MCOM 1(1016696) , encaminho a Exposição de Motivos (11021847), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 02/08/2023, às 16:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11021850** e o código CRC **812BE549**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 39827/2023/MCOM

Brasília, 09 de Agosto de 2023

Ao Senhor

Énio Soares Dias

Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete

Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11021847)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREP_MCOM (11016696), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (11021847), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 09/08/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11053355** e o código CRC **D292C35A**.

Brasília, 14 de Agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6508, de 26 de agosto de 2022, publicada em 7 de outubro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 23432/2023/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53000.077005/2013-10.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 14/08/2023, às 15:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11059862** e o código CRC **47908982**.

EM nº 00429/2023 MCOM

Brasília, 14 de Agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6508, de 26 de agosto de 2022, publicada em 7 de outubro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/10/2022 | Edição: 192 | Seção: 1 | Página: 16

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 6.508, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.077005/2013-10

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora

EMENTA: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora em onda média. Inexistência óbice legal. Renovação da outorga anteriormente concedida. Encaminhamento à SERAD.

I - RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 23558/2022/MCOM, a Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo nº 53000.07705/2013-10, cujo teor versa sobre a renovação da outorga concedida à entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024.
2. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se, dentre outros acontecimentos fáticos anteriores, que o Presidente da República, por meio do Decreto s/nº, de 06 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 65, de 07 de abril de 1999, e o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 279, de 2009, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 111, de 15 de junho de 2009, renovaram a outorga da concessão conferida à entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda para executar o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG.
3. A entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda apresentou requerimento de renovação da outorga em 30 de dezembro de 2013, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024 (Doc. nº 0297355 - SEI).
4. Por fim, cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a minuta de portaria e exposição de motivos, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (Doc. nº 10166354- parte final - SEI).
5. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II - FUNDAMENTAÇÃO

II.1. PROCEDIMENTO PARA RENOVAÇÃO DO SERVIÇO RÁDIODIFUSÃO SONORA

6. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, encontra-se disciplinada pela Constituição Federal, pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pela Lei nº 5.785, de 23 de junho 1972, pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com mudanças promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, pelo Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, pelo Decreto nº 10.804, de 22 de setembro de 2021, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.
7. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, inclusive no que concerne à possibilidade de renovação da outorga concedida, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Arte. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional especializado o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parâmetros anteriores.

4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para como emissoras de rádio e de quinze para como cancelamento de televisão.

Arte. 224. Para fazer o sucesso neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

LEI Nº 4.117, DE AGOSTO DE 1962

Art. 67. (...)

Parágrafo único. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade e o técnico interesse público em sua existência. (Incluído pelo Decreto-lei nº 236, de 28.2.1967)

LEI Nº 5.785, DE 23 DE JUNHO DE 1972

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. (Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017)

§ 1º Caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário. (Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017)

§ 2º As entidades com o serviço em funcionamento em caráter precário mantêm as mesmas condições dele decorrentes. (Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017)

§ 3º As entidades que não apresentarem pedido de renovação no prazo previsto no caput deste artigo serão notificadas pelo órgão competente do Poder Executivo para que se manifestem no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. (Incluído pela lei nº 13.424, de 2017)

DECRETO Nº 52.795, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021) V. igência

§ 1º As pessoas jurídicas que não apresentarem requerimento de renovação no prazo a que se refere o **caput** serão notificadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para que se manifestem sobre o interesse na renovação no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

§ 2º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o requerimento de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de descumprimento dos prazos previstos no **caput** e § 1º. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

§ 3º A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, nas hipóteses em que a concessão ou permissão tiver optado pelo pagamento parcelado. (Incluído pelo Decreto nº 10.804, de 2021) (Vigência)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - revogado

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - revogado

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - revogado

XI - declaração de que: [\(Includido pelo Decreto nº 10.775, de 2021\) Vigência](#)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Includido pelo Decreto nº 10.775, de 2021\) Vigência](#)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em [número superior ao estabelecido como limite pela legislação; \(Includido pelo Decreto nº 10.775, de 2021\) Vigência](#)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Includido pelo Decreto nº 10.775, de 2021\) Vigência](#)
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Includido pelo Decreto nº 10.775, de 2021\) Vigência](#)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\(Includido pelo Decreto nº 10.775, de 2021\) Vigência](#)
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Includido pelo Decreto nº 10.775, de 2021\) Vigência](#)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Includido pelo Decreto nº 10.775, de 2021\) Vigência](#)
- § 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de renovação da outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de [mensagem da Presidência da República, para deliberação. \(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- § 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de renovação da outorga, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para envio ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- § 3º A existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação. [\(Includido pelo Decreto nº 10.775, de 2021\) Vigência](#)

DECRETO Nº 10.775, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Art. 5º Os processos de pedido de renovação de outorga protocolados no Ministério das Comunicações até a data de publicação deste Decreto cujo requerimento esteja pendente de decisão serão instruídos conforme o disposto no [art. 113 do Decreto nº 52.795, de 1963](#).

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica aos processos cuja decisão tenha sido tomada.

8. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para renovação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, deve ser realizada à luz do que dispõe as normas acima mencionadas.

II.2 - ANÁLISE TÉCNICA REALIZADA PELA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

9. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado para renovação da outorga concedida para prestação de serviço de radiodifusão sonora em onda média, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

10. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 9727/2022/SEI-MCOM, manifestou-se nos seguintes termos a respeito do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, apresentada pela entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda (Doc. nº 10166354 - SEI), *in verbis*:

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda.**, inscrita no CNPJ nº **17.286.345/0001-56**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, vinculado ao **FISTEL nº 04008001603**, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2014.

2. Por meio das Notas Técnicas nº 19362/2014/SEI-MC, nº 25391/2019/SEI-MCTIC, nº 9626/2020/SEI-MCTIC, nº 295/2020/SEI-MC, nº 1885/2020/SEI-MC e nº 8336/2022/SEI-MCOM, acompanhadas dos Ofícios nº 21537/2014/SEI-MC, nº 48652/2019/MCTIC, nº 17377/2020/MCTIC, nº 478/2020/MC, nº 2521/2020/MC e nº 14424/2022/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de renovação de outorga (SEI [0269780](#), [4979243](#), [5467081](#), [5632597](#), [5755038](#), [10041598](#) e SEI [0269789](#), [4979254](#), [5467190](#), [5755562](#), [10041677](#)).

3. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolos nº [53900.0064468/2015-15](#), nº [53900.006448/2015-44](#), nº [01250.0115339/2020-67](#), nº [01250.011532/2020-45](#), nº [01250.011540/2020-91](#), nº [01250.014055/2020-70](#), nº [53115.001097/2020-07](#), nº [53115.007307/2020-62](#) e nº [53115.016997/2022-11](#)).

4. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações,

que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

5. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

(...)

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, conferiu-se originalmente à Rádio Meridional de Minas Gerais S/A. a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, conforme Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de março de 1954 (SEI [10166099](#) - Pág. 8). Cumpre consignar, por oportuno, que a Rádio Meridional de Minas Gerais S/A foi transformada em Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, bem como a teve a respectiva razão social alterada para Rádio Del Rey Ondas Médias Brasil Ltda por meio da Alteração Contratual, registrada na JUCEMG sob o nº 409095 (SEI [5272064](#) - Págs. 23-30). De sua vez, por intermédio da Alteração Contratual, registrada na JUCEMG sob o nº 569952, a razão social da Rádio Del Rey Ondas Médias Brasil Ltda foi alterada para a atual **Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda** (SEI [5272064](#) - Págs. 60-67).

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1994-2004**. De acordo com o Decreto s/n, de 6 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de abril de 1999, a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994 (SEI [10166099](#) - Pág. 2). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 279, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de junho de 2009 (SEI [10166099](#) - Pág. 1).

9. Concernente ao período de **2004-2014**, a entidade apresentou o pedido de renovação no dia 29 de janeiro de 2014, gerando o protocolo nº [53000.003911/2004-97](#), acompanhado de parte da documentação exigida até então. Observa-se, então, que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de novembro de 2003 e 1º de fevereiro de 2004. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em setembro de 2011. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

10. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos. De todo modo, não foram verificadas, salvo melhor juízo, indícios de eventuais irregularidades cometidas no curso da instrução daqueles autos.

11. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

12. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

13. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **30 de dezembro de 2013**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI [0297355](#) - Pág. 2). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade foi apresentado no prazo legal vigente à época, previsto na redação original do ora mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, entre 1º de novembro de 2013 e 1º de fevereiro de 2014.

14. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [10040588](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus

atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI [10040588](#)).

17. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 15 de junho de 2022 e 13 de julho de 2022 (SEI [10040507](#); e SEI [10165311](#)).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço objeto de análise dos presentes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, os sócios administradores João Vitor da Silva Lapinha, Maria Eduarda Borges Silva Lapinha, Rene Marcel Alves Lapinha e os sócios Claudio Henrique Silva, João Carlos Resende Lapinha, Pedro Lapinha Silva Rodrigues e Renan Carlos Lapinha Silva não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [10040516](#)). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [10079686](#)).

20. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [10040588](#)).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

22. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

(...)

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de novembro de 2018, com validade até 1º de maio de 2024 (SEI [10040554](#); e SEI [10040509](#)).

26. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

11. Portanto, infere-se que a SERAD manifestou-se no sentido de que não existe impedimento técnico para que haja renovação da outorga concedida para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, pela entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024.

12. Vale destacar que a SERAD esclareceu que o referido pedido é tempestivo, pois foi protocolizado no prazo vigente à época, conforme estabelece o art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, c/c o art. 112 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, (vide item 13 da NOTA TÉCNICA Nº 9727/2022/SEI-MCOM).

13. No que se refere ao limite de outorgas previsto no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, a SERAD informou que o quantitativo de outorgas está dentro da previsão normativa, tanto no que se refere aos sócios, quanto aos dirigentes (vide itens 17 e 18 da NOTA TÉCNICA Nº 9727/2022/SEI-MCOM).

14. O check-list, elaborado pela SERAD, informa que a referida entidade apresentou os seguintes documentos exigidos, dentre outros (Doc. nº 10040588-SEI): i) requerimento de renovação de outorga; ii) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; iii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, **emitida em 11 de fevereiro de 2020**; iv) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; v) certidões de regularidade perante as fazendas federal, estadual,

municipal (ou distrital) da sede da entidade; vi) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel; vii) certidão negativa de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; viii) Comprovação pelos dirigentes da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.

15. **É importante consignar que a certidão negativa de falência foi emitida em 11 de fevereiro de 2020, pelo que a SERAD deve atentar, no momento oportuno, para verificar o cumprimento do referido requisito mediante apresentação da documentação atualizada.**

16. Vale esclarecer, ainda, que a renovação da permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora será efetivada com a respectiva assinatura do termo aditivo ao contrato, conforme a redação do art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017.

17. Com efeito e à luz das normas de regência, afigura-se que é necessária que sejam observadas as seguintes etapas: i) expedição de portaria ministerial, renovando a permissão à citada Fundação; ii) submissão da matéria ao Congresso nacional para edição do decreto legislativo ratificador; iii) e elaboração do termo aditivo ao contrato.

18. Face ao exposto, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize o deferimento da renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, pela entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda.

III – CONCLUSÃO

19. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que devem ser observadas as seguintes orientações: i) não existe impedimento jurídico para renovação de outorga concedida à entidade Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024, **sendo recomendável atentar para orientação apresentada no item 15 deste PARECER**; ii) a minuta de portaria e a minuta de exposição de motivos, ambas elaboradas pela SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo jurídico, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material; iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223 da Constituição Federal; iv) após a edição do decreto legislativo, compete a este Ministério adotar as medidas administrativas para elaboração do termo aditivo ao contrato; v) **é necessário que sejam adotadas as medidas necessárias para que, no momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada**, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

20. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta renovar a permissão, por meio de edição de portaria, para execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média.

21. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 11 de agosto de 2022.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000077005201310 e da chave de acesso a364f43a



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 959274302 e chave de acesso a364f43a no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-08-2022 09:03. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00118/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.077005/2013-10

INTERESSADOS: LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

Aprovo o **PARECER n. 00615 /2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 11 de agosto de 2022.

CAROLINA SCHERER
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) [53000077005201310](https://supersapiens.agu.gov.br) e da chave de acesso a364f43a



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 960269079 e chave de acesso a364f43a no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-08-2022 15:45. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 9727/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53000.077005/2013-10

INTERESSADA: LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda.**, inscrita no **CNPJ nº 17.286.345/0001-56**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, vinculado ao **FISTEL nº 04008001603**, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2014.

2. Por meio das Notas Técnicas nº 19362/2014/SEI-MC, nº 25391/2019/SEI-MCTIC, nº 9626/2020/SEI-MCTIC, nº 295/2020/SEI-MC, nº 1885/2020/SEI-MC e nº 8336/2022/SEI-MCOM, acompanhadas dos Ofícios nº 21537/2014/SEI-MC, nº 48652/2019/MCTIC, nº 17377/2020/MCTIC, nº 478/2020/MC, nº 2521/2020/MC e nº 14424/2022/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de renovação de outorga (SEI 0269780, 4979243, 5467081, 5632597, 5755038, 10041598 e SEI 0269789, 4979254, 5467190, 5755562, 10041677).

3. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolos nº 53900.006468/2015-15, nº 53900.006448/2015-44, nº 01250.011539/2020-67, nº 01250.011532/2020-45, nº 01250.011540/2020-91, nº 01250.014055/2020-70, nº 53115.001097/2020-07, nº 53115.007307/2020-62 e nº 53115.016997/2022-11).

ANÁLISE

4. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

5. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, conferiu-se originalmente à Rádio Meridional de Minas Gerais S/A a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, conforme Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de março de 1954 (SEI 10166099 - Pág. 8). Cumpre consignar, por oportuno, que a Rádio Meridional de Minas Gerais S/A foi transformada em Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, bem como a teve a respectiva razão social alterada para Rádio Del Rey Ondas Médias Brasil Ltda por meio da Alteração Contratual, registrada na JUCEMG sob o nº 409095 (SEI 5272064 - Págs. 23-30). De sua vez, por intermédio da Alteração Contratual,

registrada na JUCEMG sob o nº 569952, a razão social da Rádio Del Rey Ondas Médias Brasil Ltda foi alterada para a atual **Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda** (SEI 5272064 - Pág. 60-67).

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1994-2004**. De acordo com o Decreto s/n, de 6 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de abril de 1999, a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994 (SEI 10166099 - Pág. 2). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 279, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de junho de 2009 (SEI 10166099 - Pág. 1).

9. Concernente ao período de **2004-2014**, a entidade apresentou o pedido de renovação no dia 29 de janeiro de 2014, gerando o protocolo nº 53000.003911/2004-97, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Observa-se, então, que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de novembro de 2003 e 1º de fevereiro de 2004. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em setembro de 2011. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

10. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos. De todo modo, não foram verificadas, salvo melhor juízo, indícios de eventuais irregularidades cometidas no curso da instrução daqueles autos.

11. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

12. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

13. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **30 de dezembro de 2013**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 0297355 - Pág. 2). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade foi apresentado no prazo legal vigente à época, previsto na redação original do ora mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, entre 1º de novembro de 2013 e 1º de fevereiro de 2014.

14. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 10040588). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na

Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 10040588).

17. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 15 de junho de 2022 e 13 de julho de 2022 (SEI 10040507; e SEI 10165311).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço objeto de análise dos presentes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, os sócios administradores João Vitor da Silva Lapinha, Maria Eduarda Borges Silva Lapinha, Rene Marcel Alves Lapinha e os sócios Claudio Henrique Silva, João Carlos Resende Lapinha, Pedro Lapinha Silva Rodrigues e Renan Carlos Lapinha Silva não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 10040516). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 10079686).

20. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 10040588).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

22. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de novembro de 2018, com validade até 1º de maio de 2024 (SEI 10040554; e SEI 10040509).

26. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Belo Horizonte/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas colacionadas abaixo, na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) posterior remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 04/08/2022, às 16:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 04/08/2022, às 16:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas substituto**, em 04/08/2022, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 05/08/2022, às 16:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10166354** e o código CRC **831E0073**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº_____, acompanhado da Portaria nº ____, de __ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 182, de 8 de março de 1954, publicada em 11 de março de 1954, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 27 de outubro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 429 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, GSISTE NI, em 27/10/2023, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4688395** e o código CRC **5CD36FA9** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 3950/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento de Exposição de Motivos.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 429/2023 MCOM 4688262), do Ministério das Comunicações, referente ao Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, que trata da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, da concessão outorgada à LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 17.286.345/0001-56), para executar, se direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 27/10/2023, às 20:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4688671** e o código CRC **C53D61FC** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.077005/2013-10

SUPER nº 4688671

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 -Telefone: 61-3411-1754
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 429/2023 MCOM (4688262), do Ministério das Comunicações.

Assunto: Encaminhamento de Exposição de Motivos.

Trâmites do Processo:

Despacho DIPUBL/CODOC/DIALOG/SA/SE/CC/PR (4688395), endereçado aos Protocolos da CC/PR, SAJ/CC/PR e SAG/CC/PR, e à CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR.

Ofício nº 3950/GM/CC/PR (4688671), do Gabinete do Ministro da Casa Civil a esta Secretaria-Executiva.

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 30/10/2023, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4691213** e o código CRC **2D540AD5** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53000.077005/2013-10

Nota SAJ - Radiodifusão nº 586 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radiodifusão sonora em onda média. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53000.077005/2013-10

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53000.077005/2013-10, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão sonora em onda média**, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 17.286.345/0001-56, na localidade de **Belo Horizonte/MG**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em onda média.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem compete exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** [NOTA TÉCNICA Nº 9727/2022/SEI-MCOM; doc. SUPER4688392] quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** [PARECER JURÍDICO n. 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; doc. SUPER4688390] afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e

jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria nº 6.508, de 26 de agosto de 2022**, de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica^[1] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*^[2]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM ^[3].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53000.077005/2013-10, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

AMANDA MARQUES RIBEIRO

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

HELOÍSA LINS MUNIZ DUBEUX

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

^[1] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

^[2] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marques Ribeiro, Estagiário(a)**, em 07/06/2024, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Lins Muniz Dubeux, Assessora**, em 19/07/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 21/07/2024, às 22:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 23/07/2024, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5798027** e o código CRC **DBD36EA7** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 565/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53000.077005/2013-10.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00429/2023 MCOM, de 14 de Agosto de 2023, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em onda média no município de Belo Horizonte (MG).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00429/2023 MCOM (4686433), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53000.077005/2013-10, acompanhado da [Portaria MCOM nº 6.508, de 26 de agosto de 2022](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, sem direito à exclusividade, para a empresa LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.286.345/0001-56, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].

2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.

3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:

- Parecer Jurídico nº 00615/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (3793038), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
- Nota Técnica nº 9727/2022/SEI-MCOM, de 05 de agosto de 2022 (4688392), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD/MCOM)^[3], ratificada pelo Despacho (4686428) de 20 de julho de 2023, que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
- Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 04 de agosto de 2022 (3793035), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.

4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:

- Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[4]; e
- Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[5], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).

5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	17.286.345/0001-56
NOME EMPRESARIAL:	LIBERDADE EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$600.000,00 (Seiscentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	RENAN CARLOS LAPINHA SILVA
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	JOAO CARLOS RESENDE LAPINHA
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	MARIA EDUARDA BORGES SILVA LAPINHA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	PEDRO LAPINHA SILVA RODRIGUES
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	CLAUDIO HENRIQUE SILVA
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	JOAO VITOR DA SILVA LAPINHA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	RENE MARCEL ALVES LAPINHA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 08/07/2024 às 14:24 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização posterior dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 5º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

CRISTIANE LANDERDAHL DE ALBUQUERQUE
Assessora
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental, Substituto.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

JORGE LUIZ ROCHA REGHINI RAMOS
Secretário Especial de Análise Governamental, Substituto
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] Sucetida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM) conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Landerdahl de Albuquerque, Assessor(a)**, em 26/07/2024, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 26/07/2024, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos, Secretário Especial substituto**, em 26/07/2024, às 20:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5879515** e o código CRC **D08260ED** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.508, de 26 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 7 de outubro de 2022, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 719, de 30 de julho de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 6.508, de 26 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 7 de outubro de 2022, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício (5940049).

Encaminhe-se ao Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

MARCELO WEICK POGLIESE
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.
MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República